univates.br/evento/migradh

ISBN 978-85-8167-275-5

ANAIS DE RESUMOS DO

II Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos

DIAS 28 A 30 DE MAIO DE 2018

REALIZAÇÃO:
Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento - PPGAD
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS
Projeto de Extensão Interfaces
Curso de Direito - Univates

APOIO FINANCEIRO:

CAPES

FAPERGS

EDITORA UNIVATES

ISBN 978-85-8167-275-5

Tania Micheline Miorando
Margarita Rosa Gaviria Mejía
(Orgs.)

Anais de resumos do II Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos

1ª edição

EDITORA UNIVATES

Lajeado, 2019

Universidade do Vale do Taquari - Univates
Reitor: Prof. Me. Ney José Lazzari
Vice-Reitor e Presidente da Fuvates: Prof. Dr. Carlos Cândido da Silva Cyrne
Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Madalena Dullius
Pró-Reitora de Ensino: Profa. Dra. Fernanda Storck Pinheiro
Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional: Profa. Dra. Júlia Elisabete Barden
Pró-Reitor Administrativo: Prof. Me. Oto Roberto Moerschbaecher

EDITORA UNIVATES

Editora Univates
Coordenação: Ana Paula Lisboa Monteiro
Editoração: Glauber Röhrig e Marlon Alceu Cristófoli

Conselho Editorial da Editora Univates

Titulares	**Suplentes**
Alexandre André Feil	Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar
André Anjos da Silva	Claudete Rempel
Fernanda Rocha da Trindade	Adriane Pozzobon
João Miguel Back	Rogério José Schuck
Sônia Elisa Marchi Gonzatti	Evandro Franzen

Av. Avelino Talini, 171 - Bairro Universitário - Lajeado - RS - Brasil
Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000, R.: 5984
E-mail: editora@univates.br / http://www.univates.br/editora

S471 Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos (2. : 2018 : Lajeado, RS)

Anais de resumos do II Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos, 28 a 30 de maio de 2018, Lajeado, RS / Tania Micheline Miorando, Margarita Rosa Gaviria Mejía (Org.) – Lajeado : Editora Univates, 2019.

93 p.

ISBN 978-85-8167-275-5

1. Direito. 2. Direitos Humanos. 3. Migrações. 4. Resumos. I. Miorando, Tania Micheline. II. Gaviria Mejía, Margarita Rosa. III. Título.

CDU: 342.7:314.7

Catalogação na publicação (CIP) – Biblioteca da Univates
Bibliotecária Andrieli Mara Lanferdini – CRB 10/2279

As opiniões e os conceitos emitidos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

ISBN 978-85-8167-275-5

Apresentação

O II Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos, realizado nos dias 28, 29 e 30 de maio de 2018 na Universidade do Vale do Taquari – Univates, aconteceu no meio do tumulto pelo qual atravessava o Brasil durante os dias do evento, devido à greve nacional dos camionheiros, que dificultou a mobilidade até o local do evento de muitos dos inscritos. Apesar das barreiras na locomoção, este Seminário foi realizado com sucesso e se consolidou como um espaço de discussão de professores e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento e em diversas universidades da região sul sobre o tema das migrações.

Nos 89 trabalhos submetidos foram abordados diversos assuntos relacionados com as migrações em interface com os direitos humanos como: gênero e saúde da mulher, o papel da educação na inclusão social dos imigrantes; transnacionalismo, redes e religião; trabalho, direitos humanos e migrações internacionais, configurações espaciais e identidades; sociedades tradicionais e relações interétnicas. Além dos Grupos de Trabalho em torno dessas temáticas, o Seminário contou com uma mesa redonda na qual houve troca de experiências entre gestores de projetos de extensão desenvolvidos pelas universidades para atender a migrantes. Atividade na qual participaram representantes de cinco universidades gaúchas (UFSM, UFRGS, UNISC, FEEVALE e UNIVATES), onde cada um apresentou suas experiências e no final, os participantes propuseram a criação de uma rede de troca de informações entre eles. O evento também foi desenhado com espaços de discussão que permitiram dar voz, por um lado, a atores sociais participantes das migrações contemporâneas, como migrantes de Senegal, Ghana, Haiti e Cuba. Por outro, a atores sociais que compõem minorias étnicas e culturais na região, como indígenas quilombolas e agroecologistas, brasileiros em situação de vulnerabilidade social, com dificuldades para serem reconhecidos como sujeitos de direitos humanos.

Os dois palestrantes internacionais que participaram do Seminário apresentaram reflexões acerca das peculiaridades das migrações internacionais no século XXI. Na palestra de abertura, Carlos Nieto, falou da ótica de quem trabalha na Secretaría Geral da Comunidade Andina, responsável pelos fenômenos migratórios, mobilidade humana e segurança social. Ele fez referência às redes transnacionais que dão sustentação às migrações haitianas na América do Sul. E Natália Gavazzo, antropóloga argentina, professora e pesquisadora da Universidade de San Martín, em Buenos Aires, na palestra de encerramento do evento, apresentou os resultados de suas pesquisas em torno das mobilizações sociais de migrantes e descendentes de migrantes paraguaias e bolivianas na Argentina, movimentos protagonizados por diversos coletivos de mulheres que batalham pelos direitos humanos.

Este evento reforçou a consolidação do MIPESUL (Migrações Internacionais e Pesquisas no Sul do Brasil), criado durante o I Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos, em dezenove de maio de 2016, com sede na Univates, em reunião à qual compareceram 31 pesquisadores e professores com o objetivo de fazer parte desse núcleo de pesquisa sobre migrações sul-sul. A partir de então se consolidaram e criaram novas parcerias, mantendo a comunicação entre pesquisadores nacionais e internacionais pelo

ISBN 978-85-8167-275-5

aplicativo do Whatsapp e do Facebook. Núcleo registrado em 2017 como grupo de pesquisa no CNPq, e que, durante a reunião nesta segunda edição do Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos, foram traçadas duas metas: promover a formação de pesquisadores em migrações e fazer um levantamento das pesquisas desenvolvidas nas universidades sobre o tema.

Finalmente, salientamos aqui o esforço conjunto de professores, alunos e pesquisadores sensibilizados com o fenômeno das migrações contemporâneas, graças ao qual este Seminário se qualifica como evento acadêmico que não se limita a um diálogo entre pesquisadores em busca da construção de um campo de conhecimento, mas que se consolida também como espaço de participação de atores sociais que batallham pelo reconhecimento de seus direitos humanos no contexto migratório, e fora dele.

Muito obrigado a todas e a todos os participantes!

Comissão Organizadora

ISBN 978-85-8167-275-5

Corpo Editorial

Coordenadora do Evento

Margarita Rosa Gaviria Mejía

Comissão Organizadora

Luis Fernando Laroque

Márcia Volkmer

Margarita Rosa Gaviria Mejía

Rosmari Terezinha Cazarotto

Tania Micheline Miorando

Comissão Científica

Carlos Nieto (Secretaria Geral da Comunidade Andina)

Cristiane Feldmann (UniRitter)

Daniel Nascimento (GAIRE, UFRGS)

Fernanda Brod (UNIVATES)

Giuliana Redin (UFSM)

Grasiela Kieling Bublitz (UNIVATES)

Jane Mazzarino (PPGAD / UNIVATES)

João Carlos Tedesco (UPF)

Luciana Turatti (PPGAD / UNIVATES)

Luís Fernando da Silva Laroque (UNIVATES)

Marcele Scapin (UNIVATES)

Maria Catarina Zanini (UFSM)

Marcia Blanco Cardoso (FEEVALE)

Márcia Volkmer (UNIVATES)

Margarita Rosa Gaviria Mejía (UNIVATES)

Magna Lima Magalhães (FEEVALE)

Maria do Carmo Santos Gonçalves (Centro de Atendimento ao Imigrante)

Mariana Dalalana Corbellini (UNISC)

Maristela Abadia Guimarães (IFMT)

Natalia Gavazzo (Universidad Nacional de San Martín, Argentina)

Paulo Muller (UFFS)

Rogério Réus Gonçalves da Rosa (UFPEL)

Rosiene Almeida Souza Haetinger (UNIVATES)

Rosmari Terezinha Cazarotto (UNIVATES)

Sérgio Nunes Lopes (UNIVATES)

Tania Micheline Miorando (UNIVATES)

Tiago Weizenmann (UNIVATES)

ISBN 978-85-8167-275-5

Sumário

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DOS IMIGRANTES

A EXPERIÊNCIA DOS (I)MIGRANTES AO ACESSO À SAÚDE PÚBLICA NO CENTRO DE SAÚDE VILA DOS COMERCIÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - RS 12

A POLÍTICA "WIR SCHAFFEN DAS" DE ACOLHIMENTO A REFUGIADOS DO GOVERNO MERKEL: A ALEMANHA COMO EXEMPLO PARA O MUNDO? 13

A CARTILHA E O DESFILE DO "BANDO" 14

A POLÍTICA DE INGRESSO DE MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E REFUGIADOS NA UFSM: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO 15

MAPEAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES HAITIANOS ATENDIDOS PELO CRAS/LESTE EM CAXIAS DO SUL-RS 16

NOVAS NORMAS DE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA 17

SOMOS MIGRANTES ? EXPERIÊNCIAS EM CINEMA EDUCAÇÃO 18

O MULTICULTURALISMO E A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS, IMPACTOS DA CORRUPÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO E SEUS EFEITOS DIANTE DOS DIREITOS HUMANOS 19

CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA MIGRATÓRIA BRASILEIRA 21

O TRABALHO ENQUANTO DIREITO: OS ENTRAVES PRESENTES NO ACESSO AO TRABALHO AOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO BRASIL, O DIREITO DE MIGRAR: A EXPERIÊNCIA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DO CAM NO ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES NA SERRA GAÚCHA 22

GÊNERO E SAÚDE DA MULHER

A NOVA LEI DE MIGRAÇÕES E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO 25

IMIGRANTES HAITIANAS: PERCEPÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DO OESTE CATARINENSE 26

A GARANTIA LEGAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO ÀS MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS EM RORAIMA: ANÁLISE A PARTIR DA MEDIDA PROVISÓRIA 820/2018 27

SER MULHER MIGRANTE: DESAFIOS E DESEJOS DAS MIGRANTES HAITIANAS NO VALE DO TAQUARI/RS 28

PAPEL DA EDUCAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL DOS IMIGRANTES

MINUTO UNIVATES: TEMPO DE ACESSIBILIDADE 30

NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAc): ENSINO, MATERIAIS DIDÁTICOS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS 31

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E UM CURRÍCULO DE VIVÊNCIAS: UM DIREITO CONQUISTADO? 32

O SERVIÇO PÚBLICO DE ENCONTRO AOS IMIGRANTES: OPORTUNIZAÇÃO DE ACOLHIMENTO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS 33

O QUE NARRAM OS MORADORES DE UM LAR DE IDOSOS SOBRE A SUA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL EM SUA TRAJETÓRIA DE VIDA? 34

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DE IMIGRANTES HAITIANOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO 35

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: ANÁLISE A PARTIR DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO 36

O PEDAGOGO NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÕES 37

PENSAR A INCLUSÃO: MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E OS PROFESSORES DE HISTÓRIA 38

PROJETOS E LIMITAÇÕES QUE MOBILIZAM E/OU IMOBILIZAM OS ESTUDANTES AFRICANOS NO CEARÁ 39

IMIGRANTES NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA PLURILÍNGUE 40

CONTEXTOS DE ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LíNGUA DE ACOLHIMENTO NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DA APOSTILA DIDÁTICA PODE ENTRAR DA ACNUR/ONU 41

O BLOQUEIO LINGUÍSTICO: PRECONCEITO, MEDO OU FALTA DE INTERAÇÃO? 42

A LITERATURA INFANTIL NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DAS CRIANÇAS: UMA POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO 43

HAITIANOS E AFRICANOS NA UFSM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 44

A INSERÇÃO DOS MIGRANTES E SEUS DESCENDENTES NOS AMBIENTES ESCOLARES DO VALE DO TAQUARI/RS 45

TRANSNACIONALISMO, REDES E RELIGIÃO

IMIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NA EUROPA: FRENTES DIVERSAS E FLUXOS DIVERSIFICADOS 47

RELIGIOSIDADE E IMIGRAÇÃO: OS BENGALIS E O ISLAMISMO NO SUL DO BRASIL 48

AS MULTIDIMENSÕES DO TRANSNACIONALISMO MURIDE E A IMIGRAÇÃO SENEGALESA 49

ÍTALO-BRASILEIROS NA ITÁLIA 50

ELABORAÇÃO DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: SEGURANÇA NACIONAL AO FINAL DO JOGO 51

A VIDA EM UM CAMPO DE REFUGIADOS: RELIGIÃO E CULTURA 52

OS CAPITÉIS DOS MIGRANTES HISTÓRICOS ITALIANOS E DE SEUS DESCENDENTES NA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI/RS: UMA EXPRESSÃO RELIGIOSA DE FÉ E CATOLICISMO 53

ESPAÇOS RELIGIOSOS DA IMIGRAÇÃO HAITIANA NUMA PEQUENA CIDADE: O CASO DE ENCANTADO - RS/BRASIL..... 54

A COMIDA É O DE MENOS: A IMPORTÂNCIA DAS REDES SOCIAIS E DOS LAÇOS TRANSNACIONAIS DAS FAMÍLIAS DE MIGRANTES BRASILEIROS NA COLÔMBIA..... 55

TRABALHO, DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÕES

INTERAÇÕES ENTRE BEBÊS HAITIANOS E BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 57

VENDEDORES AMBULANTES SENEGALESES EM RIO GRANDE/RS: IMIGRAÇÃO, TRABALHO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL NA CONTEMPORANEIDADE 58

FANTASMAGORIA DO “OUTRO LUGAR” - FUGAS E APROXIMAÇÕES DO VALE DO TAQUARI: AS MIGRAÇÕES LGBTQI 59

MAPEAMENTO DO PERFIL LABORAL DE IMIGRANTES CONTEMPORÂNEOS EM CAXIAS DO SUL-RS: ANÁLISE DE CURRÍCULOS DOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO “OFICINA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA IMIGRANTES” DA FACULDADE MURIALDO 60

O MULTICULTURALISMO E A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS, IMPACTOS DA CORRUPÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO E SEUS EFEITOS DIANTE DOS DIREITOS HUMANOS..... 61

O DIREITO DE BRINCAR DAS CRIANÇAS: ENCONTROS ENTRE INFÂNCIA RURAL E URBANA..... 63

O TRABALHO ENQUANTO DIREITO: OS ENTRAVES PRESENTES NO ACESSO AO TRABALHO AOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO BRASIL, O DIREITO DE MIGRAR: A EXPERIÊNCIA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DO CAM NO ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES NA SERRA GAÚCHA 64

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS E IDENTIDADES

“SE [VOCÊ] FICA FELIZ COM O DINHEIRO, FICA FELIZ COM O TRABALHO”: PRODUÇÕES ENTRE OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS E O TRABALHO 67

FRONTEIRAS NÃO TERRITORIAIS NA MIGRAÇÃO 68

LEGISLAÇÃO E POLÍTICA MIGRATÓRIAS: UMA ANÁLISE DO BRASIL REPÚBLICA 69

O AMBIENTE SOCIAL EM MEIO À INTERAÇÃO DE SURDOS E IMIGRANTES..... 70

MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DOS IMIGRANTES CONTEMPORÂNEOS ECONOMICAMENTE ATIVOS EM CAXIAS DO SUL (RS) 71

MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS: A PROBLEMÁTICA DA CONVENIÊNCIA MORAL..... 72

O PERFIL DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL RECENTE: UM OLHAR NAS CIDADES MÉDIAS DA REGIÃO DOS VALES - RS - BRASIL..... 73

FLUXO MIGRATÓRIO HAITIANO DINAMIZA OS ESPAÇOS URBANOS EM PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES DO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL - BRASIL 74

VIVENDO O DISCURSO DE ÓDIO: O CASO DO IMIGRANTE CHEIKH OUMAR FOUTYOU DIBA..... 75

DESLOCAMENTO, SUBJETIVIDADE E CIDADANIA: NAS MARGENS E INTERSTÍCIOS DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS..... 76

SOCIEDADES TRADICIONAIS E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

FONTE DE ÁGUA NATURAL: O ACESSO AO DIREITO HUMANO À ÁGUA NO UNIVERSO COSMOLÓGICO DA TERRA INDÍGENA FOXÁ DE LAJEADO/RS..... 78

OS PRESSUPOSTOS DA CIDADANIA AMBIENTAL NO MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO 79

O ENGAJAMENTO DE MULHERES NEGRAS, REMANESCENTES DO QUILOMBO DO MORRO ALTO/RS, NA PRÁTICA DO RITO FUNERÁRIO DA COBERTA D'ALMA 80

DE FAZENDA À COLÔNIA CONVENTOS: DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO COLONIZATÓRIO DO VALE DO TAQUARI ENVOLVENDO RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E INTERÉTNICAS DOS DISTINTOS MIGRANTES ESTABELECIDOS NO TERRITÓRIO..... 81

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CRIANÇA QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE CUSTANEIRA (PI) 82

MOVIMENTAÇÕES DE POPULAÇÕES GUARANI, SÉCULOS XIII AO XVIII EM UM ESPAÇO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL 83

ESCRAVIDÃO NO VALE DO TAQUARI: CRIME E CASTIGO NO SÉCULO XIX..... 84

O PROCESSO ABOLICIONISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS EM TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO/RS 85

EXPANSÃO TERRITORIAL E MANEJO DO ESPAÇO: A INTRODUÇÃO DE CULTIVOS DOMESTICADOS EM TEMPOS PRÉ-COLONIAIS POR POVOS GUARANI..... 86

CULTIVO, RESITÊNCIA E PERMANÊNCIA: NOVOS ELEMENTOS DA MIGRAÇÃO DO GRUPO JÊ 87

A TERRA INDÍGENA PÓ MÁG EM MEIO AO CONTEXTO KAINGANG DE RETORNO AOS TRADICIONAIS TERRITÓRIOS 88

AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS FORQUETA E GUAPORÉ/RS NO CENÁRIO DE OCUPAÇÃO JÊ PRÉ-COLONIAL NO SUL DO BRASIL..... 89

ASPECTOS DA ETNICIDADE KAINGANG: UM ESTUDO SOBRE A TERRA INDÍGENA JAMÃ TŸ TÃNH, VALE DO TAQUARI/RS..... 90

SOCIEDADES TRADICIONAIS NO VALE DO TAQUARI: OS SABERES DE PESCADORES SOBRE O ESPAÇO TERRITORIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS 91

TERNO DE REIS DOS FERREIRA: MANIFESTAÇÃO CULTURAL EM BOA NOVA/BAHIA..... 92

A COMPRA DA LIBERDADE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA EM TAQUARI/RS NO SÉCULO XIX 93

Direitos humanos e Cidadania dos imigrantes

Ementa: O GT aceita colaborações sobre políticas públicas de imigração e suas relações com os direitos de imigrantes tanto no controle da circulação de pessoas, como no acolhimento e reconhecimento de direitos dos imigrantes, no Brasil e mundo afora.

Coordenadores:

Daniel Braga Nascimento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Luciana Turatti - Universidade do Vale do Taquari - Univates

Nome dos autores: Cintia dos Santos Leal, Joseane Mariéle Schuck Pinto
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

A EXPERIÊNCIA DOS (I)MIGRANTES AO ACESSO À SAÚDE PÚBLICA NO CENTRO DE SAÚDE VILA DOS COMERCIÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - RS

Resumo: O Brasil, embora não seja o principal país de destino de fluxos migratórios, caracteriza-se na contemporaneidade pela procura de (i)migrantes, sobretudo aqueles direcionados ao Estado do Rio Grande do Sul-RS. Na medida em que a procura pelo Município de Porto Alegre se intensifica, principalmente, por aqueles que migram de forma não documentada, inevitavelmente os desdobramentos desse contínuo fluxo trará significativos reflexos aa vida desses migrantes e imigrantes, visto que a o Município e o Estado não possuem infraestrutura adequada para prestar o acolhimento necessário no tocante ao acesso à saúde pública. Àqueles que buscam os grandes centros urbanos se deparam com uma dura realidade. Os obstáculos a serem superados são muitos. O primeiro deles diz respeito à língua e ao acesso à documentação, eis que a maior parte dos que chegam são indocumentados e ingressam no país por meio de contrabandistas de migrantes, os denominados “coiotes”, o que resulta em processo moroso pela máquina burocrática estatal à concessão do Protocolo ou Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, essencial para a aquisição do cartão SUS, conforme prevê a legislação brasileira. E tal espera acaba por afetar o acesso à saúde pública. No mesmo sentido, importante destacar o advento da recente Lei de Migração (13.445/2017), considerada um avanço no tocante ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, uma vez que derrogou o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80), sendo primordial aferir a capacidade da normativa na garantia do mínimo de dignidade aos migrantes, a exemplo do acesso a saúde e de sua proteção no âmbito político e jurídico. Nesse sentido, o presente estudo objetiva averiguar de que forma ocorre o atendimento e o acesso pelos migrantes e imigrantes à saúde pública junto ao Centro de Saúde Vila dos Comerciários, localizado no Bairro Cruzeiro, em Porto Alegre. Sabe-se que a legislação prevê direitos à saúde e suas respectivas políticas públicas a todos aqueles que se encontram em território brasileiro. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 196, que a saúde é “direito de todos e dever do Estado”, a lei n. 8.080/90 - “Lei do SUS” - estabelece em seu artigo 7º a “universalidade de acesso” e a “integralidade da assistência” à saúde e, a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, desde 1992, prevê o direito “à vida” e à “integridade pessoal”. Assim, toda e qualquer pessoa, independente de sua nacionalidade, pode ter acesso ao SUS.

Palavras-chave: Acesso à saúde Centro de Saúde Vila dos Comerciários Migração.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Simone Andrea Schwinn, Marli Marlene Moraes da Costa
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

A POLÍTICA "WIR SCHAFFEN DAS" DE ACOLHIMENTO A REFUGIADOS DO GOVERNO MERKEL: A ALEMANHA COMO EXEMPLO PARA O MUNDO?

Resumo: Na Europa, a cada dia chegam barcos carregados de pessoas vindas, sobretudo, de regiões em conflito armado, que buscam desembarcar no litoral europeu para ingressar nos países deste continente. O fato é que a política migratória nessa região tem dificultado tanto a entrada quanto a permanência dos migrantes, uma vez que, aos que conseguem ingressar em algum país europeu, as perspectivas não são alentadoras: ou são confinados em centros de imigrantes, ou são enviados de volta aos países de origem ou a um terceiro país ou, para os que conseguem se deslocar para algum país dentro da União Europeia, resta a clandestinidade. Diante desta situação, os países do bloco vêm discutindo uma política de cotas para recepção da população refugiada, tendo a Alemanha se comprometido com a acolhida de um milhão de pessoas nessa condição, sem, no entanto, abrir mão do endurecimento de sua política migratória. Com uma política migratória baseada no slogan "Wir schaffen das" (Nós vamos conseguir), proferido pela chanceler Angela Merkel, a Alemanha recebeu em 2015, quase oitocentos mil refugiados e a expectativa do Ministério das Finanças alemão é de que serão investidos 20 bilhões de euros por ano, entre 2016 e 2020, relativos ao atendimento dos pedidos de asilo. Essa política proporcionou várias críticas por parte dos partidos opositores ao governo, a ascensão do Partido Nacionalista AfD, além da percepção social de que haverá mais atentados terroristas no país. Um possível reflexo dessas críticas, que inclusive dominaram as eleições para o parlamento alemão em 2017, que reconduziu Merkel a um quarto mandato, foi uma queda nos pedidos de asilo para pouco mais de duzentos mil. A política para integração de refugiados adotada pelo Departamento Federal de Migração e Refugiados-Bamf, consiste em uma série de exigências aos refugiados e solicitantes de asilo, como cursos de integração do Escritório Federal, auxílio para integração no mercado de trabalho e outras atividades que proporcionem além da proteção, auxílio no processo de integração nas comunidades, e tem sofrido críticas relativamente à demora em processar os pedidos de asilo no país. A Alemanha, no contexto da União Europeia, insere-se no Sistema Europeu Comum de Asilo, cujo objetivo é assegurar que os requerentes de asilo sejam tratados de forma justa e que os seus casos sejam examinados de acordo com normas uniformes, independentemente do Estado-Membro em que apresentam os seus pedidos de asilo, sendo um de seus principais componentes a introdução de um procedimento comum de asilo e de um estatuto uniforme para os indivíduos que necessitam de proteção internacional. Diante desse cenário, será a Alemanha, um exemplo para políticas migratórias de recepção/integração de refugiados?

Palavras-chave: Alemanha Política migratória Refugiados.

Nome dos autores: Cristiano Sobroza Monteiro
Universidade de Caxias do Sul - UCS

A CARTILHA E O DESFILE DO "BANDO"

Resumo: Nesse trabalho, busco analisar três eventos que envolvem a dinâmica migratória de senegaleses à cidade de Caxias do Sul-RS. As reflexões aqui levantas, incorporam-se a uma pesquisa etnográfica que vem sendo realizada desde o ano de 2013 nessa localidade. O primeiro caso, diz respeito à proposta de criação de uma cartilha de "boas maneiras" aos imigrantes recém-chegados no município, protocolada por um ex-vereador junto à Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, em 2014. O caso seguinte, refere-se a uma entrevista concedida por um ex-prefeito municipal a um jornal local, na qual utilizou o termo "bando" para referir-se aos imigrantes residentes no município. Proponho, a partir desses dois casos, refletir sobre algumas das estratégias criadas pelo poder público municipal na tentativa de controle de tais fluxos migratórios e na própria definição da categoria "imigrante", também, aponto como o Estado acaba criando, em razão disso, dispositivos de controle que buscam interferir nos corpos desses sujeitos. Finalizo, examinando os regimes de visibilidade e as estratégias de agencia construídas pelos imigrantes senegaleses em resposta às insurgências do Estado, colocando em cena, um evento liminar, o desfile da Festa da Uva de 2014, que fez emergir os significados atribuídos e performativos do que é "ser imigrante" e "senegalês" em uma "cidade de italianos". Os resultados obtidos nesse trabalho buscam lançar luz sobre os aspectos que envolvem a inserção e reconhecimento dos imigrantes senegalases em Caxias do Sul, bem como, refletir sobre os limites impostos e os avanços conquistados em relação aos seus direitos sociais.

Palavras-chave: Controle, Estado, Migração.

Nome dos autores: Giuliana Redin, Jaqueline Bertoldo, Julia De David Chelotti
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

A POLÍTICA DE INGRESSO DE MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E REFUGIADOS NA UFSM: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Resumo: Em 2016, a UFSM aprovou o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade por meio da Resolução 41/2016. Esta política, de autoria e proposição do Migraidh, Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional, Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFSM, foi instituída a partir da autonomia universitária e desenvolvida pelo Migraidh com base nos seguintes pressupostos: os novos fluxos migratórios revelam situações de múltiplas vulnerabilidades, que demandam práticas e políticas que dialoguem com essa realidade, o que está muito para além de marcos normativos de categorização das migrações; o direito humano de migrar é negado pela estrutura político-jurídica dos Estados (REDIN, 2013), do que decorrem potencialmente situações de exclusão e sujeição do migrante internacional. Neste sentido, a Resolução 41/2016 ampliou a possibilidade de acesso para a população migrante em situação de vulnerabilidade, além da refugiada, estabeleceu a facilitação documental para comprovação de ensino médio ou equivalente, assegurou a possibilidade de criação de 5% de vagas suplementares em todos os cursos mediante autorização dos respectivos colegiados e dispensou a realização de provas para o ingresso. Esta política, que está na esteira das ações afirmativas voltadas à igualdade de oportunidades, é cotidianamente tensionada por uma estrutura político-social determinante das relações de exclusão e cujas práticas também são reproduzidas no âmbito universitário e acadêmico. Somos desafiados a pensar a partir de uma outra epistemologia, contra-hegemônica, que tenha no horizonte o reconhecimento das determinantes estruturais e dos esquemas totalizantes do pensamento e da ação política, que produzem e reproduzem as relações colonizador/colonizado; opressor/oprimido; dominante/dominado (SANTOS, 2010). A partir deste entendimento, a pesquisa tem por objetivo demonstrar o caráter prático contra-hegemônico da política de ingresso de migrantes e situação de vulnerabilidade e refugiados/as na UFSM, não apenas pela sua concepção e instrumentalização, mas também porque ao trazer o sujeito migrante para o ambiente universitário, coloca-o em um lugar que estruturalmente não lhe é reservado nesta ordem. Este sujeito é aquele estruturalmente excluído em uma máxima, pois sua condição de vulnerabilidade é agravada pela barreira político-jurídica, linguística, cultural, econômica, racial. Como orientação metodológica, a pesquisa apoia-se na abordagem analética dusseliana (1986), baseada na afirmação do Outro, como distinto, e não como ser totalizado na estrutura dominante; o método dialoga com a ética da afirmação analética da exterioridade do outro. A técnica de pesquisa utiliza a análise documental da Resolução 41/2016, a partir de categorias sócio-políticas definidoras de vulnerabilidade social na perspectiva das migrações. Demonstramos, como resultado, que a política de ingresso de migrantes e situação de vulnerabilidade e refugiados/as na UFSM possui elementos práticos contra-hegemônicos, uma vez que subverte a lógica da universidade como espaço privilegiado e questiona a lógica que condiciona o migrante e refugiado no modelo do Estado-Nação. Os pressupostos teóricos/científicos e práticos que norteiam a construção dessa política na UFSM e orientam a atuação do Migraidh contribuem nesta perspectiva para a reflexão sobre os desafios da permanência destes estudantes na Universidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Migrações Internacionais; Refúgio; Políticas de Inclusão; Acesso à Educação Superior.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Josiane Aparecida do Nascimento do Amarante, Denuza Vieira de Siqueira, Juliana Rossa
Faculdade Murialdo

MAPEAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES HAITIANOS ATENDIDOS PELO CRAS/LESTE EM CAXIAS DO SUL-RS

Resumo: O impacto social das migrações internacionais contemporâneas é bastante significativo na realidade de Caxias do Sul. A cidade, um dos principais polos econômicos do Estado, é um dos principais destinos de imigrantes no Rio Grande do Sul, principalmente de países como Haiti e Senegal.Com o objetivo de desenvolver um mapeamento do perfil socioeconômico dos imigrantes haitianos em Caxias do Sul, este projeto está sendo realizado no Centro de Referência da Assistência Social localizado no bairro De Lazzer, o CRAS/Leste, onde há registro de atendimento de aproximadamente 300 haitianos de 2013 a 2017. Além de realização de revisão bibliográfica sobre os fluxos migratórios de haitianos para o Brasil, esta pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, com abordagem quali-quantitativa, sobre a realidade da comunidade haitiana na cidade atendida pelo CRAS. Os dados foram coletados de 104 fichas de atendimento que foram preenchidas à mão pelas atendentes no período referido. Em uma primeira fase, os dados quantitativos estão sendo analisados estatisticamente, e os dados descritivos estão sendo analisados por meio de análise de conteúdo. Os dados preliminares mostram que os imigrantes haitianos convivem, em grande parte, com seus núcleos familiares; têm grandes demandas de emprego e alimentação; além de enfrentarem a barreira da língua, o que dificulta a comunicação para os atendimentos no CRAS, bem como sua inserção local. Este projeto integra a Linha de Pesquisa em Migrações Contemporâneas na Serra Gaúcha, do Núcleo de Pesquisa e Extensão Acadêmica (NPEA) da Faculdade Murialdo.

Palavras-chave: Imigrantes.Haitianos. Assistência Social. CRAS. Caxias do Sul-RS.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Adriano de Almeida Machado Pistorelo
Faculdade Murialdo

NOVAS NORMAS DE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Resumo: A Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, Lei de Migração, regulamentada pelo Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, substituiu o Estatuto do Estrangeiro. Haja vista a complexidade que o tema suscita no País devido aos intensos e diversos fluxos migratórios internacionais que vem recebendo nos últimos anos, este estudo tem como objetivo realizar uma análise crítica das novas normas de regularização migratória no Brasil. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a abordagem qualitativa por meio de uma revisão em literatura jurídica, além do raciocínio indutivo para interpretar os encaminhamentos realizados pelos órgãos governamentais, analisando situações pontuais da nova Lei. Em relação aos fins, este é um estudo exploratório e descritivo. Sabe-se que a nova. Sabe-se que a nova legislação tem como ponto basilar os direitos humanos, e, se comparada ao antigo Estatuto, trata-se de progresso no processo de regularização migratória, haja vista que, ao migrante, é assegurada a condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade entre outros direitos. Entre as resoluções, nos termos do Art. 127, da Lei de Migração, em regra, os pedidos de autorização de residência serão endereçados ao Ministério da Justiça, todavia, os pedidos de autorização de residência serão endereçados ao Ministério do Trabalho quando forem fundamentados nas seguintes hipóteses: pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; trabalho ou oferta de trabalho; realização de investimento, realização de atividade de relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; prática de atividade religiosa; e no serviço voluntário. Desde sua regulamentação, a nova Lei dependeu de normas específicas, como portarias interministeriais, resoluções normativas de órgãos e ministérios para que os registros e autorizações a migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados, apátridas e asilados tivessem fruição, ou mesmo, pudessem ser requeridos. Nesse sentido, até o momento, foram expedidas oito portarias interministeriais, estabelecendo procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, reconhecimento de apátrida, perda e cancelamento de autorizações de residência e acolhida humanitária. A fim de regulamentar os pedidos de concessão de autorizações de residência para atividades de competência do Ministério do Trabalho, foram expedidas pelo Conselho Nacional de Imigração - CNIg, 26 Resoluções Normativas. Os casos de asilo político são regulados pelo Decreto regulamentador da nova Lei, em especial nos arts. 109 a 118, e se territorial, quando solicitado em qualquer ponto do território nacional, deve ser requerido perante unidade da Polícia Federal, após será encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, para análise e decisão. Todavia, mesmo com expedição de Decretos, Resoluções Normativas, Portarias e Portarias interministeriais, o processo de regularização migratória, os pedidos de isenção de taxas, encontram um limbo institucional, como a falta de determinações de prazos para concessões, supressão de informações a respeito de autorizações de viagens durante a tramitação entre outros. Assim sendo, entende-se que, mesmo com tantas inovações e garantias, além da nova Lei possuir pontos que dificultam em excesso a vida dos imigrantes, instaura certa instabilidade e insegurança para aqueles que já residem no Brasil e para os que estão para chegar

Palavras-chave: Imigrantes. Lei de migração. Portarias.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Jane Márcia Mazzarino, Rodrigo Müller Marques, Margarita Rosa Gaviria Mejía
Universidade do Vale do Taquari - Univates

SOMOS MIGRANTES ? EXPERIÊNCIAS EM CINEMA EDUCAÇÃO

Resumo: As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) engendram processos complexos na sociedade. Ocorrem retroalimentações envolvendo a comunicação, a cultura e a política, perpassadas pelo aparato tecnológico, que constrói um mundo com telas, hipertextos e redes, com tráfego de informações em grande volume e velocidade. Os processos comunicativos afetam a educação, transformam-na, colocam novos contextos, olhares e sentidos. Essa pesquisa trata da produção de imagens a partir de experiência de cinema no campo da educação, com a produção colaborativa de um documentário por universitários. Coloca-se como objetivo descrever e analisar o processo de produção audiovisual, por estudantes da graduação da Univates, sobre o tema migrações. As migrações fazem parte da história brasileira desde a época da colonização, mas os elementos que a estimulam e os atores envolvidos mudam conforme o contexto histórico. Através da mobilidade o migrante exerce um direito humano digno, nem sempre reconhecido pelas sociedades de acolhida. O processo participativo utilizou-se de estratégias do campo da educomunicação, que se propõe a potencializar as relações entre comunicação e educação; possibilitar a experimentação, a cooperação, a expressão, o compartilhamento, o exercício do espírito crítico; democratizar o conhecimento; promover o compartilhamento de ideias e abrir espaços para construção de ecossistemas colaborativos. A metodologia da pesquisa tem viés qualitativo e participativo. Analisam-se diários de campo construídos por meio de relatos que têm inspiração etnográfica e o documento audiovisual produzido por meio de uma intervenção gerada pelo grupo de pesquisa Comunicação, Educação Ambiental e Intervenções (Ceami/CNPq), ligado ao Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Universidade do Vale do Taquari - Univates. Os estudantes universitários foram convidados a participar de um curso de Formação em Produção Audiovisual Interfaces, produzido por projeto de extensão universitária homônimo. Seu desafio era explorar uma das faces do projeto: as migrações, por meio da apropriação das TICs. Os bolsistas da pesquisa atuaram no grupo como participantes-pesquisadores, tendo como diretrizes a dinamização, a observação e o registro do processo. As análises possibilitaram a criação de três categorias: narrativas, significações e atravessamentos. Os resultados demonstraram que: a ideia inicial nem sempre se concretiza, com o audiovisual podendo tomar outros rumos; os conflitos fazem parte da produção colaborativa, porém, podem ser superados; o engajamento entre os participantes marcou a trajetória do grupo no processo de construção do documentário; a experiência foi permeada por emoções contraditórias; os participantes foram afetados em seus modos de se pensar e interagir com o conhecimento.

Palavras-chave: Migrações Cinema Educação Intervenção Pesquisa qualitativa.

Nome dos autores: Bruna Zandoná Baú, Elivélton Cavalheiro dos Santos, Elivélton Cavalheiro dos Santos, Bruna Zandoná Baú
Universidade do Vale do Taquari - Univates

O MULTICULTURALISMO E A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS, IMPACTOS DA CORRUPÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO E SEUS EFEITOS DIANTE DOS DIREITOS HUMANOS

Resumo: Os direitos humanos são os direitos que são universais e inerentes a todos os indivíduos, como a vida, liberdade e igualdade, não importando outras características, como nacionalidade, opção política, orientação sexual, raça, crença, entre outras. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), publicada em 1948 é o marco da universalidade e inerência dos direitos humanos, visto que seu artigo 1º dispõe que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Assim, a condição humana é suficiente para que todos tenham a titularidade de direitos essenciais. Ocorre que vive-se em uma sociedade multicultural, em que em diferentes lugares predominam culturas muito distintas em costumes, crenças e valores. Assim, surge o conceito de multiculturalismo, que é o fenômeno entendido como a diversidade de culturas e ideologias encontradas nas sociedade atual. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a observância dos direitos humanos diante de uma sociedade multicultural. O multiculturalismo pode ser observado de acordo com duas linhas de pensamentos distintas: a relativista e a universalista, especialmente no tange aos direitos humanos. Para a teoria relativista, o julgamento interno é mais importante que o da sociedade internacional, ou seja, não há critérios mínimos para o diálogo entre culturas, não havendo possibilidade de proteção internacional de direitos humanos. Já na visão de multiculturalismo universalista é permitido a propagação de várias ideias desde que existam valores universais básicos respeitados. Deve haver nessa concepção um denominador mínimo entre os atores do cenário internacional. O multiculturalismo deve funcionar como uma forma de preservação das diferenças culturais, garantindo, assim, que cada cidadão possua uma vida digna e livre, com seus direitos e liberdades básicas, onde os direitos humanos ajam de forma que não descaracterize cada costume. A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório, realizada a partir do método dedutivo, utilizando-se técnicas bibliográficas e documentais, como livros e artigos científicos., A caminhada histórica dos Direitos Humanos é longa, e foi consolidada devido a grandes catástrofes praticadas pelo homem, à ambição ao poder, o descontentamento territorial e até mesmo por se acreditar em uma raça superior às demais. Os Direitos Humanos surgem como uma fonte de proteção para permitir a todos os seres humanos condições dignas. Com o passar dos anos, filósofos, autores, estudiosos e cientistas, analisam e tomam posicionamentos perenes em relação a decisões do homem para com seus semelhantes. Cumpre ressaltar que os direitos humanos, apesar de terem sido construídos e elaborados durantes os anos, ainda estão sendo construídos a duras penas, pois em pleno ano de 2018 o mundo ainda enfrenta guerras, nas quais crianças são mortas. Diante do cenário atual envolvendo a corrupção, não só no Brasil, mas no mundo, os Direitos Fundamentais e Humanos são diretamente afetados. A corrupção está impregnada na história brasileira desde o período colonial, quando a família portuguesa chega ao Brasil explorando as riquezas naturais do Brasil, em troca de produtos supérfluos com pouco valor. Recursos que garantem direitos básicos são desviados pelos representantes que são eleitos democraticamente, os quais deveriam oferecer proteção aos Direitos da população, direitos básicos como: saúde, segurança, educação, direito à propriedade privada, liberdade de pensamento, de expressão, de crença, igualdade formal, entre

outros direitos. No entanto, a lei é violada por aqueles que detêm o poder e a sociedade é roubada, afetando diretamente a democracia e abalando a confiança da sociedade nos seus representantes. Apesar de o Brasil enfrentar diversos escândalos de corrupção, que vieram à tona por meio de operações como a da Lava-Jato e outras, o que não torna o Brasil exclusividade no mundo, outros grandes casos vieram à tona ao longo dos anos por meio de investigações. Essas iniciativas promíscuas e negativas dos políticos (representantes dos interesses da população) levam o país a ter sua imagem rebaixada a ladrões, e o cenário da corrupção, tanto no Brasil quanto no mundo perpassa anos a fio, apenas havendo mudanças nos personagens. Essa realidade está longe de acabar, mas há países que há séculos lutam contra a corrupção e usufruem dos benefícios disso, como a Dinamarca. Dessa forma, resta à população fiscalizar e exigir, cada vez mais, os seus direitos, não permitindo que os representantes sobreponham os seus interesses individuais sobre os interesses coletivos da sociedade. O presente artigo, utilizou a metodologia descritiva, de caráter exploratório, utilizando-se de estratégias bibliográficas, por meio do levantamento de artigos científicos, sites e livros.

Palavras-chave: Multiculturalismo. Direitos Humanos. Universalidade., Corrupção Direitos Humanos Sociedade.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Roberto Rodolfo Georg Uebel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA MIGRATÓRIA BRASILEIRA

Resumo: Esse paper é resultado de pesquisa doutoral no campo dos Estudos Estratégicos Internacionais e realiza uma revisão bibliográfica, histórica e conceitual da política externa migratória brasileira, além de contextualizá-la brevemente face aos ditos novos fluxos imigratórios do século XXI, tais como os de bolivianos, haitianos, senegaleses e venezuelanos. Por política externa migratória entendemos a parte da política externa brasileira voltada às migrações, cuja atribuição é demandada desde a formulação de políticas públicas para imigrantes e refugiados até a "propagandização" do Brasil em potenciais países emissores de migrantes, ainda que de forma subjetiva, não-programada e não-coordenada. Ao não inferirmos a existência de uma política migratória nacional, e sim uma agenda voltada às migrações internacionais, procedemos também com uma revisão teórica sobre temas atrelados à discussão em tela, tais como cidadania dos imigrantes e refugiados, influências da política doméstica, soberania, acesso ao emprego e educação. Ademais, o paper também realiza uma comparação aprofundada entre o Estatuto do Estrangeiro, o caderno de propostas da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio de 2014 e a efetiva nova Lei de Migração, a fim de encontrar pontos que versem sobre os temas já mencionados, além de questões divergentes que perpassam os dois entes normativos e a proposta de revisão geral da legislação migratória brasileira de 2014, engavetada com o processo de impeachment de 2016 e totalmente reconfigurada em 2017. A nossa pesquisa identifica, portanto, elementos intrínsecos à política externa brasileira tradicional, tais como a centralização e monopólio da tomada de decisão por parte do Itamaraty, a falta de diálogo interinstitucional, nomeadamente da Polícia Federal, Ministério do Trabalho e Ministério das Relações Exteriores, e a falta de sincronia entre a política externa e os fluxos imigratórios a partir do governo de Lula da Silva, agravando-se nas duas administrações subsequentes. Deste modo, o texto pretende inaugurar, além da proposta de criação do termo "política externa migratória brasileira", o debate acadêmico sobre o tema à luz dos novos fluxos e recrudescimento do discurso político sobre a imigração no Brasil, mormente o contencioso eleitoral de 2018 que se avizinha e das próprias perspectivas geopolíticas e geoeconômicas relacionadas às migrações em geral.

Palavras-chave: Política externa migratória Brasil Itamaraty Imigração.

Nome dos autores: Josimar Lucas do Nascimento, Adriano de Almeida Machado Pistorelo, Adriano Pistorello, Juliana Camelo, Josimar Lucas do Nascimento, Rafaela Bossardi, Vanessa Perini Moojen
Faculdade Murialdo

O TRABALHO ENQUANTO DIREITO: OS ENTRAVES PRESENTES NO ACESSO AO TRABALHO AOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO BRASIL, O DIREITO DE MIGRAR: A EXPERIÊNCIA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DO CAM NO ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES NA SERRA GAÚCHA

Resumo: Nos termos da Declaração Universal do Direitos Humanos, toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego, sendo que tal direito trata da pessoa humana, e não a condição migratória do indivíduo. No mesmo sentido, a toda pessoa não deve sofrer discriminação em meios de proteção social, além de recebimento ao trabalho digno. Na Legislação interna, o Art. 6º CF/88 o trabalho é assegurado como um dos direitos sociais conquistados, e mais recentemente a nova lei de migração traz em seu bojo, como princípio, a garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e a aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. O Art. 5º da Carta Magna, assegura que todos são iguais perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza, assim, aplicável aqueles que vêm ao Brasil em busca de melhores condições de vida: seja por meio da migração voluntária ou forçada. Todavia, cabe refletir sobre como este direito tem se constituído na sociedade brasileira e, além disso, é importante analisar quais são os movimentos realizados nas esferas federais, estaduais e municipais para garantir o acesso a este direito. Mesmo que a legislação assegure igualdade de direitos, sabe-se que parte da população ficará fora da formalidade do trabalho, visto que, o modo de produção capitalista pressupõe que parcela desses trabalhadores deverá se manter excluída das relações formais de trabalho, para manter a ampla concorrência no mercado de trabalho: o dito exército de reserva. Destarte, parte dessa população dos “excluídos” ficará na informalidade, desprotegidos das políticas de proteção ao trabalhador e, consequentemente, sem reconhecimento legal que os garantem o acesso aos direitos trabalhistas. Deste modo, o que se pretende abordar neste trabalho, além de analisar o trabalho enquanto um direito constituído, é apontar distinção vivenciada pelos migrantes nas relações de trabalho que os direcionam à exclusão social. Em relação aos imigrantes internacionais, que migram por necessidade, tendo por motivos os desastres ambientes e/ou crises econômicas, que os “forçam” a ir em busca de melhores condições de vida, o acesso à renda se torna um grande desafio. Além dessa dificuldade, aponta-se para a discriminação e a precarização do trabalho assumido por estes que, muitas vezes, encontram na informalidade oportunidades degradantes de trabalho. Não basta, apenas, superar a dificuldade de se acessar o trabalho formal no Brasil, é preciso atentar à forma como tem se dado essas relações de trabalho. Seja em frigoríficos, na construção civil ou na indústria em geral, a população imigrante tem sentido na pele o acirramento da exploração, o trabalho insalubre e a baixa remuneração. É preciso avançar e constituir a cultura do trabalho enquanto direito, enquanto meio de garantir o acesso à renda e proporcionar melhores condições de vida. É preciso transcender fronteiras e compreender que, seja entre cidades, estados, países ou continentes, somos todos migrantes em busca de melhores condições de vida., Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM) na garantia de acesso da população imigrante aos direitos humanos, bem

como, apontar os obstáculos identificados nesse processo. A pesquisa vem sendo elaborada a partir das vivências tidas nos atendimentos aos imigrantes, em articulação com os conhecimentos teóricos que têm fundamentado o trabalho realizado na instituição. Conforme preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. Na esteira desse entendimento, a nova lei de migração preconiza princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas aos migrantes. Contudo, apesar de todas as garantias legais, muitos direitos dos migrantes são limitados, reduzidos e até mesmo negados. Nesse sentido, o CAM conta com uma equipe interdisciplinar que tem trabalhado para assegurar os direitos dos migrantes nas mais diversas áreas, em conjunto das políticas públicas, visando à superação das situações de vulnerabilidade social e o acesso aos direitos fundamentais, e com o objetivo de assegurar a regularização migratória, partindo de uma perspectiva intercultural. Ademais, na questão jurídica, visa assegurar, ao migrante, informações e orientações legislativas, no intuito de que o migrante tenha conhecimento dos seus direitos. No que tange à saúde, não é raro imigrantes procurarem o CAM com relatos de não conseguirem atendimento nas unidades de saúde. O mesmo ocorre na área da assistência social. Alguns dos limitadores identificados, que dificultam o acesso dos migrantes aos serviços da rede de proteção social, são: a barreira linguística, o desconhecimento dos imigrantes sobre os seus direitos e o despreparo dos trabalhadores das diversas políticas públicas. Por vezes, as questões apontadas acabam por burocratizar ainda mais o acesso aos direitos. Assim como a dificuldade de acesso às políticas públicas, o acesso ao trabalho também tem sido um limitador relatado pelos migrantes atendidos na instituição. Seja em razão do preconceito racial e/ou étnico, da baixa qualificação profissional ou da barreira linguística, esta dificuldade tem atingido boa parte da população migrante e atravancado ainda mais a conquista por condições dignas de vida. Nesse sentido, a experiência tem apontado um caminho em direção à sensibilização e capacitação dos profissionais da rede de proteção social para o conhecimento sobre os direitos dos imigrantes, estando familiarizados com as especificidades dos diversos públicos atendidos. Outra estratégia para a garantia no acesso aos direitos é o incentivo ao protagonismo dos imigrantes na luta por seus direitos, o que perpassa a retomada das diretrizes e princípios promulgados pelo Sistema Único de Saúde e pelo Sistema Único de Assistência Social, em especial no que se refere a universalidade de acesso do SUS, e da universalização dos direitos sociais do SUAS. Enquanto resultados, além das questões já apontadas, busca-se dialogar sobre a temática da migração, buscando identificar possíveis barreiras que tem colocado os imigrantes à margem da sociedade e dificultado o acesso aos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Trabalho. Imigrantes. Direitos Sociais. Exclusão Social., Direitos humanos Migração Cidadania Acesso e garantia de direitos.

Gênero e Saúde da Mulher

Ementa: Serão aceitas as contribuições sobre o papel das mulheres nos processos migratórios; a posição das mulheres imigrantes no âmbito das famílias transnacionais; Os sentimentos e emoções que as mobilizam e (ou) as paralisam. O GT aceita propostas que foquem a questão das migrações e suas relações com os processos de saúde e doença relacionados com as populações migrantes. Serão bem vindas contribuições de cunho teórico ou de pesquisa de campo sobre as interfaces entre saúde e imigração nos seus diferentes contextos.

Coordenadora:

Margarita Rosa Gaviria Mejía – Universidade do Vale do Taquari - Univates

Nome dos autores: Lívia Pacheco da Cruz; Renata Maria Gonzatti; Andréa Pellegrini Fetzner
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

A NOVA LEI DE MIGRAÇÕES E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

Resumo: A migração de seres humanos é um fenômeno que se estende ao longo de toda a história da humanidade, às vezes com menor, outras com maior intensidade. Em cada nova onda migratória verifica-se uma multiplicidade de fatores complexos que motiva e/ou força pessoas a deixarem suas nações, suas raízes, a sua identidade histórica e as desafia a adaptarem-se a novas culturas e em buscarem condições para a própria sobrevivência. Os fluxos migratórios levam milhares de pessoas a percorrer grandes distâncias geográficas, em condições que colocam suas vidas em risco. Vão desde os conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos ou por motivação econômica, quando o migrante deixa seu país em busca de melhores condições de vida para si e para sua família. As mulheres e crianças somam um grande contingente dessa população em movimento e, devido a sua maior vulnerabilidade, tem seus direitos violados de forma mais acentuada. O mundo assiste, nos dias atuais, intensas movimentações humanas em várias partes do mundo, especialmente na Europa, onde as imagens são reveladoras de uma tragédia humanitária que leva milhares de pessoas a fugirem de guerras e lutarem pelo direito ao refúgio em países onde depositam suas esperanças de uma vida melhor. Mais recentemente, o Brasil também tem sido o destino de um grande contingente de migrantes, motivado por um período de crescimento econômico interno ou por sua localização geográfica, o que demandou ações governamentais para a recepção e atendimento dos migrantes. Em 2010, foram registrados 566 pedidos de refúgio ao Estado brasileiro; já em outubro de 2014, os pedidos já chegavam a 8.302 No ano de 2017, o governo brasileiro estimou a entrada de 52.000 venezuelanos, de acordo com os dados disponibilizados pela Agência da ONU para Refugiados. Uma das questões que se levanta é em que condições de proteção jurídica ingressam os migrantes no Brasil, especialmente as mulheres? Que garantias legais possuem e que lhes garante a proteção dos direitos humanos? Podemos afirmar que existe uma perspectiva de gênero nas políticas adotadas? O enfoque deste trabalho baseia-se no estudo dos instrumentos jurídicos brasileiros e sua aplicação, analisando a política-normativa do Brasil para com os migrantes, especialmente a lei de migrações, Lei n.º 13.445/2017, de forma a verificar se houve avanço na proteção dos direitos humanos dos migrantes e sua inserção na comunidade brasileira, considerando o enfoque de gênero. Ressalta-se que se trata de um trabalho de revisão bibliográfica, baseado em literatura relevante sobre o tema, além de pesquisa documental. O método a ser utilizado é o hipotético dedutivo, cuja hipótese reside no fato de que as mudanças introduzidas pela Lei n.º 13.445/2017 é um avanço na proteção dos direitos humanos dos migrantes, mais especificamente das mulheres.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Gênero. Migração. Políticas Públicas.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Kethlin Carraro Momade, Regina Yoshie Matsue
Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó

IMIGRANTES HAITIANAS: PERCEPÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DO OESTE CATARINENSE

Resumo: Introdução: As mulheres estão cada vez mais compondo o cenário das migrações, tal fenômeno passou a ser chamado de feminilização dos fluxos migratórios. No oeste de Santa Catarina, houve grande fluxo de imigrantes que foram compondo os espaços das cidades principalmente os de nacionalidade haitiana, devido a grande oferta de empregos, especialmente no setor agroindustrial e construção civil. Inicialmente chegaram os homens, seguidos por mulheres e esposas e por último a vinda de familiares e/ou filhos. Todo esse movimento migratório trouxe inúmeras demandas com relação às mulheres, especialmente no setor da saúde, devido às barreiras na comunicação e diferenças culturais. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi conhecer a percepção das mulheres imigrantes haitianas sobre os serviços de saúde ofertados no município de Chapecó - SC. Metodologia: Trata-se de um recorte de dados oriundos de uma dissertação que encontra-se em andamento. Para investigar esta realidade, optou-se pela etnografia, na qual permite descrever densamente os detalhes do contexto proposto a estudar, esta não analisa as estruturas separadas, mas sim considera o todo e sua interação e especificidades. Participaram do estudo dez mulheres imigrantes haitianas, no período gestacional ou puerperal e que tiveram a experiência da maternidade no Brasil. O acesso às participantes foi através das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município e o contato por meio de Agentes Comunitários de Saúde (ACS). A coleta de dados ocorreu através da observação participante na residência das mulheres e de entrevista semi-estruturada. Resultados e discussão: Identificou-se o esforço por parte dos profissionais em assegurar o acesso aos serviços de saúde, mesmo diante da dificuldade na comunicação e as barreiras culturais, sendo os ACS o profissional imprescindível na constituição do vínculo entre as haitianas e equipes de saúde. A Política Nacional de Atenção Básica prevê esse nível assistencial como principal porta de acesso ao Sistema de Saúde, prescrevendo os ACS como interlocutores entre a comunidade e os serviços de saúde. As participantes apontaram como positivos os serviços de saúde no Brasil quando comparados com os serviços do país de origem, especialmente em relação a gratuidade e agilidade no atendimento. As mulheres não percebem situações de preconceito ou discriminação ao acessarem os serviços, entretanto, os profissionais relatam ter identificado situações de negligência com esse público, apontando para uma realidade difícil de lidar devido à questões culturais, de comunicação e racismo velado. Considerações finais: A investigação aponta para uma realidade na qual possui fragilidades, mesmo assim, percebeu-se satisfação por parte das mulheres em relação aos serviços de saúde. No entanto, é importante considerar as situações de discriminação que surgem no contexto de cuidados que acabam dificultando a integração social do imigrante.

Palavras-chave: Imigração. Saúde da mulher imigrante. Haitianas. Cuidados em saúde.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Nicole Garske Weber, Marli Marlene Moraes da Costa
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

A GARANTIA LEGAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO ÀS MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS EM RORAIMA: ANÁLISE A PARTIR DA MEDIDA PROVISÓRIA 820/2018

Resumo: A crise política e econômica que assola os civis da Venezuela tem refletido de forma expressiva no Brasil. Segundo dados governamentais, somente no ano de 2017 foram solicitados 22.247 pedidos de refúgio, representando um aumento inédito de pedidos no Brasil. Desde então, foram aprovadas normas internas que visam tornar esta migração mais humana e cidadã. Entre elas, a Lei 13.445 de 24 de maio de 2017, Lei de Migração, que ao menos do ponto de vista legal, passa a enxergar a migração não mais sob o ponto de vista da segurança nacional, mas a partir do prisma dos Direitos Humanos. E, pontualmente pela crise no estado de Roraima, porta principal de entrada de migrantes venezuelanos, publicou-se em 15 de fevereiro de 2018 a Medida Provisória nº 820, que traz a urgência por soluções no seu texto legal, enunciando sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provado por tal crise humanitária. Entre as garantias da Medida Provisória, está a "proteção social - conjunto de políticas públicas estruturadas para prevenir e remediar situações de vulnerabilidade social e risco pessoal que impliquem em violação de direitos humanos" (art. 2º, II). Na decorrência do processo migratório, as mulheres venezuelanas têm enfrentado mais situações de risco e violações dos direitos humanos do que os homens. Nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, elas enfrentam o preconceito e a indiferença encontrando dificuldades em entrar no mercado de trabalho e na escola, pois a maioria ainda encontra-se de forma irregular no Brasil. Ainda, nos 215 km que separam Pacaraima da capital Boa Vista, as migrantes têm se deparado com engajados aliciadores de tráfico de mulheres e estupradores. Vencida a travessia, ainda, sem uma oportunidade de emprego digno - mesmo as mulheres com ensino superior - algumas migrantes acabam entrando na prostituição e envolvendo-se com organizações criminosas de tráfico de pessoas. Diante de tais fatos violadores, a Medida Provisória referida prevê que faz-se necessária a ampliação de políticas públicas para a "proteção dos direitos das mulheres" (art. 4º, VI). Observe-se então que a Medida Provisória 820 é um marco no tocante ao direito migratório venezuelano no país e que, por tratar-se de direitos fundamentais, a sua proteção e seu acesso à educação e ao mercado de trabalho não poderiam ser retirados do texto legal, eis que são elementos imprescindíveis para o exercício da cidadania e busca por uma vida com dignidade. O que a Medida Provisória traz, é justamente a possibilidade de que se possa cobrar do poder público uma política pública que proteja a mulher de crimes como o tráfico de pessoas, o estupro, a discriminação, entre outros crimes de violência de gênero, e que da mesma maneira oportunize e capacite estas mulheres para o mercado de trabalho e para a sua inserção social. O presente trabalho busca então, elucidar os desafios das políticas públicas sob o viés das possibilidades trazidas pela nova Medida Provisória 820 no atendimento às demandas atuais enfrentadas pelas mulheres venezuelanas que migram para o Brasil.

Palavras-chave: Medida Provisória. Migrantes. Mulheres Migrantes. Refugiadas.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Natalia Sarmento, Margarita Rosa Gaviria Mejía
Universidade do Vale do Taquari - Univates

SER MULHER MIGRANTE: DESAFIOS E DESEJOS DAS MIGRANTES HAITIANAS NO VALE DO TAQUARI/RS

Resumo: Os primeiros migrantes haitianos chegaram ao Vale do Taquari/RS no final do ano de 2012, estes migrantes foram trazidos até a região por indústrias alimentícias para que estes ocupassem cargos e resolvessem o problema da falta de mão de obra que tinham nesse contexto histórico. Uma característica desta migração é que de início tratou-se de uma migração quase que totalmente masculina, sendo relatado por uma voluntária que atua juntamente aos imigrantes em um dos municípios de chegada que junto aos primeiros que chegaram em dezembro de 2012 vieram apenas quatro mulheres em um total de cinquenta migrantes. No entanto, com o passar do tempo muitos homens casados que se estabeleceram no Vale do Taquari/RS, trouxeram suas esposas. Outras chegaram, já não com o apoio das empresas, mas das redes migratórias, configuradas por parentes e amigos estabelecidos no Vale do Taquari/RS. Atualmente são muitas as migrantes haitianas que vivem na região. Não há dados exatos acerca do número e sexo dos imigrantes, pois não existem mecanismos de controle de chegadas e saídas, nem informações sobre o perfil desta população de migrantes. Percebe-se que a presença das mulheres é expressiva, tende a aumentar. O objetivo deste trabalho é analisar os principais desafios e desejos presentes nos discursos das mulheres haitianas. Este estudo se encontra vinculado ao Projeto Identidades Étnicas em Espaços Territoriais da bacia hidrográfica do Taquari/Antas/RS. Para atingir este objetivo se utiliza o método etnográfico. Os dados são levantados em pesquisas a campo, mediante observações registradas no diário de campo e entrevistas semi-dirigidas. Que serão analisadas para detectar informações nos discursos das entrevistadas e dos voluntários que atuam diretamente com as migrantes. Até o momento os resultados parciais apresentam dados referente aos motivos pelos quais migram as mulheres, apontado que além dos motivos comuns aos homens que são a melhoria das condições econômicas, oportunidade de estudar verifica-se no discurso das mulheres que elas também almejam a obtenção de recursos financeiros para posterior envio ao Haiti. Dentre as dificuldades e desejos destaca-se a dificuldade linguística, está apontada principalmente por elementos exteriores, os voluntários e pesquisadores observaram que as migrantes apresentam maior dificuldade na comunicação em relação aos homens, fato que segundo um dos representantes dos migrantes em Lajeado é devido a cultura, quanto aos desejos este é um campo muito subjetivo, mas pode-se destacar a reunificação familiar, pois muitas delas deixam seus filhos no Haiti. Os primeiros migrantes haitianos chegaram ao Vale do Taquari/RS no final do ano de 2012, estes migrantes foram trazidos até a região por indústrias alimentícias para que estes ocupassem cargos e resolvessem o problema da falta de mão de obra que tinham nesse contexto histórico. Uma característica desta migração é que de início tratou-se de uma migração quase que totalmente masculina, sendo relatado por uma voluntária que atua juntamente aos imigrantes em um dos municípios de chegada que junto aos primeiros que chegaram em dezembro de 2012 vieram apenas quatro mulheres em um total de cinquenta migrantes. No entanto, com o passar do tempo muitos homens casados que se estabeleceram no Vale do Taquari/RS, trouxeram suas esposas. Outras chegaram, já não com o apoio das empresas, mas das redes migratórias, configuradas por parentes e amigos estabelecidos no Vale do Taquari/RS.

Palavras-chave: Mulheres. Migração. Desafios. Desejos.

Papel da Educação na Inclusão Social dos Imigrantes

Ementa: Este GT se propõe a refletir sobre a educação na experiência migratória, as demandas por educação e as possibilidades de acesso à educação e às representações sociais em torno dela no âmbito da imigração contemporânea.

Coordenadores:

Cristiane Feldmann - UniRitter Laureate International Universities

Tania Micheline Miorando – Universidade do Vale do Taquari - Univates

Márcia Solange Volkmer – Universidade do Vale do Taquari - Univates

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Tania Micheline Miorando, Maurício Hergemoller
Universidade do Vale do Taquari - Univates

MINUTO UNIVATES: TEMPO DE ACESSIBILIDADE

Resumo: A comunicação é um importante instrumento para a cidadania e a conquista dos Direitos Humanos. O formato acessível da comunicação para anunciar o que é feito na sociedade e nas instituições também se dá pelas traduções de uma língua a outra para todos que nela se vejam compreendidos. Este trabalho quer dar visibilidade à tradução de vídeos institucionais e da divulgação que a Universidade do Vale do Taquari - Univates produziu no decorrer de 2017, em Libras - Língua Brasileira de Sinais e sua veiculação na mídia e espaços institucionais. Por objetivo, temos: Mostrar, pela interpretação em Libras, que os vídeos produzidos no Minuto Univates e vídeos institucionais se fizeram acessíveis para comunicar aos surdos o que a Univates comunica aos ouvintes. Com isso, trazemos à discussão a importância que uma instituição de Ensino Superior, ao tornar-se referência em sua região, e produzir sua comunicação midiática e institucional em diferentes línguas para o acesso da população que tem nela a inspiração para sua formação profissional, política, cultural e social, abre caminhos à acessibilidade linguística. Os procedimentos metodológicos compuseram-se de um formato técnico e investigativo a fim de atingir a produção e veiculação a que se destinava. Os vídeos foram produzidos a partir de uma demanda institucional para orientação em ambiente acadêmico e divulgação externa das notícias a serem comunicadas: atividades culturais e acadêmicas. A produção das reportagens e finalização do vídeo teve o cuidado técnico de deixar espaço para inserir o quadro de intérprete de Libras. Uma vez produzida a imagem, se produzia a filmagem da intérprete em Libras para sua edição e inserção no vídeo para a finalização e sua devolução à demanda requerida. Os resultados deste trabalho mostram que no ano de 2017 a Univates produziu 2 vídeos institucionais e 68 programas Minuto Univates, com interpretação em Libras. O Minuto Univates consistia em um programa de um minuto de duração sobre algum comunicado da Univates à comunidade e sua divulgação. Os vídeos institucionais destinaram-se a anunciar a Univates como universidade, transição conquistada em julho de 2017, e as chamadas para os cursos de formação em EAD, sendo lançados em outubro, do mesmo ano, a se iniciarem em 2018/A. Concluímos que esta foi uma iniciativa importante e ainda realizada por poucas instituições de Ensino Superior. O mesmo que se fez em Libras poderia se ter o cuidado para a transposição de uma legendagem em mais línguas, atingindo públicos que tenham o interesse em conhecer mais da Univates, para além da comunicação oral ou em Língua Portuguesa. Em tempos de alcance para além dos territórios físicos a língua se torna um importante elemento de acessibilidade e conhecimento.

Palavras-chave: Acessibilidade. Mídia. Libras. Interpretação em Libras.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Laura Fontana Soares, Gabriela da Silva Bulla
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAC): ENSINO, MATERIAIS DIDÁTICOS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Resumo: No contexto de ensino de português a migrantes forçados, emerge o conceito de Português como Língua de Acolhimento, representado pela sigla PLAc. Tendo em vista seu caráter incipiente na área de ensino de português como língua não materna, o termo ainda se encontra em processo de redefinições e ajustes, carecendo de discussões. Muito embora a nomenclatura "Língua de Acolhimento" remeta, em um primeiro momento, a um conceito benéfico e imprescindível nas situações de migração forçada, é preciso complexificar seu caráter de uso e repensar suas implicações no ensino, na criação de materiais didáticos e na construção de políticas linguísticas (ANUNCIAÇÃO, 2017). Esta comunicação apresenta um conjunto de reflexões sobre o que é e quais as especificidades de ensino do português no contexto de acolhimento, a partir de pesquisas recentes sobre o tema (AMADO, 2013; ANUNCIAÇÃO, 2017; CABETE, 2010; LOPEZ, 2016; GROSSO, 2010; MARQUES, 2018; OLIVEIRA, 2017; RUANO E CURSINO, 2015; SÃO BERNARDO, 2016), no intuito de estabelecer vias para o aprimoramento do ensino de PLAc. Para isso, compilamos as características do PLAc que já foram anteriormente apontadas por trabalhos de outras pesquisadoras, como o ensino em contexto cujos alunos não são assíduos e possuem diferentes níveis de proficiência em português e de escolarização, inclusive alunos não alfabetizados; o papel desempenhado por ONGs e instituições religiosas que promovem aulas de língua, ministradas por professores voluntários que não possuem formação para exercer a docência; a carência de material didático adequado ao público de ensino, entre outros percalços que se repetem e merecem atenção por caracterizarem o contexto de acolhimento em línguas em distinção aos demais contextos de ensino de línguas (por exemplo, contextos acadêmicos, turísticos etc.). A partir das informações e reflexões apresentadas pelas pesquisas que constituíram esta revisão bibliográfica, buscamos apresentar os contornos deste contexto no Brasil, a fim de incluir pesquisadores de outras áreas no debate sobre o português como língua de acolhimento e suas implicações para a inserção social dos novos fluxos migratórios. Valemo-nos deste retrato construído para apresentar encaminhamentos necessários à agenda de produção de material didático e de pesquisas na área da educação de refugiados e migrantes que desejam aprender a língua portuguesa como parte dos seus processos de inclusão cidadã no Brasil.

Palavras-chave: Acolhimento. Ensino de línguas. Materiais didáticos.

Nome dos autores: Isabel Deconti Fabrin, Danise Vivian
Universidade do Vale do Taquari - Univates

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E UM CURRÍCULO DE VIVÊNCIAS: UM DIREITO CONQUISTADO?

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender como o currículo da Educação de Jovens e Adultos / EJA é estruturado, ou seja, como ele está organizado nesta modalidade educacional. Percebe-se, a partir da leitura de diferentes teóricos que abordam esta temática, como Freire (2005; 2006), Arroyo (2005) e Haddad (2007) que as experiências de vida que estes estudantes carregam consigo são conhecimentos essenciais para serem explorados dentro da sala de aula, no processo de escolarização. Todavia, há que se destacar que nem sempre esta perspectiva é contemplada na escolarização destes jovens e adultos que viram, por diferentes motivos, o seu direito à educação ser negado. A metodologia deste estudo, que está em andamento, é de abordagem qualitativa, de tipo bibliográfico, ancorada nos marcos reguladores sobre a EJA e nos diferentes autores que sustentam a sua constituição. Basicamente, o argumento central da pesquisa está na essência de que educação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é um direito de todos os cidadãos, porém por questões como o trabalho, o sustento próprio e da família, as dificuldades de chegar até a escola e também por questões culturais, muitos jovens e adultos não concluem na idade própria a sua escolarização. A modalidade educacional EJA é um direito subjetivo ancorado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação / LDB e na já referenciada Constituição de 1988, ou seja, todo e qualquer cidadão que deseja retomar seus estudos pode imediatamente exigir o cumprimento do mesmo. Ao se institucionalizar, a EJA obtém ganhos, como uma sala de aula estruturada, professores atendendo a turma presencialmente, transporte escolar, etc, porém há também perdas, como a identidade popular de lutas e conscientização, que buscava discutir sobre aquilo que estava latente na sociedade e passa a ter um currículo repleto de conteúdos com objetivos a serem alcançados. Com a institucionalização da EJA, algumas escolas, deixam de ter um viés de conscientização e passam apenas a transferir conhecimentos. Como resultados parciais da pesquisa verificou-se que a estrutura dos currículos da EJA muitas vezes não aborda as questões referentes às vivências dos educandos, resultando em um aligeiramento de conteúdos. Esse aligeiramento e massificação deixa de lado as três funções essenciais da EJA, a reparadora, no sentido de reparar um direito negado; equalizadora, que busca dar igualdade as oportunidades; e, por último, a permanente ou qualificadora, que visa a atualização dos conhecimentos por toda a vida (BRASIL, 2000).

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Currículo. Direitos humanos. Direito subjetivo.

Nome dos autores: Gabrieli Dapont da Rosa, Nicole Lenhardt Matte
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

O SERVIÇO PÚBLICO DE ENCONTRO AOS IMIGRANTES: OPORTUNIZAÇÃO DE ACOLHIMENTO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS

Resumo: Devido às crises econômicas, climáticas e até mesmo sociais, que tem atingindo países vizinhos ao Brasil, como por exemplo, a Venezuela, cresce a cada dia a quantidade de imigrantes em busca de uma vida melhor em nosso País. Desta forma, imigrantes, muitas vezes fugindo da fome e do desemprego no seu país natal, lotam semáforos de nossas Cidades em busca de serviço e condições mínimas de subsistência. Neste sentido, o tema de nosso artigo é uma análise acerca da forma com que o serviço público de educação recebe o imigrante em nossas escolas, especialmente, no que se refere à adaptação em relação a sua língua originária. O número de estudantes de outras nacionalidades nas escolas brasileiras mais que dobrou entre 2008 e 2016. De acordo com levantamento realizado pelo Instituto Unibanco com base em dados do Censo Escolar, o número de matrículas de imigrantes ou refugiados saltou de 34 mil para quase 73 mil no período de oito anos. A maior parte desses alunos, segundo o levantamento, está concentrada na rede pública, que registra 64% do total de matrículas. O estado que mais recebe estudantes de outras nacionalidades é São Paulo (34,5%), seguido por Paraná (10,7%) e Minas Gerais (10,6%). Com relação ao continente de origem, mais de 40% dos estrangeiros vêm de países da América Latina ou Caribe. Faz necessário ressaltarmos a importância do Estatuto do Imigrante aprovado em maio de 2017, que garante ao imigrante que chega ao Brasil, os mesmos direitos dos cidadãos brasileiros, abandonando a ideia de que o imigrante é uma ameaça à segurança nacional e passa tratar o tema sob a perspectiva dos direitos humanos. Entre os princípios da nova lei, está à garantia ao imigrante de condição de igualdade com os nacionais, inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e o que é pauta neste artigo, o acesso aos serviços públicos de saúde e educação, bem como registro de documentação para o ingresso no mercado de trabalho e o direito à previdência social. Diante desse contexto no qual se insere, a problemática vislumbrada, a pesquisa tem como tema uma análise do que a política pública prestacional de educação, desenvolvida pelo Estado e elencada entre os direitos fundamentais pela Constituição Federal de 1988, pode contribuir para estabelecer e criar pontos positivos em que possamos acolher imigrantes em situações adversas e criarmos mecanismos de inserção social destes, para que se mantenha um equilíbrio natural dentro do nosso próprio País. Para isso, em primeira análise, pretende-se discorrer sobre o direito fundamental ao serviço público de educação no Brasil e sua forma prestacional aos imigrantes, com o objetivo de contextualizar esse momento com o que está positivado na Constituição Federal. Por derradeiro, o trabalho caminha para o fim, e se detém a analisar o projeto de implementação de políticas no serviço público prestacional de educação para imigrantes. A metodologia utilizada será mediante uma pesquisa exploratória, qualitativa, teórica e bibliográfica, aplicando o método dedutivo.

Palavras-chave: Educação. Imigrantes. Serviço Público.

Nome dos autores: Daiane Machado de Souza, Danise Vivian
Universidade do Vale do Taquari - Univates

O QUE NARRAM OS MORADORES DE UM LAR DE IDOSOS SOBRE A SUA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL EM SUA TRAJETÓRIA DE VIDA?

Resumo: Frente à importância que a educação representa na formação sociocultural dos indivíduos, percebe-se que ela sempre é debatida por todas as esferas da sociedade civil, movimentos sociais, direitos humanos, intelectuais, autoridades representativas. Ao longo da formação da sociedade brasileira, muito se discutiu sobre a educação, acentuadamente atrelada principalmente à educação formal de crianças e adolescentes em espaços formais como escolas. Durante um longo período se priorizou e se valorizou a educação formal, em relação a não formal e a informal. Todavia, as duas últimas não contemplam a formação integral e continua dos sujeitos. A partir disto, inicia-se um processo de valorização do espaço não escolar, no caso a educação informal e não formal, tendo estas duas últimas um importante papel na formação sociocultural dos indivíduos. Neste trabalho, em especial, de abordagem qualitativa, busca-se analisar aspectos relevantes sobre educação formal, não formal e informal, através de fontes bibliográficas, valorizando a importância que cada uma representa na formação do indivíduo. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com inspiração de observações, grupo focal e entrevista com a idealizadora do grupo como forma de gerar dados. O resgate de fragmentos de experiências que estas pessoas tiveram ao longo da vida, aliadas ao processo educacional o qual estavam inseridas, configura um importante resgate da trajetória educacional destes indivíduos. Cada ser humano tem direitos fundamentais na sociedade como liberdade, dignidade, respeito, igualdade, entre outros direitos entre homens e mulheres. Esta pesquisa enfatiza, portanto, o direito à educação das pessoas idosas e ressalta a importância da formação em espaços não escolares. Como resultado parcial desta pesquisa que está em andamento pôde-se verificar que as moradoras destacam que a educação é fundamental para sermos “alguém” na vida, precisamos estudar para termos conhecimento, qualidade de vida e almejar um futuro promissor, “para mim a escola foi referência muito positiva, nela aprendi a ler, escrever entre outros conhecimentos adquiridos, nós crianças escutávamos as professoras falar como se fosse nossa mãe, e obedecíamos sempre e aceitamos tudo que era sugerido por ela”. Relato de uma das entrevistadas. Outra entrevistada valoriza o papel da família no processo educacional, “o processo de educar não depende somente da escola, e sim a escola é uma extensão do seio familiar. Na escola aprendi a conviver com pessoas e suas diferenças. Na vida as pessoas ensinam aprendendo e aprende ensinando”.

Palavras-chave: Educação não formal, Idosos, Direitos à educação.

Nome dos autores: Cristiane Feldmann Dutra, Rodrigo Hamilton dos Santos, Rodrigo Vernes Pinto, Suely Marisco Gayer
UniRitter Laureate International Universities

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DE IMIGRANTES HAITIANOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo promover a articulação de políticas públicas para a educação superior pertinentes aos imigrantes haitianos no Brasil.Analisar-se-á se as políticas públicas que permitem o acesso à educação superior aos imigrantes haitianos no território brasileiro são eficientes. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, teórico e documental. A fundamentação teórica do estudo compreende dois momentos: a) a priori, ao tomarmos como referência os dispositivos legais constituintes do corpus investigativo da pesquisa e, b) a posteriori, por meio de um diálogo estabelecido com os autores que aprofundam a temática em foco, tais como Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Pierre Bourdieu, entre outros. As migrações têm recebido grande destaque nos estudos pela sociedade, devido ao seu aumento expressivo, sendo realizado um complexo de pesquisas decorrentes dessa mobilidade humana. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no primeiro semestre de 2016, 3,2 milhões de pessoas foram obrigadas a sair de suas casas devido a perseguições, conflitos e pela mudança climática. É o caso, por exemplo, dos haitianos que, após o terremoto de 2010, migraram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. O evento ocorre, muitas vezes, em decorrência de desastres ambientais, visto que nosso planeta não suporta mais os padrões de consumo que estamos estabelecendo, e infelizmente acaba por atingir aqueles dos locais com menos estruturas e pouco desenvolvidos. Ressalte-se, todavia, que pela legislação internacional os haitianos não são considerados refugiados. Não obstante, o Brasil reconheceu como uma causa humanitária, permitindo a entrada desses como refugiados ambientais. A educação é elemento fundamental para a cidadania e inserção no mercado de trabalho, a que todos deveriam ter direito conforme a Constituição Federal de 1988. Embora tenhamos no Brasil a obrigatoriedade de frequência escolar a crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos, o acesso ao ensino superior, além de ser uma escolha, é um direito acessado por poucos.Nos últimos anos, algumas universidades têm criado programas especiais de acesso para refugiados reconhecidos, solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário. Até o momento são 11 as instituições públicas federais no Brasil que ofertaram vagas, com mais três instituições com programas em implementação até dezembro de 2017. Dentre as universidades, há diferentes critérios de seleção. Quanto aos resultados da pesquisa até o momento, podemos constatar poucas políticas públicas de acesso à educação superior voltada aos refugiados, o que requer o desenvolvimento de políticas públicas aos imigrantes.

Palavras-chave: Educação Superior Haitianos Imigrantes Políticas Públicas Brasil.

Nome dos autores: Simone Andrea Schwinn, Nicole Garske Weber
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: ANÁLISE A PARTIR DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

Resumo: Com o advento da Lei 13.445 de 24 de maio de 2017, Lei de Migração, o Brasil - ao menos do ponto de vista legal - passa a enxergar a migração não mais sob o ponto de vista da segurança nacional, mas a partir do prisma dos Direitos Humanos, na medida em que se rege por uma série de princípios e garantias orientados nesse sentido. Entre as garantias da nova lei, está a "inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas" (art. 3º, X) e "acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social" (art. 3º, XI). Ainda, o artigo 4º da nova lei, que trata da garantia em condições de igualdade com nacionais, assegura o "direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória" (art. 4º, X). Observe-se então que a Lei 13.445 é um marco no tocante ao direito migratório no país e que, por tratar-se de um direito fundamental, a educação não poderia ser retirada do texto legal, eis que é um elemento imprescindível para a cidadania e inserção no mercado de trabalho. Mesmo antes da aprovação da lei, diferentes universidades públicas, tendo em vista a autonomia na criação de programas de acesso e revalidação de diplomas que lhes é garantida, haviam criado programas de acesso especial ao ensino superior por parte de migrantes e refugiados. O que o novo texto legal traz, é justamente a possibilidade de que se possa cobrar do poder público uma política pública de acesso à educação superior (pois sabe-se que a lei por si só não é capaz de resolver os problemas públicos, mas é parte essencial do atendimento das demandas sociais) para que o acesso a esse direito não dependa apenas de iniciativas pontuais de algumas universidades. As universidades dotadas de processos seletivos especiais têm utilizado várias formas de avaliação, tais como: provas de português, entrevistas, conhecimentos específicos de cursos, vestibulares de múltipla escolha, e algumas até aceitam o certificado de participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como comprovação de sua escolaridade. É preciso observar que o acesso à educação é fundamental para o acesso a outros direitos, como o trabalho e a integração local, o que no momento ainda se apresenta como um desafio a migrantes e refugiados em todo o território nacional. O presente trabalho busca então, analisar as possibilidades trazidas pela nova lei de migração no atendimento à esta que é uma demanda frequente e importante da população migrante que se encontra no Brasil, o acesso a educação superior.

Palavras-chave: Educação superior. Lei de Migração. Migrantes. Refugiados.

Nome dos autores: Camila Bagio, Tania Micheline Miorando
Universidade do Vale do Taquari - Univates

O PEDAGOGO NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÕES

Resumo: Os direitos humanos como tema na formação profissional de professores percorre as discussões interdisciplinares e chega aos contextos da educação escolar, cada vez mais plural e de direito. Originalmente, este trabalho teve como objetivo compreender as concepções do pedagogo, atuando na comunidade surda, considerada um espaço não escolar. O pedagogo é importante em diferentes práticas, escolares e não escolares, por ter presente a diversidade que o contexto sócio-cultural apresenta na escola e fora dela. Vivemos um tempo importante para pensar as migrações contemporâneas pelo viés político e social, aproximando-se dos espaços educacionais na busca da formação linguística em um país estrangeiro. Este trabalho incorpora estudos que veem o surdo como estrangeiro em uma país de mesma nacionalização e uso de línguas diferentes e, consequentemente, formação educacional, cultural e política que precisam de um olhar especial. A visão de que o pedagogo deve estar somente dentro de escolas é transformada com esses novos espaços na sociedade. A metodologia se caracteriza pela pesquisa qualitativa, com inspiração na história e narrativa de vida, memórias, olhar sensível diante de observações, diário de campo e um olhar atento a fotografias realizadas em Práticas Pedagógicas em Espaços não Escolares. Destes instrumentos se buscou a geração dos dados. A pesquisa contemplou três eixos: a) Os espaços que os surdos frequentam; b) O pedagogo no espaço não escolar da comunidade surda; c) Atividades realizadas com a comunidade surda. O resultado preliminar deste estudo foi: a) O espaço que os surdos frequentam para práticas pedagógicas, reuniões, atendimentos e demais atividades se dá na associação de surdos, instalada em um prédio próprio para estas atividades. Este é mais um dos espaços que os surdos frequentam dentre outros espaços para encontros, descontração, bate-papo, interação; b) O pedagogo está inserido na comunidade surda como um profissional importante, auxiliando-os nas práticas pedagógicas que podem ser desenvolvidas com o grupo ou individualmente. Amparam os surdos ao ensinar e estudar a Língua Brasileira de Sinais (Libras), sendo sua primeira língua. O pedagogo também organiza o planejamento, as reuniões e os atendimentos; c) As atividades realizadas com os surdos vai desde a formação linguística, complementando-se com atividades que proporcionam conhecimentos e aprendizagens para a construção de sua cidadania. Em seguida, com todas as observações feitas, práticas realizadas com os surdos, os relatos no diário de campo, as memórias, as fotografias auxiliaram na busca de resultados, para que pudesse esmiuçar o olhar diante das práticas pedagógicas na comunidade surda. Em um comparativo com as escolas, percebo que ainda encontramos profissionais despreparados, professores sem conhecimento da língua de sinais, o que prejudica o ensino para os surdos. Ampliando a discussão para chegada de um público que difere-se cultural e linguisticamente, a hipótese é que o mesmo aconteça com estrangeiros que efetivam suas matrículas em escolas. Por isso, a formação do pedagogo deve olhar também para os espaços não escolares e ampliar o cuidado para os migrantes e seus filhos que vêm participar da escola e da comunidade, trazendo novas línguas para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Espaços não escolares. Diversidade Cultural. Comunidade surda. Práticas pedagógicas.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Karina Meyer Braun, Bruno Mallmann Cavalheiro, Tania Micheline Miorando
Universidade do Vale do Taquari - Univates

PENSAR A INCLUSÃO: MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E OS PROFESSORES DE HISTÓRIA

Resumo: Este trabalho foi pensado por alunos do curso de Licenciatura em História, com orientação da professora de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, tendo em vista questões de inclusão social, o que já fora pensando, em aspectos mais amplos durante os estudos no semestre 2017/B. O Brasil está sendo alvo de muitos como um país para novas oportunidades como espaço para morar e trabalhar: pessoas que procuram melhor qualidade de vida e cidadania. Sabendo-se do vultoso preconceito que há quando o tema volta-se para os imigrantes contemporâneos, necessário se fez a criação da Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, a Lei de Migração. A partir daí, os professores em formação inicial buscam aprofundar os estudos já iniciados, agora com ênfase nas migrações contemporâneas, que ocorrem simultaneamente com outros aspectos temerosos da política e economia, o que pode ocasionar, em alguns casos, o não cumprimento pleno de leis criadas para garantir o que já trata os Direitos Humanos. A partir das novas discussões, tem-se como objetivo identificar as concepções dos acadêmicos do curso de História sobre a relevância de saber trabalhar práticas inclusivas em parceria com a comunidade escolar, fazer o mesmo com professores já em atuação na Educação Básica e Superior e trazer a perspectiva dos migrantes haitianos, que já estão presentes na sala de aula. Para a realização do trabalho, será utilizado o método qualitativo através de revisões bibliográficas sobre legislação, inclusão, formação de professor e entrevistas com futuros e já docentes da disciplina de História, e as principais pessoas envolvidas nesse processo de inserção, os migrantes. Com isso, pretendemos fortalecer as práticas inclusivas em sala de aula, tanto na escola quanto na academia, visando realçar a riqueza de haver ambientes compartilhados com diversidade cultural, e de que forma isso beneficia diferentes pessoas. Como resultados parciais, evidenciamos as relações entre povos distintos, as formas que as pessoas nesse meio lidam em situações de “choques culturais”, a importância de haver o respeito ao próximo e a função que tem o professor de História nesses espaços. Quando abertas as portas das escolas para matrícula de migrantes e filhos de migrantes, contemporâneos, faz-se necessário um ambiente em que todos possam receber uma educação adequada, possibilitando a aprendizagem a todos. Os docentes, neste caso os da disciplina de História, têm sua importância no processo de inclusão, contudo, rodas de conversas e de aprendizagem, deveriam ocorrer entre estes profissionais, visando ampliar seu repertório de experiências e buscando por novos métodos para conseguir ensinar.

Palavras-chave: História Formação de professores Inclusão Migração Escola.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Anna Ariane Araújo de Lavor, Marcele Scapin Rogerio, Margarita Rosa Gaviria Mejía
Universidade do Vale do Taquari - Univates

PROJETOS E LIMITAÇÕES QUE MOBILIZAM E/OU IMOBILIZAM OS ESTUDANTES AFRICANOS NO CEARÁ

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo relatar as motivações e dificuldades enfrentadas pelos estudantes africanos no Ceará. O fluxo migratório destes estudantes aumentou consideravelmente desde 2010, com a criação da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção. A primeira cidade brasileira a abolir a escravidão também se tornou a primeira a reunir países de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Mocambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), sendo em sua maioria países africanos, para a realização de cursos de educação formal no nosso país. Atualmente o estado encontra-se com cerca de três mil africanos, sendo que 272 destes imigrantes encontram-se localizados em Redenção - CE e o restante concentra-se, principalmente, em Fortaleza-CE. A faixa etária destes jovens africanos oscila entre os 18 e 25 anos de idade e eles têm como propósito ingressar nos quadros profissionais e intelectuais de seus respectivos países com a posse do diploma em nível superior. Para atingir seus objetivos profissionais, melhorar a qualidade de vida e reforçar a identidade cultural, este contingente migratório vem estimulando a integração destes jovens através da criação de associações. Dentre elas destacam-se a Associação dos Estudantes Africanos no Ceará, Associação de Estudantes da Guiné Bissau do Estado Ceará (AEGBEC) e o Movimento Pastoral Africano. Estas entidades contribuem para fortalecer as reivindicações destes estudantes, dando voz a estes jovens que reclamam pela elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas destinadas aos imigrantes. Conforme pesquisas realizadas, as maiores limitações encontradas por estes estudantes são ocasionadas pelas dificuldades financeiras (principalmente para pagamento de moradia e estudo dos que fazem graduação particular), diferenças sociais, preconceito racial, estereótipos em relação à cor da pele, ao cabelo, às vestimentas, além da desinformação sobre a diversidade cultural africana. Nestas situações, que causam sofrimento e dificultam a relação social uma reportagem de um jornal local relatou que uma universidade particular de Fortaleza-CE, no ato da matrícula apenas de alunos africanos faria a seguinte recomendação: “tomar banho pelo menos duas vezes ao dia, usar perfumes, cremes e loções de pele, pentear o cabelo, escovar os dentes e cortar as unhas”. Como as migrações evocam relações transnacionais, são projetos que envolvem tanto quem fica quanto quem sai do país. Assim, estes jovens recebem o apoio emocional e afetivo necessário para enfrentar as dificuldades através de suas famílias, que entendem nessa viagem de estudos uma forma de melhores condições de vida para seus filhos e países. Além disso, estes imigrantes encaram a viagem como algo de fundamental importância para ter garantido um curso superior de qualidade, visto que saem de lugares os quais não provêm o acesso e a estrutura mínima de ensino público. Assim, eles enfrentam as dificuldades impostas pela imigração, discriminação, saudades dos entes queridos, restrições financeiras e assumem um propósito de estudar para depois, quando retornarem aos países de origem, contribuírem para um maior desenvolvimento das suas nações.

Palavras-chave: Imigração, africanos, imigração estudantil, motivações, dificuldades.

Nome dos autores: Júlia de Campos Lucena, Bruna Souza de Oliveira, Gabriela da Silva Bulla, Rodrigo Lages e Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

IMIGRANTES NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA PLURILÍNGUE

Resumo: O presente trabalho resulta de reflexões construídas a partir do desenvolvimento de um projeto de ensino de Português como Língua Adicional (PLA) e Português como língua de socialização para a promoção de multiletramentos através de oficinas audiovisuais realizadas em 2016 com uma turma mista de brasileiros e imigrantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola municipal de Porto Alegre. Nossas reflexões versam sobre imigração e refúgio, políticas de acolhimento, políticas educacionais, cultura escolar e formação de professores, e buscam traçar algumas considerações a respeito dos desafios enfrentados pela comunidade escolar a partir da presença significativa destes novos sujeitos e da configuração de salas de aula plurilíngues e multiculturais. Desde que o ingresso de imigrantes na educação pública municipal de Porto Alegre começou a ser observado (ver Bulla et al, 2017), assim como em outras cidades do Brasil (Hartwig, 2016 e Barros et al, 2016) - resultado da busca dos imigrantes por uma cidadania ampla, não apenas refletida no direito ao trabalho, saúde e moradia, mas também à educação -, a EJA configurou-se como um espaço institucional público e continuado para o acolhimento de imigrantes, com grande potencial de integração social e comunitária. Porém, mesmo que tenha transcorrido algum tempo desde que as escolas da rede municipal começaram a integrar imigrantes ao seu corpo discente (em Porto Alegre, é observado o acesso desde o ano de 2013 - Gelatti, 2016), o acolhimento aos imigrantes permanece enquanto política localmente construída, por iniciativa das comunidades escolares e sem apoio direto ou acompanhamento de instituições governamentais. Nesse cenário, os professores da modalidade EJA, já comumente confrontados com as mais diversas problemáticas sociais decorrentes da condição de marginalização e vulnerabilidade de grande parte dos alunos, são desafiados com as circunstâncias em torno de diferenças culturais, questões complexas de alteridades e culturas estrangeiras, e, principalmente, com o plurilinguismo em salas de aula - inclusive em turmas de alfabetização - sem, no entanto, receberem formação adequada para tal. A realidade plurilíngue das escolas públicas brasileiras é uma característica que precede o atual movimento migratório no Brasil, um país de manifesta diversidade linguística e cultural, que contém em seu repertório, além do português, variedades de línguas indígenas, europeias, aproximações com a língua espanhola nas fronteiras. Cabe, portanto, que haja esforço institucional e da sociedade para integrar também repertórios do crioulo e elementos da cultura haitiana na rotina escolar, fomentando uma política linguística inclusiva. Para tanto, é necessário que as graduações voltadas para a formação de professores, assim como os cursos de formação continuada para professores da rede pública, contemplem em seus currículos atividades sobre temáticas como “educação plurilíngue” e PLA, visando uma formação acadêmica e cidadã sensível à diversidade linguística do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Imigração. Escola. Plurilinguismo. Formação de Professores. Políticas Linguísticas Educacionais.

Nome dos autores: Bruna Souza de Oliveira, Júlia de Campos Lucena, Gabriela da Silva Bulla, Rodrigo Lages e Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

CONTEXTOS DE ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DA APOSTILA DIDÁTICA PODE ENTRAR DA ACNUR/ONU

Resumo: O número de migrantes segue em ampla ascensão no cenário internacional segundo o International Migration Report da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo 244 milhões registrados em 2015 (ONU, 2016). No cenário brasileiro dados do Relatório do CONARE 2016 demonstram que o número de solicitações de refúgio cresceu exponencialmente, sendo registrados, em 2010, 566 solicitações, número que subiu para 28.670 em 2015. A partir desse panorama, pensar em políticas linguísticas capazes de acolher imigrantes e refugiados no Brasil é um passo essencial para contribuir com o processo de integração dessas pessoas na sociedade, compreendendo que há uma relação estreita entre o conhecimento da língua oficial majoritária do país que acolhe e a efetiva participação do imigrante e refugiados na nova sociedade (OLIVEIRA, 2010), de modo que a criação de espaços pedagógicos para o ensino de Português como Língua de Acolhimento é urgente nesse processo. Nesse viés, o presente trabalho propõe reflexões sobre a elaboração de materiais didáticos para ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) através da análise da apostila didática "Pode Entrar: Português do Brasil para refugiadas e refugiados", que foi desenvolvida em 2015 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em conjunto com o Curso Popular Mafalda e a Caritas Arquidiocesana de São Paulo - um dos poucos materiais didáticos publicados até o presente momento e disponíveis online gratuitamente. A análise qualitativa da apostila didática Pode Entrar foi desenvolvida através da aplicação de critérios estabelecidos a partir de Bulla, Lemos & Schlatter (2012), em conjunto com critérios utilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017. Através da análise das 12 unidades didáticas da apostila Pode Entrar, considerando as tarefas pedagógicas e suas sequências organizacionais, observou-se a existência de concepções da linguagem como expressão do pensamento, como instrumento de comunicação e como forma de interação (GERALDI, 2006). As análises e discussões realizadas neste trabalho apontam sugestões de edição do material analisado, propondo potencializar essas concepções da linguagem aplicadas ao material e também sugerem encaminhamentos e reflexões para a criação de novos materiais de PLAc, considerando as necessidades específicas desse contexto de ensino, a saber: turmas multiníveis (compostas por alunos com diferentes níveis de proficiência em português), alunos que tendem a não manter uma frequência regular nas aulas, e professores voluntários sem formação em Português como Língua Adicional (PLA) ou PLAc.

Palavras-chave: Imigração. Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Material didático. Ensino de Português como Língua Adicional.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Daiane Cristina Appel, Róger Sullivan Faleiro, Tania Micheline Miorando
Universidade do Vale do Taquari - Univates

O BLOQUEIO LINGUÍSTICO: PRECONCEITO, MEDO OU FALTA DE INTERAÇÃO?

Resumo: Este trabalho originou-se dos estudos feitos na disciplina de Língua Brasileira de Sinais e levou-nos a pensar sobre o bloqueio linguístico na interação com usuários de outras línguas diferentes daquelas a que somos levados a aprender no meio familiar. Aprender uma nova língua nunca é fácil, a não ser que a pessoa tenha demasiado interesse e/ou venha a precisar muito dela. Compreendemos que para ter acesso aos direitos humanos, ter uma língua para a interação social é fundamental, e leva-nos a dedicar mais do tempo de formação para implementar ao debate sobre o ensino de língua, as implicações sociais desta importante responsabilidade. Por isso, este trabalho propõe-se a debruçar-se sobre o objetivo: identificar as condições linguísticas e de ensino que definem as circunstâncias em interagir com as pessoas que se comunicam com uma língua diferente da língua materna dos professores. A isso, apresentamos como problema de estudo: optar por não interagir com um estrangeiro migrante é questão de preconceito ou é por não conhecer bem a língua? Metodologicamente, esta análise pautou-se na busca de referencial teórico comparado e discutido entre professores em formação inicial que cursavam Língua Brasileira de Sinais no seu currículo e as memórias dos autores sobre o ensino e a aprendizagem de línguas diferentes da língua materna. Os resultados que se puseram para o debate foram: o aprendizado de uma língua estrangeira, bem como a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) não é diferente. Apesar de não ser oralizada, demanda tempo e vontade de aprender, e assim como as demais, precisa de interação para que a aprendizagem faça sentido e torne-se algo mais “palpável” para os alunos. Mas, essa interação torna-se difícil por alguns aspectos. Um deles é ao que se refere este trabalho: optar por não interagir com um surdo ou um estrangeiro migrante é questão de preconceito ou é por não conhecer bem a língua? Ao final deste trabalho, observamos que embora há muito preconceito com quem é surdo ou migrante, ele não aparece somente no momento de fala. O preconceito está presente nas ações das pessoas, na recusa por aprender, por medo de interagir com o outro, em desafiar-se. Acreditamos que a vivência entre surdos e ouvintes e migrantes deve acontecer frequentemente para que possamos desconstruir aspectos defendidos como neste trabalho. As comunidades surdas, ouvintes, estrangeiras e não-estrangeiras, devem se unir para que aprendam simultaneamente e compartilhem seus saberes, tanto cotidianos como linguísticos.

Palavras-chave: Língua adicional. Interação linguística. Língua Brasileira de Sinais.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Suelen dos Passos
Universidade do Vale do Taquari - Univates

A LITERATURA INFANTIL NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DAS CRIANÇAS: UMA POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO

Resumo: Este resumo emergiu do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Literatura Infantil para bebês: as possibilidades do era uma vez". Neste estudo o objetivo foi compreender em que medida a Literatura Infantil, trabalhada com crianças da Educação Infantil em sala de aula e essa possa levar à construção de um discurso mais inclusivo. A metodologia deste estudo é qualitativa e tem como foco compreender e obter significados através de narrativas verbais e de observações ao invés de números, a investigação qualitativa normalmente acontece diante de situações naturais. Para este estudo, faz-se um recorte da pesquisa, visando analisar de que forma os livros infantis abordam as questões de identidade negra e etnicidade em sala de aula. Para tanto, foi selecionado o livro "Menina bonita do laço de fita", da autora Ana Maria Machado, que conta a história de uma linda menina negra que desperta a admiração de um coelho branco, que gostaria de ser negro como a menina. Esta história serviu como pontapé inicial para debater o assunto com as crianças, além de analisar como a Literatura Infantil pode contribuir para que crianças de 1 e 2 anos possam ter experiências compreensivas de mundo e levar para os pais das crianças a possibilidade de um discurso mais inclusivo. Resultados parciais: A Literatura Infantil forma e humaniza as pessoas, principalmente quando o que está contido nela produz novas visões, foi o que aconteceu com as crianças que ouviram a história contada. O livro infantil pode ajudar na formação de cidadãos mais conscientes e dar mais clareza às crianças sobre assuntos importantes envolvendo etnias e a identidade negra. A Literatura Infantil faz parte da rotina das Escolas de Educação Infantil e proporciona momentos de reflexão e indagação entre crianças e professores. Conclui-se que as crianças que participaram da contação da história "Menina Bonita do laço de fita", durante uma prática pedagógica na Educação Infantil, conseguiram entender a mensagem e mediante este livro foi possível perceber o quanto a Literatura Infantil possibilita às crianças a liberdade de expressão e a exposição de sentimentos sobre a diversidade cultural. Na escola há filhos de imigrantes haitianos e, por isso, encontramos mais uma razão para trabalhar com as questões de respeito e cidadania entre as crianças, professores e funcionários da escola. O tema foi marcante para as crianças que participaram da contação de história, pois estes puderam desenvolver atividades referentes ao livro e tiveram a oportunidade de intensificar seus conhecimentos quanto aos direitos humanos. Percebemos que o discurso das crianças são levados aos pais, que ampliam a relação aos conhecimentos e respeito aos direitos à cidadania dos imigrantes.

Palavras-chave: Literatura Infantil, Educação Infantil, Direitos Humanos.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Bruna Ribeiro Troitinho
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

HAITIANOS E AFRICANOS NA UFSM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Resumo: A Universidade Federal de Santa Maria através da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, através do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (MIGRAIDH), vem trabalhando as questões de refúgio na pesquisa, ensino e extensão. No ano de 2016 a universidade aprovou a Resolução 041/2016 que instituiu o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em situação de vulnerabilidade. A resolução foi resultado da extensão feita pelo MIGRAIDH que ouvindo as demandas dos grupos migrantes do estado do Rio Grande do Sul, especialmente em Lajeado, foi questionado sobre as possibilidades acesso ao ensino superior, uma vez que por problemas burocráticos muitos não conseguiam ingressar nas universidades. Desde que a política de acesso começou já estão matriculados mais de cinquenta estudantes de diversos países como Guiné-Bissau, Angola, Costa do Marfim, Afeganistão, Paquistão, Síria, Haiti. A presente pesquisa é o resultado do acompanhamento da inserção dos primeiros ingressantes na comunidade acadêmica. Tendo em vista um recorte racial, visando compreender a diáspora no Atlântico Negro, explora as experiências de haitianos e africanos na universidade. É uma pesquisa etnográfica que trabalha com as trajetórias dos indivíduos a fim de compreender como tem se dado sua inserção na universidade e as implicações que as diferentes condições migratórias impõem nessa inserção, por exemplo, a luta por reconhecimento de haitianos e, de outro lado, a busca de resguardar suas identidades/ imagens dos estudantes refugiados. Esta pesquisa destaca que muitos dos interlocutores vieram para o Brasil com o objetivo de estudar, mas que por motivos de sobrevivência na migração estiveram como trabalhadores. Poucos são os casos de sujeitos que estiveram estudando desde que chegaram ao Brasil. Contudo, por mais que se tente traçar um perfil geral desses ingressantes da resolução, a partir de suas trajetórias, cada caso apresenta suas singularidades que devem ser compreendidas a fim de que seja garantido a permanência desses estudantes na universidade.

Palavras-chave: Migração Atlântico Negro Haitianos Africanos Acesso ao Ensino Superior.

Nome dos autores: Bruno Mallmann Cavalheiro, Natália Sarmento, Willian Henrique Hoppe, Danise Vivian, Margarita Rosa Gaviria Mejía
Universidade do Vale do Taquari - Univates

A INSERÇÃO DOS MIGRANTES E SEUS DESCENDENTES NOS AMBIENTES ESCOLARES DO VALE DO TAQUARI/RS

Resumo: A região do Vale do Taquari/RS, assim como muitas outras regiões do país, recebeu na última década um grande número de migrantes haitianos. Com o passar dos anos os fluxos migratórios não cessaram e ainda é constante a chegada e partida de migrantes no Vale do Taquari/RS. No entanto, mesmo com esse fluxo ativo observou-se o estabelecimento de alguns migrantes, que trouxeram suas famílias para residirem na região, ou então constituíram família aqui. Há, ainda, aqueles que optaram por estabelecer-se sozinhos nesta região. É sabido que dentre os motivos que se destacam para a migração haitiana estão a conquista de uma colocação no mercado de trabalho, obtenção de recursos para envio ao Haiti e dar continuidade aos estudos. Esta pesquisa constitui-se a partir de uma proposta da disciplina de Pedagogias e Diferenças, compartilhada entre os cursos de Licenciatura da Univates, e foi associada com o Projeto Identidades Étnicas em Espaços Territoriais da bacia hidrográfica do Taquari/Antas/RS. Tem como objetivo analisar o processo de inserção dos migrantes haitianos e seus descendentes nos ambientes escolares e nas academias do Vale do Taquari/RS, tendo em vista que estes são espaços onde os imigrantes buscam inserir-se. Nesses moldes, será utilizada a abordagem qualitativa com procedimentos de revisão bibliográfica, pesquisa a campo e entrevista com professores e migrantes, nas quais será questionado sobre o processo de inserção educacional destes imigrantes, visando obter os pontos de vista das duas partes envolvidas neste processo. Inicialmente foi realizada uma sondagem, da qual obteve-se dados preliminares deste estudo de que há muitas crianças descendentes de migrantes frequentando escolas de educação infantil, e poucos em escolas de ensino fundamental e médio. No que compete a Universidade, há ainda um número pequeno de migrantes haitianos inserido no ensino superior ou em cursos profissionalizantes. O maior número de descendentes de migrantes haitianos nas escolas de educação infantil é devido as uniões ocorridas no Vale do Taquari/RS entre haitianos e haitianas que, por conta de estarem morando na região por volta de cinco ou seis anos, seus filhos ainda têm pouca idade e a sua inserção escolar acontece apenas na primeira etapa da Educação Básica, ou seja, na Educação Infantil. Todavia, está é uma população que está crescendo e em breve estará no Ensino Fundamental. Já crianças em idade escolar para frequentarem o Ensino Fundamental e Médio não são muitas, pois foram poucos os casais que conseguiram trazer seus filhos do Haiti.. No Ensino Médio há adultos que frequentam a escola regular ou a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Percebe-se que existe certa dificuldade na integração dessas pessoas nos ambientes de ensino, ocasionada principalmente pela diferença cultural e linguística, que muitas vezes não é superada, visto que os professores não receberam nenhuma instrução para trabalhar com este novo público, podendo estar presente, também, o preconceito.

Palavras-chave: Migrantes; Haitianos; Inserção Escolar.

Transnacionalismo, Redes e Religião

Ementa: Este GT se propõe a tratar sobre redes, transnacionalismo e religiosidade nas migrações internacionais. O papel da religião no processo migratório e das igrejas, destacando sua atuação como instituições de proteção e assistência social, espaços de sociabilidade, de práticas religiosas e de identidade coletiva, entre outros.

Coordenadores:

Maria Catarina Zanini – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

João Carlos Tedesco – Universidade de Passo Fundo - UPF

Rosmari Cazarotto – Universidade do Vale do Taquari - Univates

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: João Carlos Tedesco, Roberto Rodolfo Georg Uebel
Universidade de Passo Fundo - UPF

IMIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NA EUROPA: FRENTES DIVERSAS E FLUXOS DIVERSIFICADOS

Resumo: A ocorrência dos ditos novos fluxos imigratórios no âmbito da União Europeia, cuja predominância originária é do Norte e Costa Oeste da África, Leste Europeu e Oriente Médio, tem aportado acalorados debates sobre questões de soberania, nacionalismo, autonomia, separatismo, segurança e defesa. A onda conservadora, os sentimentos anti-imigração e os processos de revisão nacionalista e separatista, como o Brexit, independência da Catalunha, todos esses tópicos estão atrelados, portanto, nas esferas de poder de todos os Estados europeus. Nesse sentido, analisando três países europeus, França, Itália e Turquia, a partir de pesquisas de campo dos autores nessas três nações, discorreremos acerca de tais questões sob uma perspectiva teórica crítica, descolonial e com o uso, quando possível, da cartografia temática. O texto analisa também os aspectos genéricos da macro-política contemporânea da União Europeia frente ao que foi denominado de "crise imigratória", dos últimos anos, exacerbada pelo conflito bélico na Síria; demonstra que a questão da imigração está no centro do debate político, das decisões de cisão no interior do Bloco Comunitário e de seus aspirantes, como a Turquia, bem como nos conflitos e redefinições de fronteiras nacionais. Objetiva-se, também, dar ênfase aos dados sobre o fenômeno imigratório internacional atual, em particular, no cenário europeu; conclui-se que a imigração na Europa é um fato social totalizante, é entendida como emergência e temor, produz tensões e conflitos, faz emergir com grande intensidade separações e nacionalismos, bem como agremiações políticas anti-europeias e eurocéticas, acordos multilaterais e incapacidade de integração e gerenciamento social. Veremos que, apesar dos distanciamentos políticos, ideológicos e pragmáticos de França, Itália e Turquia, a ação estatal e resposta governamental face os novos fluxos imigratórios é semelhante quanto à forma e processos. Apesar da diversidade de frentes e diversificação dos fluxos, inferimos, portanto, que as consequências são similares, interdependentes e interconectadas no continente europeu, com reflexos em todo o sistema internacional, inclusive o Brasil.

Palavras-chave: França. Itália. Turquia. Imigração.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Alex Antônio Vanin, Alana da Silva Follador
Universidade de Passo Fundo - UPF

RELIGIOSIDADE E IMIGRAÇÃO: OS BENGALIS E O ISLAMISMO NO SUL DO BRASIL

Resumo: O presente trabalho busca analisar alguns aspectos da imigração bengalesa em direção ao Brasil, ressaltando aspectos de mudança e de adaptação religiosa do islamismo que advém da inserção dos sujeitos em espaços sociais diversos ao de sua origem. Busca-se identificar o papel que a dimensão religiosa assume na experiência do vivido dos imigrantes, como define e altera sua relação com a sociedade na qual se insere. O fenômeno migratório contemporâneo se revela como amplo fato social em âmbito internacional. A realidade imigratória brasileira tem sido tema central de uma grande espectro de estudos na atualidade. A análise ampla, isto é, de variadas formas de se abordar múltiplos aspectos desses movimentos de imigração auxilia na compreensão da interação entre as diversas culturas e religiões nos destinos migratórios, na dinâmica que se desenvolve a partir destes contatos. No Brasil, nos últimos anos, tem-se intensificado um fluxo migratório de imigrantes bengalis. Levados à cena imigratória em prol do melhoramento de suas condições e qualidade de vida, pela busca por trabalho, novos horizontes de desenvolvimento econômico, fuga das adversidades políticas, sociais e climáticas de Bangladesh, os bengalis dão o tom de uma nova configuração do imigrante que opta pelo Brasil. Nesse contexto imigratório, o Sul do Brasil apresenta grande destaque na recepção de imigrantes bengali, sobretudo atraídos pelas possibilidades de inserção em vagas de trabalho proporcionadas pelos frigoríficos da região, sobretudo no setor que demanda a participação de muçulmanos no abate de animais. No Rio Grande do Sul, em específico na região de Passo Fundo, essa realidade se apresenta de forma marcante, sendo grande o deslocamento de bengalis na localidade. Nesse contexto, para além da dinâmica laboral e sinergia econômica proporcionada pelos imigrantes bengalis, a experiência religiosa assume caráter transnacional no contexto da imigração, é responsável pela ressimbolização de aspectos da vida. A religiosidade e suas formas de expressão tornam-se vetor da superação das adversidades às quais os imigrantes se expõem em uma realidade diversa a sua anterior ao processo migratório. O âmbito religioso, a ritualização, a significação do divino, portanto, agem como respaldo às dificuldades enfrentadas, conferindo sentido a dilemas e carências pessoais experimentadas. A possibilidade de expressar as crenças e/ou produzi-las no interior do cenário migratório em dimensões coletivas reforça a coesão, a identidade de grupos e demonstra o seu reconhecimento social. A necessidade de espaços físicos para a prática ritualística, para a manutenção das tradições é essencial para a expressão religiosa. Todavia, o lugar de destino de imigração nem sempre é favorável à diversidade religiosa que pode ser expressa por aqueles e aquelas que migram.

Palavras-chave: Imigração. Bangladesh. Islamismo. Sul do Brasil. Religiosidade.

Nome dos autores: João Carlos Tedesco; Pedro A. de Mello
Universidade de Passo Fundo - UPF

AS MULTIDIMENSÕES DO TRANSNACIONALISMO MURIDE E A IMIGRAÇÃO SENEGALESA

Resumo: A imigração senegalesa é algo recente na realidade brasileira. No centro-norte do Rio Grande do Sul, tendo Passo Fundo como epicentro, demonstrou sua presença pós-2007. É uma imigração laboral e que busca encontrar espaços no mercado de trabalho urbano, em particular, no setor frigorífico e na construção civil. Porém, o universo do trabalho não se desvincula de outros pilares que constituem a estrutura social e cultural que contempla a vida do imigrante senegalês. O mundo religioso lhe é de fundamental importância e se constitui em dinâmicas transnacionais. A pesquisa analisa alguns dos múltiplos processos envolvidos, no âmbito transnacional, da confraria Muride em razão da diáspora senegalesa do último meio século; centraliza o campo religioso como fundamental no cenário da imigração senegalesa; demonstra que o referido horizonte se mescla com as dimensões econômicas, políticas e culturais do país de origem, por sua vez, estrutura um vínculo transnacional (em redes) de ritualidades, concepções, importância, associacionismo e proselitismo. A pesquisa foi desenvolvida junto a emigrantes senegaleses que estão estabelecidos na região de Passo Fundo (centro-norte do Rio Grande do Sul) e um período (maio de 2017) em Dakar e Touba no Senegal. Foram feitas entrevistas com imigrantes em espaços residenciais, na Mesquita em Passo Fundo, bem como participado durante os últimos quatro anos em festas da referida confraria. No Senegal entrevistamos pais de emigrantes, bem como dois Marabuts, os quais, por serem líderes religiosos, orientam, abençoam e auxiliam na decisão e na viabilização da emigração. Conclui-se que o campo religioso é de fundamental importância para a vida cotidiana do imigrante, ou seja, sua identidade e performance pública, bem como para fazer frente às adversidades e concepções negativas existentes nas sociedades de destino; é o ponto de ancoragem no mundo do trabalho, bem como o elemento central na legitimidade e justificação da ação emigratória, e os imigrantes passam a ser atores de um amplo processo de relações e vínculos religiosos no mundo ocidental. Remessas financeiras servem também para auxiliar o campo religioso institucional, na contribuição para efetivação de novos templos e cursos de cultura corânica para crianças, etc. Ou seja, o imigrante passa a ser um grande recurso econômico também para a esfera religiosa.

Palavras-chave: Imigração senegalesa. Campo religioso. Transnacionalismo. Rituais. Passo Fundo.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Maria Catarina Chitolina Zanini
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

ÍTALO-BRASILEIROS NA ITÁLIA

Resumo: Por meio de pesquisa etnográfica que se desenvolve na Itália e no Brasil desde 2011, observou-se que a cidadania italiana legalmente reconhecida não favorece o convívio dos descendentes de imigrantes italianos nascidos no Brasil e que tem a cidadania reconhecida com os italianos (nascidos na Itália). Mesmo que estes brasileiros descendentes tenham, do ponto de vista legal, a cidadania juridicamente reconhecida, seu status na sociedade civil italiana não é qualificado como tal do ponto de vista das vivências interativas cotidianas e nem das possibilidades de acesso a bens e serviços. Por meio de entrevistas, observação participante e acompanhamento de ítalo-brasileiros na Itália, o que se observa é que estes enfrentam as mesmas dificuldades que os demais estrangeiros/migrantes que não possuem a cidadania reconhecida. Alguns, por não dominarem os códigos culturais italianos, outros pelo falta de fluência na língua e outros por questões de dificuldade em compreender o "mundo italiano", suas lógicas, hierarquias e valores. Trata-se de uma situação que envolve muita subjetividade também, pois alguns destes indivíduos, ao saírem do Brasil, possuíam fortes expectativas acerca da vida na Itália e também a ideia de que seriam tratados como "italianos", pois o reconhecimento da cidadania italiana se dá por meio da ancestralidade comprovada, o jus sanguinis, critério de reconhecimento da italianidade, processo que, para alguns, levou anos para ser finalizado e teve um custo financeiro elevado. Os descendentes de italianos nascidos no Brasil podem possuir a dupla cidadania (italiana e brasileira) desde 1992, uma vez que haja a documentação comprobatória e o reconhecimento formal. Se efetuado no Brasil, o processo de reconhecimento pode levar muitos anos, pois os procedimentos, via consulados, tendem a ser lentos. Quando da efetiva comprovação e do reconhecimento formal deste pertencimento, com o passaporte italiano em mãos, muitos descendentes se mobilizam para conhecer e tentar a vida na terra dos antepassados, fato que nem sempre ocorre conforme as expectativas. Por meio do Acordo Schengen, de livre circulação na Comunidade Europeia, alguns descendentes acabam fazendo da Itália porta de passagem para experiências em outros países da Europa também. Em suma, objetiva-se, por meio desta proposta, apresentar e analisar alguns dos aspectos presentes nesta vivência de uma ítalo-brasilianidade na Itália.

Palavras-chave: italianidade. ítalo-brasileiros. migração.

Nome dos autores: Luís Augusto Bittencourt Minchola, Maria Catarina Chitolina Zanini
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

ELABORAÇÃO DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: SEGURANÇA NACIONAL AO FINAL DO JOGO

Resumo: A elaboração da Nova Lei de Migração no Brasil, Lei 13.445/17, partiu de um discurso e objetivo de afirmar uma postura de garantias de direitos do Estado perante os imigrantes internacionais, em oposição ao marco legal anterior, o Estatuto do Estrangeiro, que compreendia a imigração a partir da ótica da segurança e soberania nacional. Ao longo dos debates, diversos atores contribuíram para elaborar uma legislação que fosse compatível com este propósito, por meio de diversas negociações políticas. Cristalizou-se um forte apoio institucional às novas políticas migratórias que mirassem este fenômeno por óticas que estivessem alinhadas com certa proposta de direitos humanos. Ocorre que, apesar disso, nos momentos finais de seu processo legislativo, à época da sanção presidencial, cresceu um discurso que associava a imigração à ameaça, de modo que o Poder Executivo vetou diversos dispositivos da Nova Lei, utilizando-se de justificativas tradicionalmente associadas à lógica de segurança e soberania nacionais. O fato desperta atenção, neste sentido, por apresentar-se como a afirmação política de uma nova discursividade e forma de categorização em torno da imigração internacional, demarcando um posicionamento contrário ao defendido por diversos atores envolvidos em sua elaboração. Até o momento, posições contrárias à Nova Lei de Migração não haviam tomado grande proporção política. Diante disso, o objetivo da presente pesquisa é compreender como se deu o fortalecimento da categorização da migração como ameaça nos processos finais da elaboração da Nova Lei de Migração, bem como os atores institucionais envolvidos. Para tal, o método de abordagem é o dedutivo, partindo-se da ideia de categorização da imigração como segurança nacional para então abordar de que maneira esta teve espaço em determinados momentos históricos na formação da legislação. Como métodos de procedimento, serão utilizados o histórico, compreendendo como pode se formar a categorização da imigração como segurança nacional e como esta se apresenta historicamente no Brasil, assim como o monográfico, com o estudo de caso sobre o processo de elaboração da Nova Lei de Migração. Em análise, percebe-se que a categorização da imigração como ameaça fortaleceu-se no final da elaboração da Nova Lei de Migração, ancorados no fortalecimento político de setores conservadores da sociedade brasileira, que ganharam espaços de poder especialmente após o Impeachment de 2016. Este momento histórico, alinhado com a instabilidade vivenciada no país, gerou um ambiente onde a até então segurança da negociação da Nova Lei foi rompida, permitindo que surgissem diversas alterações imprevistas na sua redação, principalmente por meio dos vetos presidenciais. Observa-se, portanto, que o período histórico vivenciado no país, especialmente após 2016, e o ganho de força política de determinados atores ligados ao campo conservador no governo fizeram com que as disputas sobre a compreensão de imigração se acirrassem de forma mais evidente, chegando a provocar alterações no processo legislativo até então estabilizado.

Palavras-chave: imigração internacional. Estado-nação. Segurança nacional. Nova Lei de Migração.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Lucinéia dos Santos Oliveira, Josué Carlos Souza dos Santos
Universidade Federal de Roraima - UFRR

A VIDA EM UM CAMPO DE REFUGIADOS: RELIGIÃO E CULTURA

Resumo: Esse relato de experiência de pesquisa surgiu a partir da necessidade de entender como se desenvolve a cultura, religião e seus signos dentro de um campo de refugiados, percebendo esse local como um ambiente móvel e transcultural que não possui recursos como uma sociedade organizada em níveis legislativos, civis e judiciários dispõe, como o acesso a templos religiosos e o livre exercício de seus dogmas. A partir disso, foi necessária uma pesquisa de intervenção com refugiados no centro do conflito mundial, na Grécia, com populações Africanas e Árabes da Síria e Afeganistão. Esse estudo fundamenta-se nas teorias de Wallon (2007), Cohn (2009) e Gabriel (2011). Trata-se de um relato de experiência focado na pesquisa qualitativa com observação não participante. No que diz respeito aos seus objetivos, é uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. No tocante aos seus procedimentos, se configura como uma pesquisa etnográfica com análises e notas de campo a partir da experiência. Essas análises aconteceram em um campo de refugiados provisório localizado na ilha de Lesvos-Grécia durante duas semanas no segundo semestre de 2017 durando em média 02 horas diárias e se davam a partir de observações de campo que tinham a intenção de entender como um refugiado interagindo diariamente no mesmo espaço com diversas nacionalidades, culturas e crenças podia desenvolver seus signos (características) religiosos e seus amplos significados não apenas de outros refugiados, mas de voluntários do mundo inteiro que trabalhavam no campo. Os muçulmanos (Afegãos ou Sírios) se sentiam livres para expressar publicamente sua religião, estendendo seus tapetes e fazendo suas orações, seguindo os signos de seu livro, o alcorão. Os africanos realizavam suas danças e músicas ao seu estilo, mas não necessariamente isso se reportava à religião. No entanto, isso não acontecia nos momentos de oração dos muçulmanos, talvez como forma de respeito ao espaço do outro. Sobre os voluntários, alguns cristãos, não era permitido exercer sua crença no campo, como forma de não influenciar no comportamento religioso de outros, seja positivamente ou negativamente. De fato, a religião e cultura no campo são construções diárias multiculturais, desafiadoras, complexas e estimuladoras, dependente de diversos fatores, como o respeito às diferentes visões de mundo religioso, vivência diária com diferentes nacionalidades e seus idiomas, cultura, linguagens e costumes.

Palavras-chave: Refugiados. Religião. Cultura.

Nome dos autores: Janaine Trombini, Luís Fernando da Silva Laroque
Universidade do Vale do Taquari - Univates

OS CAPITÉIS DOS MIGRANTES HISTÓRICOS ITALIANOS E DE SEUS DESCENDENTES NA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI/ RS: UMA EXPRESSÃO RELIGIOSA DE FÉ E CATOLICISMO

Resumo: Os imigrantes italianos que chegaram a partir das últimas décadas do século XIX no Rio Grande do Sul bem como no Vale do Taquari passaram a ocupar áreas da porção norte do território situadas na encosta superior do planalto, precisamente entre os vales dos rios Caí e Antas. Além da exploração dessa região com o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, os imigrantes italianos e seus descendentes continuaram com os elementos culturais da tradição italiana, com muita ênfase relacionada à religião católica presente na vida dos antepassados. O Vale do Taquari, segundo o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT), é uma região formada por seis Microrregiões, sendo o recorte espacial deste trabalho é a Microrregião Oeste. O presente estudo insere-se na pesquisa realizada para o mestrado e que está tendo continuidade no doutorado na linha de pesquisa espaços e problemas socioambientais do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Univates. Nos territórios que estavam inseridos, os imigrantes italianos e seus descendentes foram mantendo e socializando seus costumes, tradições e práticas culturais, como por exemplo, é o caso da religiosidade. Os imigrantes italianos são de origem católica e a prática religiosa mediante suas igrejas, capelas, capitéis, ritos e festas, ocuparam um lugar central na vida cotidiana. Foi através da religião católica que o imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros, formando espaços de sociabilidade na constituição das comunidades com seu trabalho e fé. Os capitéis são pequenas casas de madeira ou concreto, construído anteriormente às igrejas para reunir os descendentes de italianos na comunidade, os quais foram feitos com vista ao pagamento de promessas para um santo de devoção, em prol de cura de doenças. O estudo tem como objetivo identificar quais capitéis fazem parte da expressão religiosa dos migrantes históricos e descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari. O método caracteriza-se por uma abordagem qualitativa com análise de conteúdo no que se refere a dados coletados na revisão bibliográfica e entrevistas com descendentes de italianos na Microrregião Oeste. As informações levantadas têm demonstrado que os capitéis foram construídos pelas famílias e comunidade há muito tempo para pagar uma promessa, para agradecer uma graça alcançada ou para pedir alguma proteção. Os descendentes italianos dos municípios de Pouso Novo, Travesseiro, Marques de Souza e Progresso, Microrregião Oeste do Vale do Taquari, destacam sua devoção e fé a santos padroeiros presentes nos capitéis, como Nossa Senhora de Lurdes, Santo Antônio, São Roque e Santa Rita.

Palavras-chave: Religião católica. Capitéis. Descendentes de italianos. Vale do Taquari.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Rosmari Terezinha Cazarotto, Margarita Rosa Gaviria Mejía
Universidade do Vale do Taquari - Univates

ESPAÇOS RELIGIOSOS DA IMIGRAÇÃO HAITIANA NUMA PEQUENA CIDADE: O CASO DE ENCANTADO - RS/BRASIL

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados de um estudo de caso sobre a situação de imigrantes haitianos em uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, em geral, e os espaços religiosos que ocupam, em específico. Para abordar esta realidade, apoia-se no pressuposto teórico que adota a categoria de transmigrante para pensar a situação do sujeito participante de múltiplas territorialidades em um contexto transnacional. Conectados por redes criam e difundem estratégias de mobilidade e de assentamento. Diante das dificuldades diárias para enfrentar a vida, os haitianos encontram na religião um sentido de existência. Esta oferece meios psicológicos e espirituais para suportar a situação. É um dos pilares dos haitianos, tanto no país de origem quanto no de imigração. Suporte que adquire nova significação no contexto de instalação no exterior, onde a inserção social é difícil. Para a reprodução e fortalecimento das redes de troca e de solidariedade da qual são portadoras, as igrejas têm a função simbólica de manter o vínculo com o Haiti. Em Encantado, desde a chegada dos novos imigrantes, verificou-se a inserção dos haitianos nos espaços religiosos. Verificou-se o aumento de participantes no espaço das igrejas evangélicas, que representam um espaço de manifestação religiosa e de encontro com conterrâneos para discutir problemas e organizar eventos sociais, tendo como principal a Igreja Batista - Filadélfia. Na igreja Católica, através da atuação do Movimento Leigo Scalabriniano, mobilizou-se a vinda de um padre haitiano, em 2014, o qual permaneceu na cidade até 2015. A atuação do Movimento tem como finalidade melhorar das condições de vida daqueles imigrantes que se encontraram em situação de vulnerabilidade social. Dentre as ações constataram-se: encontros dos imigrantes no Centro de Evangelização de Encantado para aulas de Língua portuguesa e troca de informações, festividades natalinas com as crianças, organização da Festa da Bandeira e o auxílio na organização do Comitê haitiano.

Palavras-chave: Transmigrante. Transnacionalismo. Redes. Religião.

Nome dos autores: Diana Patricia Bolaños Erazo, Maria Catarina Chitolina Zanini
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

A COMIDA É O DE MENOS: A IMPORTÂNCIA DAS REDES SOCIAIS E DOS LAÇOS TRANSNACIONAIS DAS FAMÍLIAS DE MIGRANTES BRASILEIROS NA COLÔMBIA

Resumo: O presente trabalho faz parte de um estudo antropológico em construção sobre as famílias de brasileiros que migram para a Colômbia como conseqüência do trabalho de algum dos membros, principalmente do homem, esposo e pai. O trabalho de campo iniciou em 2014 em Cali, sul da Colômbia e se apoiou na observação participante, aplicação de entrevistas abertas, uma delas realizada em Curitiba, e a aplicação de um formulário ou survey através dos grupos de Facebook de brasileiros na Colômbia. Estes brasileiros estão migrando a trabalho mediados pelas empresas multinacionais com casa matriz no Brasil ou como consultores de importantes empresas colombianas, podendo migrar - além de com um salário definido, moradia e saúde garantidos- com seu núcleo familiar mais próximo. Conformam-se assim como uma elite econômica dentro das cidades nas quais se inserem o que lhes confere o poder de ir e vir, atravessando fronteiras com facilidade. Busco compreender quais as praticas transnacionais destas famílias e como as redes sociais vão se consolidando e construindo um grupo étnico na Colômbia, da qual estes migrantes estão usufruindo e tento mostrar como a comensalidade vira uma grande escusa para que a sociabilidade aconteça. A partir do desenvolvimento de atividades transnacionais vão se construindo redes sociais ao interior de grupos de migrantes, pois há um interesse comum de manter os laços com o país de origem, seja através da comida, a língua ou a música. No caso da elite migrante caleña, sujeitos de pesquisa desta etnografia, as redes foram se construindo com o decorrer dos dias, pese a não serem um grande assentamento, o fato das residências estarem próximas umas das outras, facilita a manutenção desses vínculos comunitários: A comida é o de menos, na verdade o que a gente quer é se reunir para falar o português. Todas no grupo têm essa mesma coisa de querer falar. Tem algumas do nosso grupo que estão aqui há 20 anos, então para elas é uma dificuldade, porque a família do esposo é colombiana, os filhos já não falam muito bem o português, para elas é importante esse momento, daí lógico que a gente vai reunir e aproveitar também para comer alguma coisa brasileira. O primeiro ponto é se reunir para falar português, a comida é uma consequência. (Sandra, migrante brasileira, 45 anos) É importante salientar que o conceito de rede social dos brasileiros na Colômbia não vai atrelado ao efeito bola de neve. Quando se fala de rede social é porque os migrantes vão se achando uns aos outros, constituindo grupos étnicos, pois não encontrei casos onde a migração para a Colômbia tenha iniciado a partir da migração bem sucedida de um parente ou amigo. O evento mais próximo deste é quando acontece a migração familiar, ou quando algum dos cônjuges é casado com colombiano (a). Assim, a rede social é construída após o empreendimento migratório, entre sujeitos que no Brasil não se conheciam, incluso, entre pessoas de estados diferentes, mas geralmente da mesma condição social.

Palavras-chave: Transnacionalismo. Migração. Redes sociais. brasileiros. Família

Trabalho, Direitos Humanos e Migrações

Ementa: Capital, trabalho e movimentos migratórios. Condições de trabalho dos imigrantes. Relações informais e formais de trabalho e relações sindicais frente ao movimento migratório. Proteção aos direitos humanos dos trabalhadores.

Coordenadores:

Giuliana Redin – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Maria do Carmo Santos Gonçalves – Centro de Atendimento ao Imigrante de Caxias do Sul;

Tiago Weizenmann - Universidade do Vale do Taquari - Univates

Nome dos autores: Itiara Machado Bilhar
Universidade do Vale do Taquari - Univates

INTERAÇÕES ENTRE BEBÊS HAITIANOS E BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Resumo: O presente trabalho parte dos estudos preliminares desenvolvidos no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Como acontecem as interações entre bebês na Educação Infantil?", do Curso de Pedagogia da Univates e tem como objetivo geral compreender como acontecem as interações entre os bebês de um grupo de crianças de 6 meses à 1 anos e 6 meses de idade em uma escola de Educação Infantil no Vale do Taquari (RS). Para este resumo, foi feito um recorte, a fim de analisar de que maneira acontecem as interações de bebês brasileiros e haitianos que frequentam a Educação Infantil. Os bebês possuem variados comportamentos os quais são utilizados para atuarem nos espaços em que estão inseridos, interagindo através da troca de olhares, balbucios, nas brincadeiras, trocas de afeto, além de outras formas. Os bebês, desde seu nascimento, passam por momentos de interação, brincando com o próprio corpo, com os sons que pronunciam e os que escutam, através dos olhares que trocam com o outro, dos gestos que recebem e que realizam. Tudo isso são formas de linguagens que os bebês utilizam para se comunicarem, expressar-se e interagirem. Como um dos aportes teóricos, analisou-se o artigo escrito por Ivone Jesus Alexandre (2017), o qual traz o assunto das interações de crianças brasileiras com crianças haitianas que habitam na cidade de Sinop, localizada no Mato Grosso. A autora se propôs a observar e analisar como aconteceu o processo de inserção de crianças haitianas nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental do município e como são recebidas e verificar as experiências vivenciadas pelas crianças haitianas em relação aos seus colegas, e as pessoas que a cercam no ambiente escolar e como é percebida neste contexto. Alexandre (2017) observou que no espaço da Educação Infantil as crianças ainda estranham e tem preconceito racial contra as crianças negras, porém esse preconceito não é rígido e fixo podendo ser reelaborado e transformado em sentimentos diferentes. Já na pesquisa de campo, realizada em um município do Vale do taquari (RS) no mês de março de 2018, observou-se que entre o grupo de 15 crianças de 6 meses a 1 ano e 6 meses de idade, não havia a noção de preconceito racial, suas interações se davam de forma natural, sem nenhum tipo de preconceito ou descriminação para com o outro. Suas interações se davam através de comunicações como o balbucio, os sorrisos, a troca de afeto, disputas por brinquedos, a observação das expressões e ações dos colegas. Foi possível perceber também, que além das aprendizagens com os professores, eles aprendiam interagindo com os colegas e imitando o que os mesmos faziam. Os bebes são capazes de aprender, criar e interagir com o outro sem a influência de nenhum adulto por perto.

Palavras-chave: Bebês. Interações. Brasileiros. Haitianos.

Nome dos autores: Alessandra Trevisol, Elizardo Scarpati Costa
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

VENDEDORES AMBULANTES SENEGALESES EM RIO GRANDE/ RS: IMIGRAÇÃO, TRABALHO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL NA CONTEMPORANEIDADE

Resumo: Desde o final da primeira década deste século XXI, a imigração senegalesa para o Brasil e para o Estado do Rio Grande do Sul, tem provocado as ciências sociais à retomada dos estudos acerca dos aspectos econômicos, culturais e político-jurídicos deste fenômeno. Grosso modo, a realidade dos trabalhadores senegaleses em Rio Grande/RS, demonstra que a reprodução da vida material está assente nas atividades de comerciante ambulante, inseridos no mercado de trabalho informal. Assim, a questão a que se propõe responder o presente ensaio diz respeito à possiblidade ou não de caracterização destes imigrantes que vivem do comércio ambulante como trabalhadores, no contexto das discussões acerca da nova classe trabalhadora. O objetivo central é destacar a necessidade de investigação acerca do trabalho do imigrante, enquanto meio de sobrevivência e de envio de remessas às famílias que ficaram no Senegal, e enquanto base sobre a qual se desenvolvem os aspectos culturais e político-jurídicos da vida dos imigrantes. O objeto delimitado, contudo, é o trabalho como ambulante, não se desconsiderando a existência de outras formas de trabalho por eles desempenhadas. Sabe-se que, no modo de produção capitalista, o trabalho é tendencialmente subjugado ao capital. No atual estágio do capitalismo global, caracterizado pelo modo de acumulação por espoliação e no modo de regulação neoliberal, o desemprego mostra-se conjuntural e estrutural. Desta feita, ao contrário da previsão de muitos ideólogos, sobre o "fim da centralidade do trabalho" e, portanto, da luta de classes, não ocorreu como se previa. A nova divisão internacional do trabalho, somada ao recrudescimento das políticas de fechamento de fronteiras nos países centrais, impulsionaram a imigração a partir de países da periferia no sentido de outros países periféricos. Ao mesmo tempo, um novo período de ataques aos trabalhadores se descortina no Brasil, por exemplo, com a recente reforma trabalhista. O mercado informal volta a crescer, absorvendo parte da massa de desempregados. Ricardo Antunes desenvolve o conceito de "classe-que-vive-do-trabalho", reconhecendo as transformações ocorridas ao longo do tempo para o campo do trabalho. Nesta concepção atualizada de classe trabalhadora estariam incluídos, além do operariado industrial, também o proletariado rural, os trabalhadores precarizados, os desempregados e os trabalhadores da economia informal - são considerados assalariados os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, assim como os trabalhadores por conta própria, excetuados os gestores de empresas, os que vivem de juros e da especulação financeira, e os proprietários de microempresas, e pequenos burgueses proprietários, ainda que em pequena escala, dos meios de produção. Para o IBGE, pode ser considerado trabalhador por conta própria, aquele que trabalha explorando seu próprio empreendimento, sem empregados, contando ou não com auxílio de membro não remunerado da unidade domiciliar onde reside. Desta forma, pode-se concluir que o imigrante senegalês vendedor ambulante pode ser considerado trabalhador por conta própria, podendo ser incluído na classe trabalhadora, no sentido atualizado de classe-que-vive-do-trabalho e, portanto, ocupando o lugar que lhe cabe na luta de classes.

Palavras-chave: Imigração. Trabalho. Mercado informal. Classe trabalhadora. Luta de classes.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Jandiro Adriano Koch; Priscila Pavan Detoni
Universidade do Vale do Taquari - Univates

FANTASMAGORIA DO "OUTRO LUGAR" - FUGAS E APROXIMAÇÕES DO VALE DO TAQUARI: AS MIGRAÇÕES LGBTQI

Resumo: Em pesquisas sobre a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans, Queer e Intersexuais (LGBTQI) do Rio Grande do Sul, desvela-se a migração de diversos homossexuais e pessoas trans gaúchos/as para o eixo Rio-São Paulo. Acervos de jornais, revistas e entrevistas orais confirmam que essas migrações também se deram do Vale do Taquari (VT) em direção aos grandes centros, muitas vezes para Porto Alegre e região metropolitana. Verifica-se, ainda, a chegada de travestis/trans aos municípios do VT a partir de determinado tempo e configuração demográfica, momento que parece lhes ter sido favorável para o desempenho da atividade de profissional do sexo. Conforme o filósofo francês Didier Eribon, a população LGBTQI tem como característica a ideia de fantasmagoria "do outro lugar". A noção de que ao migrar para outros lugares será possível vivenciar afetos, bem como dar conta de realizar diversas aspirações. Essa crença está calcada em dificuldades diversas presentes nos locais de nascimento, onde residem as famílias e os próximos a essas. O antropólogo Marcos Benedetti, por sua vez, argumenta que as diferenças pouco puderam se desenvolver no VT, muito em função da rigidez da religiosidade dos católicos, bem como em razão da dura ideologia alemã. O fenômeno da mobilidade humana é complexo e multifacetado. Inclui desde deslocamentos voluntários até exílios forçados. As migrações podem ser pensadas a partir da interseccionalidade entre raça, etnia, classe social, gênero, sexualidade e outros marcadores. Na prática, no entanto, alguns desses indicadores não tem sido objeto de devida atenção. O presente trabalho visa analisar, brevemente, as constantes migrações de indivíduos LGBTQI com vinculação ao VT, as motivações para a idas e vindas, as potências e vulnerabilidades decorrentes, bem como apresentar a ideia da existência de um "epistemicídio" sobre esse grupo, ou seja, a percepção de que, dentre um conjunto vasto de "[i]migrantes", suas demandas - consideradas as especificidades - não são, ainda, objeto de estudos ou sequer percebidas no cotidiano/na produção acadêmica como movimentos migratórios.

Palavras-chave: Migração. LGBTQI. Vale do Taquari. Epistemicídio.

Nome dos autores: Marcelo da Silva Dal Molin, Carolina Cristina Santos, Juliana Rossa
Faculdade Murialdo

MAPEAMENTO DO PERFIL LABORAL DE IMIGRANTES CONTEMPORÂNEOS EM CAXIAS DO SUL-RS: ANÁLISE DE CURRÍCULOS DOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO "OFICINA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA IMIGRANTES" DA FACULDADE MURIALDO

Resumo: A cidade de Caxias do Sul-RS, por ser um polo de destaque econômico no Brasil, vem recebendo, na última década, milhares de imigrantes, principalmente haitianos e senegaleses. No território de destino, esses imigrantes precisam se adaptar ao novo cenário e buscar alternativas de emprego. Nessa conjuntura, é preciso que o setor de recursos humanos das organizações esteja preparado para a recepção e integração desses trabalhadores. Assim, o objetivo deste projeto, que integra a Linha de Pesquisa em Migrações Contemporâneas em Caxias do Sul-RS (NPEA/FAMUR), é apresentar às organizações alternativas para a melhor inserção do imigrante no mundo do trabalho. Um dos primeiros passos para tal processo é a identificação das suas características laborais. Para isso, este trabalho parte do conteúdo abstraído de 33 currículos de imigrantes que participaram do projeto de extensão "Oficina de orientação profissional para imigrantes", realizado pela Faculdade Murialdo entre maio e agosto de 2017. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, em que o conteúdo dos currículos está sendo analisado quantitativamente. Alguns resultados já podem ser apontados, como: a maioria é imigrante haitiano (28 dos 33), 48,5% do total são mulheres e 51,5 são homens; são relativamente jovens, com média de idade de 31 anos; todos os participantes falam dois ou mais idiomas; e a maioria possui mais de uma experiência profissional. Mesmo diante da vontade e necessidade de emprego, 84% encontravam-se, no momento do preenchimento do currículo, desempregados. Esses dados preliminares apontam para a necessidade de se pensar ações efetivas de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho local.

Palavras-chave: Migrações contemporâneas. Mercado de trabalho. Recursos Humanos. Caxias do Sul-RS.

Nome dos autores: Bruna Zandoná Baú, Elivélton Cavalheiro dos Santos, Elivélton Cavalheiro dos Santos, Bruna Zandoná Baú
Universidade do Vale do Taquari - Univates

O MULTICULTURALISMO E A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS, IMPACTOS DA CORRUPÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO E SEUS EFEITOS DIANTE DOS DIREITOS HUMANOS

Resumo: Os direitos humanos são os direitos que são universais e inerentes a todos os indivíduos, como a vida, liberdade e igualdade, não importando outras características, como nacionalidade, opção política, orientação sexual, raça, crença, entre outras. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), publicada em 1948 é o marco da universalidade e inerência dos direitos humanos, visto que seu artigo 1º dispõe que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Assim, a condição humana é suficiente para que todos tenham a titularidade de direitos essenciais. Ocorre que vive-se em uma sociedade multicultural, em que em diferentes lugares predominam culturas muito distintas em costumes, crenças e valores. Assim, surge o conceito de multiculturalismo, que é o fenômeno entendido como a diversidade de culturas e ideologias encontradas nas sociedade atual. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a observância dos direitos humanos diante de uma sociedade multicultural. O multiculturalismo pode ser observado de acordo com duas linhas de pensamentos distintas: a relativista e a universalista, especialmente no tange aos direitos humanos. Para a teoria relativista, o julgamento interno é mais importante que o da sociedade internacional, ou seja, não há critérios mínimos para o diálogo entre culturas, não havendo possibilidade de proteção internacional de direitos humanos. Já na visão de multiculturalismo universalista é permitido a propagação de várias ideias desde que existam valores universais básicos respeitados. Deve haver nessa concepção um denominador mínimo entre os atores do cenário internacional. O multiculturalismo deve funcionar como uma forma de preservação das diferenças culturais, garantindo, assim, que cada cidadão possua uma vida digna e livre, com seus direitos e liberdades básicas, onde os direitos humanos ajam de forma que não descaracterize cada costume. A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório, realizada a partir do método dedutivo, utilizando-se técnicas bibliográficas e documentais, como livros e artigos científicos., A caminhada histórica dos Direitos Humanos é longa, e foi consolidada devido a grandes catástrofes praticadas pelo homem, à ambição ao poder, o descontentamento territorial e até mesmo por se acreditar em uma raça superior às demais. Os Direitos Humanos surgem como uma fonte de proteção para permitir a todos os seres humanos condições dignas. Com o passar dos anos, filósofos, autores, estudiosos e cientistas, analisam e tomam posicionamentos perenes em relação a decisões do homem para com seus semelhantes. Cumpre ressaltar que os direitos humanos, apesar de terem sido construídos e elaborados durantes os anos, ainda estão sendo construídos a duras penas, pois em pleno ano de 2018 o mundo ainda enfrenta guerras, nas quais crianças são mortas. Diante do cenário atual envolvendo a corrupção, não só no Brasil, mas no mundo, os Direitos Fundamentais e Humanos são diretamente afetados. A corrupção está impregnada na história brasileira desde o período colonial, quando a família portuguesa chega ao Brasil explorando as riquezas naturais do Brasil, em troca de produtos supérfluos com pouco valor. Recursos que garantem direitos básicos são desviados pelos representantes que são eleitos democraticamente, os quais deveriam oferecer proteção aos Direitos da população, direitos básicos como: saúde, segurança, educação, direito à propriedade privada, liberdade de pensamento, de expressão, de crença, igualdade formal, entre

outros direitos. No entanto, a lei é violada por aqueles que detêm o poder e a sociedade é roubada, afetando diretamente a democracia e abalando a confiança da sociedade nos seus representantes. Apesar de o Brasil enfrentar diversos escândalos de corrupção, que vieram à tona por meio de operações como a da Lava-Jato e outras, o que não torna o Brasil exclusividade no mundo, outros grandes casos vieram à tona ao longo dos anos por meio de investigações. Essas iniciativas promíscuas e negativas dos políticos (representantes dos interesses da população) levam o país a ter sua imagem rebaixada a ladrões, e o cenário da corrupção, tanto no Brasil quanto no mundo perpassa anos a fio, apenas havendo mudanças nos personagens. Essa realidade está longe de acabar, mas há países que há séculos lutam contra a corrupção e usufruem dos benefícios disso, como a Dinamarca. Dessa forma, resta à população fiscalizar e exigir, cada vez mais, os seus direitos, não permitindo que os representantes sobreponham os seus interesses individuais sobre os interesses coletivos da sociedade. O presente artigo, utilizou a metodologia descritiva, de caráter exploratório, utilizando-se de estratégias bibliográficas, por meio do levantamento de artigos científicos, sites e livros.

Palavras-chave: Multiculturalismo. Direitos Humanos. Universalidade., Corrupção Direitos Humanos Sociedade.

Nome dos autores: Camila Luiza Sott; Cláudia Inês Horn
Universidade do Vale do Taquari - Univates

O DIREITO DE BRINCAR DAS CRIANÇAS: ENCONTROS ENTRE INFÂNCIA RURAL E URBANA

Resumo: Este resumo refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Vivências sobre o brincar: encontros entre infância rural e urbana", vinculado ao Curso de Pedagogia da Univates, que tem como objetivo analisar de que forma o brincar acontece nas diferentes infâncias e nos diferentes encontros entre tempos e espaços. Entretanto, para este resumo foi feito um recorte da pesquisa, no intuito de pensar sobre o direito humano da criança ao brincar e problematizar sobre a forma que a sociedade compreende a importância de oportunizar brincadeiras e jogos às crianças. Existem leis que defendem o brincar como um direito humano de qualquer criança? O brincar é essencial na primeira infância, visto que as próprias leis frisam a sua importância como um direito humano que deve ser assegurado a toda e qualquer criança, como apresenta a Declaração Universal dos Direitos das Crianças -UNICEF/1959, que em seu Princípio VII declara que: a criança tem o direito usufruir dos momentos de brincar, brincadeiras e jogos, estes que também deverão estar correlacionados com a educação. Outro importante documento legal que apresenta o direito de brincar das crianças é o Estatuto da Criança e do Adolescente/1990 que em seu capitulo II, no Artigo 16, enfatiza o direito à liberdade que compreende os seguintes aspectos: o inciso IV apresenta o brincar, a prática de esportes e o principal divertir-se como aspectos fundamentais para o desenvolvimento da criança que está em constante busca de sua liberdade e autonomia para construir e compartilhar a sua vida. Além destes documentos temos o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/2010, e por último a publicação da Base Nacional Comum Curricular de 2018. A metodologia desta investigação utilizou-se da pesquisa com crianças (entrevistas, encontros presenciais, desenhos, registros fotográficos e diário de campo). Deste modo foi possível observar que a questão geográfica das diferenciações entre zona rural e zona urbana influencia nos modos culturais de ser e agir das crianças, caracterizando assim uma diversidade múltipla do que é essa infância que ao longo dos tempos foi sendo tomada como algo idealizado e padronizado. E que por mais diferentes que sejam as crianças e os lugares em que vivem, há pontos que conectam essas culturas sendo o brincar este elemento presente nas mais diversas culturas infantis.

Palavras-chave: Infâncias. Direitos Humanos. Brincar.

Nome dos autores: Josimar Lucas do Nascimento, Adriano de Almeida Machado Pistorelo, Juliana Camelo, Rafaela Bossardi, Vanessa Perini Moojen
Universidade de Caxias do Sul - UCS

O TRABALHO ENQUANTO DIREITO: OS ENTRAVES PRESENTES NO ACESSO AO TRABALHO AOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO BRASIL, O DIREITO DE MIGRAR: A EXPERIÊNCIA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DO CAM NO ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES NA SERRA GAÚCHA

Resumo: Nos termos da Declaração Universal do Direitos Humanos, toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego, sendo que tal direito trata da pessoa humana, e não a condição migratória do indivíduo. No mesmo sentido, a toda pessoa não deve sofrer discriminação em meios de proteção social, além de recebimento ao trabalho digno. Na Legislação interna, o Art. 6º CF/88 o trabalho é assegurado como um dos direitos sociais conquistados, e mais recentemente a nova lei de migração traz em seu bojo, como princípio, a garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e a aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. O Art. 5º da Carta Magna, assegura que todos são iguais perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza, assim, aplicável aqueles que vêm ao Brasil em busca de melhores condições de vida: seja por meio da migração voluntária ou forçada. Todavia, cabe refletir sobre como este direito tem se constituído na sociedade brasileira e, além disso, é importante analisar quais são os movimentos realizados nas esferas federais, estaduais e municipais para garantir o acesso a este direito. Mesmo que a legislação assegure igualdade de direitos, sabe-se que parte da população ficará fora da formalidade do trabalho, visto que, o modo de produção capitalista pressupõe que parcela desses trabalhadores deverá se manter excluída das relações formais de trabalho, para manter a ampla concorrência no mercado de trabalho: o dito exército de reserva. Destarte, parte dessa população dos “excluídos” ficará na informalidade, desprotegidos das políticas de proteção ao trabalhador e, consequentemente, sem reconhecimento legal que os garantem o acesso aos direitos trabalhistas. Deste modo, o que se pretende abordar neste trabalho, além de analisar o trabalho enquanto um direito constituído, é apontar distinção vivenciada pelos migrantes nas relações de trabalho que os direcionam à exclusão social. Em relação aos imigrantes internacionais, que migram por necessidade, tendo por motivos os desastres ambientes e/ou crises econômicas, que os “forçam” a ir em busca de melhores condições de vida, o acesso à renda se torna um grande desafio. Além dessa dificuldade, aponta-se para a discriminação e a precarização do trabalho assumido por estes que, muitas vezes, encontram na informalidade oportunidades degradantes de trabalho. Não basta, apenas, superar a dificuldade de se acessar o trabalho formal no Brasil, é preciso atentar à forma como tem se dado essas relações de trabalho. Seja em frigoríficos, na construção civil ou na indústria em geral, a população imigrante tem sentido na pele o acirramento da exploração, o trabalho insalubre e a baixa remuneração. É preciso avançar e constituir a cultura do trabalho enquanto direito, enquanto meio de garantir o acesso à renda e proporcionar melhores condições de vida. É preciso transcender fronteiras e compreender que, seja entre cidades, estados, países ou continentes, somos todos migrantes em busca de melhores condições de vida., Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM) na garantia de acesso da população imigrante aos direitos humanos, bem

como, apontar os obstáculos identificados nesse processo. A pesquisa vem sendo elaborada a partir das vivências tidas nos atendimentos aos imigrantes, em articulação com os conhecimentos teóricos que têm fundamentado o trabalho realizado na instituição. Conforme preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. Na esteira desse entendimento, a nova lei de migração preconiza princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas aos migrantes. Contudo, apesar de todas as garantias legais, muitos direitos dos migrantes são limitados, reduzidos e até mesmo negados. Nesse sentido, o CAM conta com uma equipe interdisciplinar que tem trabalhado para assegurar os direitos dos migrantes nas mais diversas áreas, em conjunto das políticas públicas, visando à superação das situações de vulnerabilidade social e o acesso aos direitos fundamentais, e com o objetivo de assegurar a regularização migratória, partindo de uma perspectiva intercultural. Ademais, na questão jurídica, visa assegurar, ao migrante, informações e orientações legislativas, no intuito de que o migrante tenha conhecimento dos seus direitos. No que tange à saúde, não é raro imigrantes procurarem o CAM com relatos de não conseguirem atendimento nas unidades de saúde. O mesmo ocorre na área da assistência social. Alguns dos limitadores identificados, que dificultam o acesso dos migrantes aos serviços da rede de proteção social, são: a barreira linguística, o desconhecimento dos imigrantes sobre os seus direitos e o despreparo dos trabalhadores das diversas políticas públicas. Por vezes, as questões apontadas acabam por burocratizar ainda mais o acesso aos direitos. Assim como a dificuldade de acesso às políticas públicas, o acesso ao trabalho também tem sido um limitador relatado pelos migrantes atendidos na instituição. Seja em razão do preconceito racial e/ou étnico, da baixa qualificação profissional ou da barreira linguística, esta dificuldade tem atingido boa parte da população migrante e atravancado ainda mais a conquista por condições dignas de vida. Nesse sentido, a experiência tem apontado um caminho em direção à sensibilização e capacitação dos profissionais da rede de proteção social para o conhecimento sobre os direitos dos imigrantes, estando familiarizados com as especificidades dos diversos públicos atendidos. Outra estratégia para a garantia no acesso aos direitos é o incentivo ao protagonismo dos imigrantes na luta por seus direitos, o que perpassa a retomada das diretrizes e princípios promulgados pelo Sistema Único de Saúde e pelo Sistema Único de Assistência Social, em especial no que se refere a universalidade de acesso do SUS, e da universalização dos direitos sociais do SUAS. Enquanto resultados, além das questões já apontadas, busca-se dialogar sobre a temática da migração, buscando identificar possíveis barreiras que tem colocado os imigrantes à margem da sociedade e dificultado o acesso aos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Trabalho. Imigrantes. Direitos Sociais. Exclusão Social., Direitos humanos Migração Cidadania Acesso e garantia de direitos.

Migrações Internacionais, Configurações Espaciais e Identidades

Ementa: O GT trata dos movimentos migratórios a partir da perspectiva histórica, abordando territorialidades nas dimensões políticas, culturais e econômicas. Serão bem vindas contribuições que abordem os processos migratórios e suas problemáticas dentro de processos históricos. Movimentos migratórios acarretam processos de identitários, formação de redes, manutenção de laços com o país de origem, processos de identificação e contraste entre grupos locais e estrangeiros. Serão aceitas contribuições que trabalhem temáticas relacionadas com processos identitários decorrentes da circulação de pessoas. São bem vindas contribuições que abordem identidades e diferenças em contextos migratórios.

Coordenadores:

Paulo Muller – Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Fernanda Pinheiro - Universidade do Vale do Taquari - Univates

Nome dos autores: Letícia Aline Back; Betina Hillesheim
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

"SE [VOCÊ] FICA FELIZ COM O DINHEIRO, FICA FELIZ COM O TRABALHO": PRODUÇÕES ENTRE OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS E O TRABALHO

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar um recorte das produções iniciais do projeto de dissertação intitulado "Os (des)encontros da tríade: processos migratórios, trabalho e cidade". Diante da tríade apresentada, buscamos a partir do marcador trabalho pensar as condições produzidas para tal, considerando o acesso a materiais jornalísticos e conversas informais com migrantes haitianos. Nessa perspectiva, nos ancoramos na cartografia, método proposto por Deleuze e Guattari, considerando a produção de movimentos, percursos, imagens que "vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente" (ROLNIK, 1989, p. 62), apontando para a produção de outros modos de subjetivação mediante a presença de sujeitos migrantes. Ainda, utilizamo-nos dos registros produzidos em diário de campo. Para tal discussão, faremos referência ao registro de uma conversa informal realizada com um haitiano residente no Brasil desde 2005, antes da recente onda migratória. Este, contempla o marcador trabalho: "O trabalho é muito importante, se tiver que trabalhar de noite, se trabalha. Se tiver que trabalhar por comida, trabalham. [...] Se [você] fica feliz com o dinheiro, fica feliz com o trabalho" (D.C, 21 março de 2018)". Utilizamos este trecho como uma imagem para pensar os movimentos migratórios e as relações produzidas a partir destes deslocamentos, tendo em vista que ao nos deslocarmos, carregamos mais que o corpo, carregamos junto as ideias do lugar aonde vamos (MACEDO, 2010). A partir disso, problematizamos essa relação entre migração e trabalho, mediante os sentidos produzidos por migrantes haitianos na cidade de Lajeado - RS. Cabe destacar que numa aproximação das diferentes áreas do conhecimento que perpassam esta pesquisa, especialmente a educação e a geografia, compreendemos o trabalho como um lugar de pausa, na medida em que "cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar" (TUAN, 1983, p. 6). Nessa perspectiva, a condição de permanência dada pela possibilidade de acesso ao trabalho entra em consonância com a compreensão da concepção de lugares: "são subjetivos e subjetivados, uma vez que a cada momento nos reapropriamos deles e de nós mesmos" (MACEDO, 2010, p. 205). Sendo assim, ao demarcar a importância do trabalho para a sua cultura, este migrante marca também a sua necessária condição de "bom trabalhador", pondo em questão a abertura de determinados espaços sociais através de sua colocação neste lugar subjetivo. A produção da imagem de "bom trabalhador" repetiu-se em alguns materiais jornalísticos com migrantes haitianos, acessados para a construção do campo de pesquisa. Sendo assim, o trabalho ocupa este lugar de significação, produzindo sentidos outros para os sujeitos migrantes e as cidades que os recebem. Desse modo, não será também o trabalho uma das condições de produção de pertencimento? Nesse aspecto, ainda cabe destacar o quanto a questão do trabalho também se coloca enquanto fator de avaliação para as concessões dos vistos brasileiros previstos na Lei 13.445/2017. Portanto, apontamos o trabalho como um dos fatores que impulsionam a migração, assim como se constitui, para além das necessárias questões socioeconômicas postas, como espaço potente para a produção de pertencimento e circulação pelos espaços da cidade, ainda, 'estrangeira'.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Juliana Camelo
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

FRONTEIRAS NÃO TERRITORIAIS NA MIGRAÇÃO

Resumo: As migrações internacionais contemporâneas no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, se apresentam cada vez mais diversificadas quanto ao fluxo migratório, as motivações para emigrar, o perfil sociocultural dos migrantes, nota-se o crescente contato entre culturas distintas, bem como, surgimentos de desafios e potencialidades gerados nessas interações. Na cidade de Caxias do Sul, o tema da migração e seus desafios e perspectivas, dada a transversalidade do tema, tem suscitado cada vez mais atenção das instituições públicas e privadas, das mais diversas áreas, bem como da comunidade local. Que nem sempre tem uma posição acolhedora em relação aos migrantes, dependendo da situação sociocultural destes, como é possível notar nas redes sociais, nas mídias e relatos dos habitantes locais. Os atuais fluxos migratórios vêm lançando desafios no acesso aos serviços de proteção social na saúde, educação, assistência social, acesso à informação, acesso aos direitos humanos e cidadania, acesso ao trabalho digno, bem como na convivência e integração com a população local. A integração ou exclusão acontece na convivência do cotidiano dos migrantes, nas relações que se estabelecem diariamente, na convivência com os colegas de trabalho. O choque cultural, como afirma Wagner Roy, é parte integrante da convivência de pessoas de diferentes culturas. Nesse sentido o encontro entre culturas e identidade diferentes por si só já é conflituosa pelo simples fato de se haver diferenças entre significados. Nesse locus da convivência, parece que surgem outras fronteiras. Muitas vezes, as fronteiras nas migrações, não são apenas fronteiras geográficas e políticas, mas sim, fronteiras das culturas e das identidades, das representações e significados. Os processos de construção da identidade, muitas vezes, podem ser caracterizados pelo conflito e contestação à outra identidade dessemelhante. Os desafios que surgem no contato entre diferentes culturas podem ser muito enriquecedores e instigantes dependendo do ponto de vista em que são abordadas, em especial, quando se volta o olhar para as especificidades das identidades e culturas. Nesse sentido é muito importante compreender essas diferenças a partir de pontos de vistas diferentes, compreendendo que são formas de vivenciar, compreender e significar diferentes. A abordagem intercultural busca problematiza e relativizar as diferenças culturais e as identitárias, apostando na convivência positiva para abertura de diálogo intercultural entre a comunidade migrante e a comunidade local. Muitas vezes é comum encontrar espaços multiculturais em que pessoas de diferentes culturas ocupam os mesmos espaços, mas não ocorre interação e muito menos convivência. A proposta da interculturalidade é um desafio para ultrapassar as fronteiras das diferenças culturais e identitarias que estão presentes no cotidiano dos migrantes.

Palavras-chaves: Migração, identidade, cultura, interculturalidade.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Thaís Dutra Fernández
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

LEGISLAÇÃO E POLÍTICA MIGRATÓRIAS: UMA ANÁLISE DO BRASIL REPÚBLICA

Resumo: A compreensão do passado possibilita compreender o momento atual, a posição de agentes estatais e não-estatais em relação aos imigrantes e o papel dessa nova lei na história migratória brasileira. Entre os acadêmicos e os juristas que se dedicam à temática migratória, muito se foi falado sobre ser a Nova Lei de Migração um "avanço", tendo finalmente o diploma migratório brasileiro superado a doutrina de segurança nacional e passado a uma proteção mais humanista. Com a entrada em vigor do decreto regulamentador da Nova Lei, contudo, essas mesmas pessoas denunciaram um retrocesso em relação a esse novo potencial de humanização. A história republicana brasileira em relação ao tema da imigração não é linear. Há momentos em que a entrada e a permanência de estrangeiros em território brasileiro não são apenas permitidas, como também incentivadas pelo governo. Em outras fases, passam a vigorar proibições e empecilhos ao ingresso, restringindo de tal maneira que os dados oficiais de imigração chegam a índices muito baixos. O período histórico de 1889 a 2017 foi dividido em quatro fases: República Velha (1889-1390), Estado Novo (1930-1945); República Liberal (1945-1964) e Período Militar e Redemocratização (1964 a 2017). Apesar da imagem de que o Brasil tenha uma política de "portas abertas" e de incentivo à imigração, com o estudo detalhado desses períodos pode-se perceber a falácia dessa afirmação. Apenas na República Liberal há a abertura do país à imigração, com incentivos governamentais para tal. Nos demais momentos, há uma postura de fechamento do país com vistas à proteção do trabalhador nacional. Além disso, ao se conhecer o desenvolvimento da trajetória republicana brasileira, pode-se perceber claramente a existência de um tipo de "imigrante ideal". Mesmo nos momentos em que as fronteiras estiveram mais fechadas, permitia-se a entrada de estrangeiros que possuíssem, inicialmente, as características físicas desejadas e, posteriormente, os conhecimentos técnicos e condições econômicas ansiadas. As discussões da Nova Lei de Migração foram tão saudadas, pois além de o processo ter se iniciado com ampla participação dos setores concernentes, buscou-se romper com esse histórico brasileiro. No entanto, os vetos ao projeto de lei e o decreto regulamentador recolocam a lei na linha histórica do Brasil República. Sendo assim, o retorno da análise a 1889 é importante para que essas características sejam apreendidas e, posteriormente, seja compreendido o porquê de a lei ser um processo atípico, ao contrário de seu decreto regulador. A análise dos debates e da promulgação da nova lei não podem ser destacada da história.

Nome dos autores: Danrley Kristyam Rosa Dutra, Carla Maria Diehl, Tania Micheline Miorando
Universidade do Vale do Taquari - Univates

O AMBIENTE SOCIAL EM MEIO À INTERAÇÃO DE SURDOS E IMIGRANTES

Resumo: Vivemos em um mundo repleto de ideias sobre o comportamento humano: amamos, odiamos, acreditamos e principalmente pensamos como seres racionais, em criar uma cultura de valores com homogeneidade acerca da globalização da nossa identidade, de forma a promover uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. A construção da identidade está ligada a muitos fatores, entre elas a linguagem, que é o nosso principal recurso para o desenvolvimento humano. Em meio a esse contexto de linguagem e globalização podemos falar sobre os surdos, que por muito tempo foram patologizados: obrigados a tratamentos terapêuticos, visando à possibilidade de serem transformados em ouvintes. Nesta perspectiva foram excluídos ou inferiorizados por não ter a total capacidade de se comunicar oralmente, desconsiderando a Língua de Sinais como uma língua para a sua comunicação. Isso fez com que criassem uma visão marcada pelo objetivo de ter todas as condições de um ouvinte, tendo em vista que muitos dos serviços e plataformas de convivência são destinadas a ouvintes. Analisando o caso dos surdos, podemos associar aos migrantes: eles formam uma identidade que se assemelha em quase todos os pontos anteriormente citados, que nos fazem pensar sobre a situação que se encontra a inclusão social, que tanto nos é alertada. Por isso, o objetivo deste trabalho é discutir como pessoas que estão incluídas em um contexto de minoria, perante a formação do ambiente de convívio diário, interagem socialmente. A metodologia deste trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa, com uma revisão bibliográfica e discussões em aula com os colegas que cursam Língua Brasileira de Sinais. Migrantes são pessoas que saem de seu lugar de origem e vão para outro, muitas vezes motivadas por guerras, questões políticas, falta de recursos, desastres naturais etc. Elas partem para um contexto que muitas vezes torna-se difícil e com seus direitos privados. Podemos citar o caso dos imigrantes haitianos, que depois do terremoto de 2010, no Haiti, vieram em grande número para o Brasil, para tentar uma nova vida. Muitos deles conseguiram se adaptar ao clima e aos outros desafios do nosso país. Porém, encontram dificuldades de comunicação e aceitação perante a sociedade, algo como ter um objetivo de viver como um brasileiro para poder ter uma vida menos difícil. Isso assemelha-se aos surdos que buscam possuir a acessibilidade dos ouvintes para fazerem parte de um mundo que está voltado para ouvintes. Os resultados deste estudo são parciais, posto que estamos em fase de pesquisa e análise de como agem os dois grupos de pessoas citados, em relação ao ambiente e local ao qual estão incluídos. Conclui-se que muito se tem feito para tornar a sociedade mais agradável ao convívio, mas ainda temos que melhorar muito para que isso aconteça. A sociedade está formada de maneira a excluir as minorias. Cabe melhorar os processos de inclusão e garantir os direitos à cidadania, em todas as sociedades. Há uma grande diferença entre o viver e estar vivo, é preciso melhorar algumas condições para que haja um mundo melhor para se viver dignamente.

Palavras-chave: Surdos. Migrantes. Inclusão Social.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Ludmila Picolotto, Letícia Pinto de Oliveira, Juliana Rossa
Faculdade Murialdo

MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DOS IMIGRANTES CONTEMPORÂNEOS ECONOMICAMENTE ATIVOS EM CAXIAS DO SUL (RS)

Resumo: A partir do ano de 2010, Caxias do Sul-RS, um importante polo econômico gaúcho e brasileiro, passou a receber milhares de imigrantes vindos principalmente do Senegal e Haiti. Nesse contexto de uma imigração com fins laborais, criam-se mecanismos para o envio de remessas de dinheiro para o país de origem. O objetivo deste projeto, que se iniciou no segundo semestre de 2017, é identificar características das movimentações financeiras da população imigrante economicamente ativa da cidade, especialmente de imigrantes senegaleses, relatando como enviam as remessas de dinheiro, entre outras características envolvidas. Este é um estudo de caráter exploratório e descritivo das realidades envolvidas nas movimentações financeiras dos imigrantes senegaleses. Até o momento, foram feitas duas visitas a empreendimentos de dois senegaleses que possuem negócios de envio de dinheiro para o exterior. Nessas oportunidades, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os proprietários, cujo foco esteve nas características desse tipo de empreendimento, explicação de como ocorrem os envios de remessas, quais são os tributos que incidem sobre as transações, entre outras. Resultados preliminares apontam para a rapidez e virtualidade dos processos, tendo aplicativos de mensagens instantâneas como um dos principais meios envolvidos nos envios. Este projeto integra a Linha de Pesquisa em Migrações Contemporâneas na Serra Gaúcha, do Núcleo de Pesquisa e Extensão Acadêmica (NPEA) da Faculdade Murialdo.

Nome dos autores: Éverton Luís Gregory; Tania Micheline Miorando
Universidade do Vale do Taquari - Univates

MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS: A PROBLEMÁTICA DA CONVENIÊNCIA MORAL

Resumo: Apresentamos as implicações dos Direitos Humanos sobre o campo das Migrações, segundo o princípio da Relatividade Cultural e seus desdobramentos nos conceitos de inclusão e exclusão, conforme a problemática da Conveniência Moral. As últimas três décadas têm assistido à consolidação dos Direitos Humanos e da propagação das mentalidades de inclusão social (com os pressupostos da chamada globalização), oriundas de um projeto de compromisso moral com a evolução da humanidade pós-confrontos bélicos e ideológicos intensos (a exemplo, Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria). Nesse contexto, a visibilidade do movimento migratório reconhece o estudo multifacetado das fronteiras e o complexo papel definidor de suas origens: as convenções pressupõem julgamentos de legalidade e extensão dos Direitos Humanos. Os desafios do momento atual diante da (re)radicalização dos discursos são encaminhados para as teorias de desmitificação da infalibilidade social: a desconstrução de um ideário "supracultural" supostamente confortante; e de utopias fundamentadas em uma premissa de progresso linear em direção ao status quo da perfectibilidade. Objetivo: O ponto nevrálgico desta discussão filosófica, portanto, visa rememorar as utopias da Moralidade, desconsertando a existência de uma Evolução Moral humana íntegra, questionando o propugnado intento da inclusão social, um artifício motivado por interesses. A proposta reflete, em linhas gerais, um convite à releitura da imperfeição humana. Metodologia: A elaboração desta pesquisa encaminhou-se por meio de um estudo bibliográfico, concomitantemente regido por um discurso de análise hermenêutica, respaldado pelo aceno filosófico e as subjetividades simbólicas. Resultados Parciais: Constatamos até esta etapa analítica que o ressurgimento de um ideário harmônico (universalista), mediante o apelo dos Direitos Humanos, provocou, simultaneamente à rápida metamorfose tecnológica, uma revisita histórica ao pensamento idílico de caminhada à perfeição. A característica inerente aos desejos da humanidade, isto é, a busca do perfeccionismo, demonstra a existência de um tempo cíclico, e a isto estão enquadradas ações e ideias. As vibrações verificadas em meio a este efervescente pensamento terminaram por fazer o objetivo da inclusão social uma meta para o alcance da plena felicidade. Esta pretendida afirmativa, encontra-se pois sob a aura da extirpação do sofrimento e da dor. Uma vez controlado o desconhecido, ter-se-iam findas as angústias e consequentemente, os seres poderiam desvelar a nova tarefa evolucionária: o fim da finitude.

Palavras-Chave: Migrações Contemporâneas. Relatividade Cultural. Conveniência Moral. Metamorfose Tecnológica. Tempo Cíclico.

Nome dos autores: Grazielle Betina Brandt, Bernardete Bregolin Cerutti, Gisele P. Simão
Universidade do Vale do Taquari - Univates

O PERFIL DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL RECENTE: UM OLHAR NAS CIDADES MÉDIAS DA REGIÃO DOS VALES - RS - BRASIL

Resumo: Esse trabalho tem o objetivo de apresentar dados sobre migrações internacionais recentes, destacando o perfil da população em duas cidades médias da Região dos Vales, no estado do Rio Grande do Sul, sendo estas Lajeado e Santa Cruz do Sul. Os dados secundários foram coletados por meio do Observatório das Migrações Internacionais - Ministério do Trabalho (ObMigra), tendo como fonte o Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), por possuir um registro administrativo do Departamento de Polícia Federal referente aos estrangeiros que entraram com pedido de cadastro para a emissão do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE). Assim, foi possível analisar o perfil das migrações internacionais no período de cinco anos, compreendido de 2012 a 2016, nas duas cidades médias da região dos Vales. Foram observadas informações com relação ao gênero, estado civil, local de origem, classificação do registro temporário e permanente e profissão declarada. Os dados se referem à data em que foi dada a entrada na solicitação de registro. Em um universo de 948 migrantes internacionais nesse período, 569 são homens (60,02%) e 379 são mulheres (39,98%). Destes, 694 (432 homens e 262 mulheres) escolheram Lajeado como destino, sendo que 199 possuem visto temporário e 495 visto permanente; e 254 migrantes (137 homens e 117 mulheres) escolheram Santa Cruz do Sul, sendo que 186 possuem visto temporário e 68 visto permanente. Entre as profissões dos migrantes das duas cidades analisadas destaca-se a de estudante, com 34,15% (237 migrantes) seguido de vendedor, com 9,49% (90 migrantes). O estado civil predominante nas duas cidades é solteiro, com 66,67% (632 migrantes), seguido por casado, com 22,99% (218 migrantes), e viúvos e outros somam 10,34% (98 migrantes). Os países de origem da maioria dos migrantes que vem para Lajeado são o Haiti, representando 22,19% (154 migrantes) e a Colômbia 11,38% (79 migrantes) e os países de origem dos migrantes quem vem para Santa Cruz do Sul são a Colômbia, representando 7,09% (18 migrantes) e a Índia 4,33% (11 migrantes). No período analisado, em ambas cidades médias, os números revelam um maior volume de estudantes solteiros temporários, contudo o percentual de vendedores permanentes chama a atenção, revelando a possibilidade de aprofundamentos a partir dos dados coletados, sobretudo, ao buscar identificar se esses migrantes são profissionais autônomos ou vinculados a uma organização, ou seja, elucidando as características da inserção na esfera laboral nas respectivas cidades acolhedoras, dado o potencial de atração das cidades médias em relação a migração internacional.

Palavras-chave: Migrações internacionais. Cidades médias. Região dos Vales. Lajeado. Santa Cruz do Sul.

Nome dos autores: Ivandro Carlos Rosa, Margarita Rosa Gaviria Mejía,Eduardo Périco,
Universidade do Vale do Taquari - Univates

FLUXO MIGRATÓRIO HAITIANO DINAMIZA OS ESPAÇOS URBANOS EM PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES DO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Resumo: O fluxo migratório haitiano para o Vale de Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil, inicia em 2012, estimulado pela oferta de emprego de empresas privadas e cooperativas da região. Situação que muda com a crise eco¬nômica brasileira que inicia em 2014, e persiste até a atualidade, e vem afetando a região e o país como um todo. A demanda por mão de obra imigrante diminui e o fluxo haitiano deixa de ser apoiado pelas empresas. Nas novas condições, os imigrantes, apesar das dificuldades, buscam melhorar a sua qualidade de vida e de suas famílias transnacionais, processo no qual as sociedades de acolhida contribuem com programas de atendimento em serviços públicos e a inserção em espaços de trabalho. A pesquisa propõe-se a analisar através de uma etnografia multisituada, como, nos últimos cinco anos, a presença dos imigrantes tem dinamizado as estruturas em cidades de pequena e média escala. Observam-se as mudanças em espaços privados e públicos que resultam da inserção dos imigrantes, nesta nova fase, já superado o período inicial de acomodação, desde a chegada da primeira leva de haitianos ao Vale do Taquari. Indaga-se, em que medida a mobilidade que caracteriza esta experiência migratória, interfere no desenvolvimento de projetos dirigidos a melhorar a qualidade de vida dos imigrantes, e a efetividade das políticas publicas destinadas ao atendimento das demandas desta nova população. E de que forma tem se dado o aprimoramento do atendimento as necessidades básicas assistenciais de saúde, educação e habitação. Quais as medidas adotadas pelas escolas infantis municipais, postos de saúde, secretarias de assistência social, conselhos municipais de habitação, no intuito de superar as barreiras legais, de comunicação e aceitação desta nova população. O estudo objetos desta pesquisa, está sendo realizado principalmente em Poço das Antas, como justificativa do foco, por se tratar de uma pequena cidade, com predominância de população habitando no perímetro rural, e o incremento de população migrante, representa mais de dez por cento da população urbana da cidade, nas cidades de Poço das Antas, onde será o ponto de maior aprofundamento dos estudos, e por se tratar de verificação inédita neste território. Estrela e Lajeado, que servirão como referencia e parâmetros comparativos da discussão dos resultados.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Matheus Denardi Paz Martins, Maria Eliza Leal Cabral, Fernanda Schwertner
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

VIVENDO O DISCURSO DE ÓDIO: O CASO DO IMIGRANTE CHEIKH OUMAR FOUTYOU DIBA

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar uma perspectiva político-jurídica contemporânea à imigração inserida em um contexto social ativo, ponderando acerca das condições de vida oferecidas pelo Estado e pela sociedade aos imigrantes e seus efeitos no âmbito do direito e da sociedade informacional, buscando averiguar as consequências geradas pelo discurso de ódio motivado pela xenofobia. Atualmente, o Estado de Direito encontra-se em situação precária no sentido de tutelar direitos inerentes ao ser humano e proporcionar segurança ao imigrante, que acaba por se revestir da conceituação de escravo econômico inserido em uma falsa conceituação de tutela humanitária do Estado, sendo incluído em um sistema criado justamente para excluir aqueles que não se encaixam no adágio da nacionalidade. O discurso de ódio, por sua vez, ilustra a premissa de superioridade diante do estrangeiro, podendo dificultar, e até mesmo impedir a participação do imigrante na vida pública, possibilitando a decorrência de um distanciamento da tão desejada universalização do direito em aspecto contemporâneo. Com o objetivo de entrelaçar o discurso de ódio xenofóbico no âmbito na rede com a questão imigratória, buscou-se trazer uma abordagem conceitual do discurso de ódio que é cada vez mais comum nas redes sociais, tão utilizadas atualmente como meio de expressão individual. Todavia, faz-se imprescindível um questionamento sobre os limites dessas práticas, que podem estar ferindo o direito de quem é alvo desses discursos intolerantes. Nesse contexto, o discurso de ódio abrange várias classes, não atentando somente ao lado racial, mas sim a uma coletividade de determinado fator diferencial entre grupos humanos, referindo-se, como palavras que tendam a insultar, intimidar ou assediar pessoas. Assim, após uma análise sobre o discurso de ódio, é necessário dar voz a Cheikh Oumar Foutyou Diba, o jovem senegalês de 25 anos foi vítima de assalto e teve parte do corpo incendiado, enquanto dormia, na avenida Rio Branco, em Santa Maria-RS. Três homens colocaram fogo no colchão, sofrendo queimaduras nas pernas e em um dos braços. A sociedade, de forma geral, trata o imigrante ou com indiferença, ou a partir de discursos de ódio, que por vezes ultrapassa ofensas morais, tal fato somado à negligência do Estado diante da ausência de proteção ao indivíduo como ser humano foram o estopim para manifestações preconceituosas e maliciosas nas redes sociais, onde Cheikh Oumar Foutyou Diba foi injuriado, sendo imputada à sua pessoa expressões ofensivas e de baixo calão, onde foi chamado por meio de comentários em uma postagem de matéria compartilhada no Facebook por um veículo de comunicação local de “maldade vinda de fora” e manifestações xenofóbicas expressando que “não precisamos de problemas de outros países aqui no Brasil”, além de outras declarações degradantes e invectivas. Percebe-se que a sociedade fracassou com Cheikh Oumar Foutyou Diba, e, por conseguinte, com todos os imigrantes senegaleses que observaram a revolta e à execração em torno do discurso de ódio, criando uma atmosfera de insegurança para potenciais imigrantes e proporcionando o sentimento de exclusão e repulsa de uma sociedade em que os mesmos, por direito, já pertencem.

Nome dos autores: Daniel Etcheverry
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

DESLOCAMENTO, SUBJETIVIDADE E CIDADANIA: NAS MARGENS E INTERSTÍCIOS DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS

Resumo: O deslocamento é, basicamente, uma experiência de ruptura. O sujeito que optou pelo deslocamento é, de alguma forma, um exilado. Ele ou ela rompe com uma carência conhecida e sai à procura de uma plenitude que desconhece; foge de uma cidadania dada porém incompleta para ir em busca de uma cidadania que reflita melhor seu desejo. Portanto, trata-se de alguém que vive intensa e diariamente sua incompletude. O sujeito a que me refiro neste trabalho é aquele que transparece nas tentativas de elaboração de uma narrativa sobre si mesmo que caiba e, ao mesmo tempo, se libere da abrangência dos discursos hegemônicos sobre 'os migrantes' e 'a migração, e com quem dialoguei num estudo etnográfico comparativo nas cidades de Porto Alegre, Buenos Aires e Madri, para minhas teses de mestrado e doutorado. São, portanto, seres de carne e osso que me disponibilizaram elementos de suas vidas, expectativas e frustrações para que, a partir de suas narrativas, eu pudesse vislumbrar aspectos importantes da construção de subjetividades atravessadas pelo deslocamento, no contexto neoliberal em que vivemos. Transitando entre identidades fracionadas, as quais não se correspondem necessariamente a identidades nacionais, já que o deslocamento físico implica deslocamentos subjetivos múltiplos, o sujeito em deslocamento vivencia e desperta incertezas. Tais incertezas são decorrentes de uma variedade de lugares de enunciação, tanto dos sujeitos em deslocamento quanto dos locais, já que a alternância de lugares de discurso é não apenas comum senão constantemente estimulada pela fragmentação das nossas experiências e formas de estar no mundo. Entretanto, é no sujeito deslocado que esa ruptura se evidencia principalmente, na medida em que ele é um 'outro' a cuja história só temos acesso através da sua narrativa. Dessa percepção do sujeito em deslocamento como portador e provocador de incertezas é que resulta, então, a necessidade de controlá-lo. É preciso tornar aquele elemento errante sedentário, controlável; localizá-lo, para que, tendo algum tipo de benefício, se torne previsível. Uma das formas de fazer isso é lhe oferecer uma possibilidade de refazer vínculos, algo como uma segunda chance, já que ele desprezou seus vínculos primordiais. Só que, desta vez será "ao nosso modo". Defendo então que o controle do sujeito em deslocamento vai muito além do controle exercido pelo Estado nas fronteiras; ele tende a incidir nos corpos, na experiência subjetiva e na capacidade de enunciá-lo dentro de retóricas que o fixam em alguma previsibilidade. E é nos interstícios e nas bordas dessas retóricas enunciativas de um 'ser migrante', um campo de tensões discursivas, na realidade que os sujeitos transitam, buscando formas de acceder ao mundo e criar um espaço de locução próprio, uma cidadania da que possam se apropriar, Isso será um aprendizado que só alguns, os sujeitos otimizados, conseguem. Para refletir sobre tudo isso, as noções de campo, de Bourdieu, de discurso de Foucault e de otimização de Aiwha Ong será de grande valia.

Palavras chave: Sujeito em deslocamento. Discurso, Otimização, Ruptura, Cidadania.

Sociedades Tradicionais e Relações Interétnicas

O Grupo de Trabalho (GT) se propõem a tratar questões envolvendo sociedades/comunidades/coletivos tradicionais, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadores artesanais e tradicionais.
O GT pretende reunir propostas para apresentações de trabalhos, principalmente envolvendo mitologia/cosmologia/ritual/diversidade religiosa, relações interétnicas, territorialidades e fronteiras transnacionais, migrações/mobilidade, rede de saberes e alianças com agências do Estado-nação, todas advindas no decorrer dos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonialismo.

Coordenadores:

Rogério Réus Gonçalves da Rosa – Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Magna Lima Magalhães- Universidade FEEVALE

Luís Fernando da Silva Laroque – Universidade do Vale do Taquari - Univates

Nome dos autores: Fabiane da Silva Prestes, Luís Fernando da Silva Laroque
Universidade do Vale do Taquari - Univates

FONTE DE ÁGUA NATURAL: O ACESSO AO DIREITO HUMANO À ÁGUA NO UNIVERSO COSMOLÓGICO DA TERRA INDÍGENA FOXÁ DE LAJEADO/RS

Resumo: A presente pesquisa pretende analisar elementos da cosmovisão indígena, no que tange ao acesso aos recursos naturais, em especial, o direito humano à água. A partir do mito de origem Kaingang compreende-se que todos os seres da natureza se complementam a partir das respectivas metades: terra, céu, água e fogo. Assim, o universo cosmológico é muito amplo sendo baseado em pressupostos mitológicos que se materializam a partir de rituais. De acordo com os registros históricos sobre os Kaingang, o ambiente tradicionalmente por eles ocupado é, geralmente, as áreas mais altas em territórios do Brasil Meridional, onde o clima é relativamente frio e predominam matas de araucária, as quais são irrigadas por cursos de água, que proporcionam recursos naturais satisfatórios para a alimentação. Os Kaingang são caçadores, coletores e agricultores e suas atividades são desenvolvidas a partir de um plano anual bem elaborado. Ao longo do contato, os Kaingang conviveram com processos de expropriação das suas terras de sobrevivência e de destruição das florestas e campos que deram lugar às cidades e fazendas agropastoris. Assim, ao longo de todo o século XX e primeiros anos do século XXI, ocorre uma reconfiguração, desta vez assinalada pela Frente Pioneira que avança sobre os tradicionais territórios Kaingang por meio da abertura de estradas de ferro e de rodagem, da intensificação agrícola, da implantação de reservas/parques florestais e da nova tentativa de confinamento dos nativos dentro de áreas estabelecidas por agências oficiais. Nesse contexto, os Kaingang intensificam sua movimentação dos aldeamentos para centros urbanos, em busca de melhores condições de sustentabilidade e de retomada de seus tradicionais territórios. Cumpre destacar que, a migração dos Kaingang para a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, representa um processo de reterritorialização, e é a partir deste fluxo que é criada a Terra Indígena Foxá, a qual vivencia suas permanências culturais em contexto urbano. Desse modo, a pesquisa parte da seguinte indagação: Qual a relevância da recuperação de uma fonte de água para a comunidade da Terra Indígena Foxá de Lajeado/RS? Nesse norte, o objetivo da pesquisa é identificar a importância sociocultural e cosmológica da recuperação de uma fonte de água localizada no interior da Terra Indígena. Em termos metodológicos, adotou-se a pesquisa qualitativa, com perfil exploratório, ancorada em técnicas de pesquisa bibliográfica e análise documental, com da observação participante para a elaboração de diários de campo que fazem parte do acervo do Projeto de Pesquisa “Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS” e Projeto de Extensão “Histórica e Cultura Kaingang” da Univates, onde o presente trabalho se insere. Tem-se como resultados parciais, que, a partir da perspectiva Kaingang, a água é um ser vivo possuidor de espírito. Ademais, o acesso à água é imprescindível para a manutenção de todas as formas de vida projetando- se, portanto, como essencial para as gerações presentes e futuras. Para além de um direito humano, a água é um elemento imperioso para as permanências culturais, estando presente em rituais sagrados, tais como: batismo e culto aos mortos.

Palavras-chave: água, indígena, natureza.

Nome dos autores: Ana Christina Konrad; Luciana Turatti; Margarita Rosa Gaviria Mejia
Universidade do Vale do Taquari - Univates

OS PRESSUPOSTOS DA CIDADANIA AMBIENTAL NO MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO

Resumo: A presença de uma vasta carga de conflitos socioambientais justifica o surgimento de um novo sujeito que tem, na sua origem, a capacidade de refletir e compreender o seu papel na sociedade e que, apoiado em princípios éticos e na ideia da alteridade, assume as suas responsabilidades para com os demais. Este sujeito recebe o nome de cidadão ambiental. Em consonância com tais apontamentos o problema de pesquisa proposto buscou responder se o modo de vida empregado na agroecologia é capaz de influenciar a formação do cidadão ambiental. Para tanto, o objetivo foi identificar se, e em que medida, o modo de vida agroecológico, de um pequeno grupo de agroecologistas, se aproxima dos pressupostos teóricos que moldam o conceito de cidadania ambiental, para ao final propor linhas de pensamento (parâmetros) que viessem a contribuir com a formação do cidadão ambiental. O método utilizado foi o qualitativo. Inicialmente foram aprofundados os conceitos referentes ao tema proposto para elaboração de um marco teórico capaz de sustentar as análises de campo e fomentar a construção dos resultados. Superada esta etapa, realizou-se a pesquisa de campo que teve como grupo focal 05 agroecologistas de um município do interior do Rio Grande do Sul. Foram levantadas suas práticas ambientais, sua relação com a natureza, as relações entre os membros do grupo e ainda com os demais membros da comunidade. Para isso, foram aplicadas entrevistas com questões abertas ao grupo de agricultoras agroecológicas, assim como foram empregadas inspirações de cunho etnográfico, por meio das observações participantes, e do registro destas por meio de diário de campo. As respostas das entrevistas foram avaliadas por meio de análise de conteúdo. Três categorias emergiram ao longo das análises: dimensão cultural afetiva, dimensão econômica e dimensão socioambiental. A partir dessas categorias foi realizada a triangulação entre os dados da pesquisa de campo e os conceitos teóricos. Nessa etapa, buscou-se estabelecer pontes entre os resultados empíricos e os aportes teóricos, para na sequência, elaborar as aproximações que poderiam contribuir para formação do cidadão ambiental. Ao final do processo percebeu-se que alguns valores e princípios aproximam as duas propostas (cidadania ambiental e agroecologia): proteção socioambiental; responsabilidade; participação comunitária; alteridade; ética ambiental; equidade; solidariedade e espiritualidade.

Palavras-chave: Cidadania Ambiental. Agroecologia. Práticas Ambientais. Pressupostos.

Nome dos autores: Cristian Leandro Metz, Ana Luiza Carvalho da Rocha
Universidade Feevale

O ENGAJAMENTO DE MULHERES NEGRAS, REMANESCENTES DO QUILOMBO DO MORRO ALTO/RS, NA PRÁTICA DO RITO FUNERÁRIO DA COBERTA D'ALMA

Resumo: O resumo apresenta a memória do engajamento de duas mulheres negras (remanescentes do quilombo do Morro Alto/RS) na prática funerária da Coberta d'Alma rito que visa a perpetuação da memória do ente falecido no seu seio familiar e social: após a morte de um membro, a família do falecido elege e doa uma muda de roupa completa a um amigo ou a uma pessoa da comunidade que a usará em momento específico: na missa de 7º ou de 30º dia. Por acreditarem que a roupa com a qual o morto é enterrado apodrece junto com a matéria, fazendo com que a alma se desprenda nua do corpo, as pessoas praticantes do ritual creem que, com este gesto, a alma da pessoa falecida estará vestida para apresentar-se perante Deus. Além disso, ao enxergar-se vestida em outro corpo, toma consciência de sua nova condição, libertando-se para seguir em paz. A pessoa que veste a roupa da Coberta d'Alma acaba por assumir, moral e afetivamente, o papel da pessoa falecida perante sua família, sendo tratada como se o (a) morto (a) ali estivesse. Esta prática cria novas relações de parentela ficcional entre aqueles envolvidos no costume. Dona Severina (falecida em dezembro de 2016) e Francisca Dias (Preta) moraram, durante a infância de Preta, na Comunidade Quilombola do Morro Alto/RS e relatam, por meio da técnica de entrevista não diretiva e semiestruturada do método etnográfico (que serviu, também, de meio de compreensão dos seus itinerários urbanos bem como das suas trajetórias de vida), a memória do contato com a morte que é fundamental, pois antecede o engajamento destas senhoras com a prática do ritual de passagem em questão, sendo apresentadas pela voz das interlocutoras. Preta Dias relembra do contato com a morte no seio da comunidade informando que "desde criança, acompanhavam tudo". A memória deste contato informa, principalmente, da confecção do caixão em casa; além da confecção do caixão, era necessário comprar o tecido, "forrar o caixão, tu fazer o caixão, forrar o caixão, tudo ali na comunidade..." Dona Severina relata o momento em que vestiu a Coberta d'Alma de uma prima-irmã ao informar: "a minha prima-irmã faleceu e os filhos choravam muito. Aí quando sepultaram ela, perguntaram: "Severina, tu aceita vestir a minha mãe? Uma vez que seja do gosto de vocês, aceito de bom coração", relata a interlocutora prosseguindo: "fomos a missa, viemos para casa, eles ficaram um tempo aqui conversando comigo. Até hoje, pra mim, eu tenho aqueles filhos e eles me têm como mãe". Isso posto, concluímos que a prática da Coberta d'Alma age como ato performático entre as pessoas praticantes do costume; existe, sim, a crença de que a alma deve ser dignificada por um vivo que veste a roupa ritual para a sua inserção no plano celestial. Mas, junto a isso, há a desejo de manter viva a memória daquela pessoa falecida no seu seio familiar e social por meio daquela pessoa que veste a Coberta d'Alma.

Palavras-chave: Coberta d'Alma. Ritos Funerários. Memória.

Nome dos autores: Moisés Ilair Blum Vedoy, Jéferson Luís Schaeffer, Ramon Scheid, Luís Fernando da Silva Laroque

Universidade do Vale do Taquari - Univates

DE FAZENDA À COLÔNIA CONVENTOS: DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO COLONIZATÓRIO DO VALE DO TAQUARI ENVOLVENDO RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E INTERÉTNICAS DOS DISTINTOS MIGRANTES ESTABELECIDOS NO TERRITÓRIO

Resumo: Salienta-se a presença indígena antes da chegada do elemento europeu no Vale do Taquari. Dentre os grupos que ocupavam, movimentavam e migravam por esse espaço, destacam-se os Guarani e os Kaingang. Até meados do século XVIII, no Rio Grande do Sul, a ocupação lusa limitava-se basicamente aos Campos de Viamão, não atingindo de forma efetiva as áreas interioranas, onde estava situado o Vale do Taquari, assim, a ocupação e migração por espaços do Vale do Taquari se deu a partir da preocupação da Coroa portuguesa em ocupar estas áreas através da doação de sesmarias. Para este trabalho destaca-se a doação de sesmarias aos irmãos Teixeira em 1800 e posterior venda à Antônio Fialho de Vargas em 1854. Cabe ressaltar que a colonização propriamente dita do Vale do Taquari ocorreu somente a partir de 1850, a qual foi baseada na pequena propriedade rural e esteve alicerçada na Lei de Terras de 1850, ocasionando a criação de colônias a partir da ação de empresas particulares. Essas empresas foram responsáveis por lotearem e comercializarem áreas de terras a imigrantes europeus e descendentes. Um exemplo decorrente deste processo foi a Colônia Conventos, fundada em 1855 pela empresa Baptista Fialho & Companhia, em territórios da Fazenda de propriedade de Antônio Fialho de Vargas, os quais situavam-se na margem direita do rio Taquari. O presente trabalho é decorrente do projeto de pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais” e tem como objetivo analisar o processo de colonização do Vale do Taquari entre os séculos XVIII - XIX, em especial, envolvendo os atores ocupantes do território correspondente à Colônia Conventos. Na metodologia de estudo fez-se uma análise qualitativa dos dados levantados, caracterizados por fontes documentais pesquisadas em Arquivos do Estado, registros eclesiásticos da Paróquia IECLB de Conventos - Lajeado e revisões bibliográficas. Os resultados parciais, tendo por base aportes teóricos da territorialidade, cultura e história agrária, possibilitam constatar que a partir da Lei de Terras de 1850, houve um avanço de imigrantes/migrantes sobre as áreas que atualmente correspondem ao Vale do Taquari, o qual foi dirigido por colonizadores privados. Dessa forma, o Governo absteve-se dos gastos com a colonização, além de permitir o desenvolvimento de um projeto colonizador que promoveu a introdução de colonos europeus a partir da especulação imobiliária. A alocação destes imigrantes/migrantes europeus esteve fortemente pautada na legislação, de modo que restringiu o acesso à terra ao título de compra.. Sendo assim, a Lei de Terras surgiu como um mecanismo criado pela elite com a intenção de dificultar que os colonos tivessem acesso às doações feitas pelo Império português e reforçar a pequena propriedade rural. Aponta-se ainda que o avanço do estabelecimento das sesmarias e fazendas no século XVIII e XIX e posteriormente com a Lei de Terras, inviabilizaram o acesso à terra aos tradicionais ocupantes Kaingang e grupos menos favorecidos, como pobres lavradores, sem deixar de mencionar os escravos negros.

Palavras-chave: Colonização, Imigração/migração, Vale do Taquari, Conventos.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Jaqueline da Silva Torres Cardoso
Universidade Feevale

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CRIANÇA QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE CUSTANEIRA (PI)

Resumo: As comunidades negras remanescentes de quilombos que hoje são definidas como quilombos contemporâneos (LEITE, 2000), são territórios de resistência cultural dos quais fazem parte grupos étnicos raciais que se identificam. Elas são caracterizadas como comunidade por que, em sua maioria, os habitantes têm relações de parentesco e descendência comum, mostram grande sentimento de pertencimento ao território em que vivem, orientam-se por normas históricas baseadas nas influências da presença de seus antepassados e valorizam suas identidades e a vida em grupo. (BOAKARI, 2005). De acordo com a Fundação Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, existem 2.958 comunidades remanescentes de quilombos oficialmente reconhecidas pelo Estado. Dos 27 estados apenas Roraima, Acre e o Distrito Federal não possuem quilombo certificado. A maior concentração dessas comunidades estão localizadas nos estados da Bahia (734), do Maranhão (686), de Minas Gerais (294), do Pará (265), de Pernambuco (138), do Rio Grande do Sul (126) e do Piauí (88). Dados socioeconômicos baseados nas informações disponíveis sobre as famílias quilombolas cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais (CADUNICO) de janeiro de 2013, 80 mil famílias quilombolas eram cadastradas nesse programa, sendo 64 mil famílias (quase 80% do total) beneficiárias do programa Bolsa Família. Cerca de 74,73% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza. 92,1% autodeclaram-se pretos ou pardos. Os dados apontaram ainda que 24,81% dessas pessoas não sabem ler. É senso comum falarmos que, de modo geral, as crianças são as mais expostas à pobreza e à miséria. A situação é mais agravante quando retratamos as crianças quilombolas. A qualidade de vida dessas crianças é extremamente baixa. Elas vivem em comunidades de difícil acesso carentes de educação e saúde. O Ministério da Educação reconhece essa deficiência ao relatar que: “nas comunidades remanescentes de quilombos, o acesso à escola para as crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados, e o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas” (BRASIL, 2009). Debruçaremos a nossa pesquisa, no 7º estado com a maior concentração de comunidades quilombolas. A organização e o surgimento quilombola no Piauí iniciou com a influência da Igreja Católica em 1985, realizando trabalhos de identificação das comunidades e organizando vários núcleos de trabalhadores a fim de discutir e propor soluções para diversos problemas sociais que afligiam as comunidades rurais. Ao delimitar o tema da pesquisa, levamos em consideração as vozes que ainda não foram ouvidas nos quilombos piauienses. A presente pesquisa tem como objetivo geral: investigar e compreender o processo de constituição identitária do “ser quilombola” através das manifestações sociais e culturais partindo da perspectiva das crianças. Nesse sentido, esperamos com esta pesquisa compreender como as crianças aprendem a serem quilombolas nas comunidades piauienses e com isso conhecer a construção e reconstrução dos processos culturais, e sociais trazendo assim contribuições relevantes para a compreensão das comunidades quilombolas de modo geral.

Palavras-chave: Criança. Cultura. Identidade. Quilombo.

Nome dos autores: Marcos Rogério Kreutz, Neli Teresinha Galarce Machado
Universidade do Vale do Taquari - Univates

MOVIMENTAÇÕES DE POPULAÇÕES GUARANI, SÉCULOS XIII AO XVIII EM UM ESPAÇO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL

Resumo: Estima-se que o processo de colonização por indígenas Guarani, na porção territorial Vale do Taquari, drenada pela Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, Estado do Rio Grande do Sul tenha iniciado por volta do século XIII. Datações radiocarbônicas realizadas, a partir da coleta e análise de evidências vegetais carbonizadas de sítios arqueológicos, demonstram que a ocupação fora ao longo de pelo menos seis séculos. É provável que até princípios do século XVII, os Guarani colonizaram o espaço, não de forma homogênea ou exclusiva, fixando-se nas planícies ao longo dos rios e arroios da bacia, entre eles os rios Taquari e Forqueta, promovendo deslocamentos comuns à sua cultura. A partir da década de 1630, os deslocamentos de grupos Guarani, passam a sofrer pressões externas, em função da vinda de jesuítas espanhóis, de bandeirantes paulistas e, mais tarde, de imigrantes europeus e seus descendentes. O objetivo deste estudo foi demonstrar os fatores que interferiram nos processos de territorialização e desterritorialização dos indígenas Guarani no Vale do Taquari, pré e pós-contato, passando por quatro fases: (1) a significativa ocupação, (2) a redução, (3) reocupação e (4) a ausência de aldeias dessa sociedade no referido território. Optou-se pela metodologia qualitativa-descritiva, e os instrumentos metodológicas foram: a pesquisa bibliográfica, documental e atividades de campo. A territorialidade Guarani deve ter sido exercida de maneira intensa na região, até princípios do século XVII. A partir da localização de sítios arqueológicos e locais onde foram evidenciados artefatos dessas populações, foi possível criar, hipoteticamente, um panorama de ocupação Guarani até a chegada dos europeus ao Vale do Taquari, e seus possíveis deslocamentos para novas áreas. Com a chegada do europeu se inicia o processo de desestruturação e “a redução” das sociedades Guarani. Além dos movimentos comuns a sua etnia, os deslocamentos Guarani também foram provocados por pressões externas. Pressões essas advindas do contato com os jesuítas espanhóis, dos bandeirantes paulistas e dos imigrantes, especialmente portugueses e alemães e escravizados africanos. É possível inferir que grupos Guarani tenham permanecido em alguns locais mais afastados dos incipientes núcleos urbanos que foram surgindo. A medida que as terras foram sendo ocupadas, as populações Guarani foram diminuindo. O estudo também contribui com a produção de conhecimento na área, para que o imaginário coletivo esteja mais coerente com os fatos e que haja uma valorização de outras etnias além da europeia, como é comum ocorrer em muitos municípios do Rio Grande do Sul: valorização da cultura europeia em detrimento a outras, como os indígenas.

Palavras-chave: Deslocamentos. Guarani. Pré-Colonial. Pós-Contato.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Fernanda Chemin Schmitt, Vanessa Devitte, Neli Teresinha Galarce Machado
Universidade do Vale do Taquari - Univates

ESCRAVIDÃO NO VALE DO TAQUARI: CRIME E CASTIGO NO SÉCULO XIX

Resumo: O seguinte trabalho faz parte do projeto Arqueologia, História Ambiental e Etnohistória do Rio Grande do Sul, que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates, conectado a área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade. Estudos recentes sobre a História Regional tem comprovado a ampla utilização da mão de obra escravizada no Vale do Taquari, porém, algumas nuances sobre a relação entre senhores e escravos necessitam de estudos mais aprofundados. Por muito tempo, a historiografia sugeriu uma escravidão branda em território sulista. Estudiosos vem se empenhando nos últimos anos a fim de desconstruir essa imagem romantizada sobre a escravidão no Rio Grande do Sul. Neste sentido, este trabalho se propõe a colaborar com dados que atestam a violência nas relações escravistas tendo como pano de fundo a região de Taquari no século XIX. Como mercadoria, o escravo era visto como objeto e assim disciplinado para se portar como tal. Segundo esta lógica, o uso de violência e castigos severos assegurava a manutenção do bem adquirido pelos senhores. Como dizia Joaquim Nabuco (2003), a escravidão só pôde existir pelo terror absoluto, qualquer sintoma de que um escravizado pudesse pensar e refletir sobre a sua condição, deveria ser imediatamente repelido. Entre os documentos que lastreiam este trabalho estão dois processos-crime do município de Taquari, datados de 1820 e 1831, encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Nestes processos temos duas acusações de homicídio cometidos por escravos. No primeiro, o escravizado assassinou o filho de seu senhor e recebeu como punição a pena de morte natural para sempre. No segundo processo, o escravizado matou o capataz da fazenda em que trabalhava, recebendo como punição um castigo de açoites. Em ambos os casos, verificamos que o mesmo crime recebe penas diferenciadas de acordo com o status da vítima. Vale salientar que no período em que estes crimes ocorreram, o nosso sistema judiciário ainda estava em formação, fazendo com que os interesses pessoais prevalecesse na maioria dos casos. Podemos inferir que, ao matar um senhor o escravizado punha em ameaça a ordem e segurança da propriedade, desafiando diretamente o seu senhor. No segundo caso, por tratar-se de preposto, a relação deste com o senhor pode ter interferido na decisão de sacrificar um dos "bens" do senhor, no caso em questão, o escravo. Dentre os objetivos deste trabalho está a necessidade de compreendermos melhor a relação entre os senhores, escravos e seus prepostos na região de Taquari. Estes registros são fontes valiosas que auxiliam o historiador na sua tentativa de dar voz aos esquecidos, na medida em que as ações individuais dos escravizados denunciam um passado de violência e abusos no Vale do Taquari.

Palavras-chave: Escravidão. Processo crime. Vale do Taquari.

Nome dos autores: Karen Daniela Pires, Neli Teresinha Galarce Machado, Magna Lima Magalhães
Universidade do Vale do Taquari - Univates

O PROCESSO ABOLICIONISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS EM TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO/RS

Resumo: O trabalho está inserido ao projeto de pesquisa "Arqueologia, História Ambiental e Etnohistória do Rio Grande do Sul", vinculado ao curso de História e ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari- UNIVATES, Lajeado/RS. No decorrer dos últimos anos muitas pesquisas têm demonstrado que a mão de obra escravizada foi utilizada em vários municípios do Rio Grande do Sul. Na região, hoje denominada de Vale do Taquari/RS, percebe-se a necessidade do aprofundamento das pesquisas a respeito da escravidão e do pós-abolição, em detrimento de vários fatores, entre eles a exaltação da imigração europeia. O objetivo desta comunicação é expor algumas possibilidades de formação de comunidades quilombolas em espaços da atual região do Vale do Taquari, buscando uma relação com o processo abolicionista no contexto do século XIX, nos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro. Metodologicamente, utiliza-se uma abordagem quali-quantitativa, de pesquisa documental e de análise de conteúdo, de acordo com Sampieri et al. (2013) e Bardin (2011). Os resultados apresentados fazem parte da dissertação intitulada "O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - Final do século XIX". A partir da pesquisa realizada em fontes documentais, que foram cartas de liberdade, compra e venda de escravos, inventários, processos-crime e notícias do jornal O Taquaryense (1887-1890), assim como a revisão bibliográfica, constatou-se entre outros elementos possibilidades de formação de comunidades quilombolas na região. Além, das já reconhecidas pela Fundação Palmares, comunidade quilombola São Roque, no município de Arroio do Meio e a comunidade Unidos do Lajeado, no município de Lajeado. Viu-se a possibilidade de comunidades no atual distrito de Santo Amaro, em Estrela, Cruzeiro do Sul, a denominada Cupido ou Nova Real, que se localizaria no município de Bom Retiro do Sul, e a comunidade Matutu em Fazenda Vilanova. Acredita-se na ligação de tais comunidades com o processo abolicionista, considerando que muitos dos libertos permaneceram nos municípios que tiveram o uso da mão de obra escravizada ou então se deslocaram para outros espaços do atual Vale do Taquari.

Palavras-chave: Escravidão. Vale do Taquari. Liberdade.

Nome dos autores: Fernanda Schneider, Neli Teresinha Galarce Machado
Universidade do Vale do Taquari - Univates

EXPANSÃO TERRITORIAL E MANEJO DO ESPAÇO: A INTRODUÇÃO DE CULTIVOS DOMESTICADOS EM TEMPOS PRÉ-COLONIAIS POR POVOS GUARANI

Resumo: Os falantes da família linguística Tupi-Guarani promoveram uma das maiores expansões territoriais pré-coloniais da América do Sul, ocupando uma malha fluvial de mais de 4.000 km entre as planícies tropicais e subtropicais de um polígono que envolve o Brasil, sul da Venezuela, leste do Peru e Bolívia, Paraguai, norte da Argentina e Uruguai. A etnogênese dos falantes do Tupi-Guarani está associada a algum ponto da Amazônia e, a partir dali, teriam realizado uma expansão territorial direcionada ao sul do continente (quando promovida pelos Guarani) e para o litoral leste do Brasil (quando promovida pelos Tupinambá). Com um modelo agroflorestal relacionado ao interior das áreas florestadas, podendo variar em áreas de grandes extensões até estreitas matas de galerias, os Guarani teriam realizado modificações fitossociológicas nos territórios percorridos, desde a introdução de cultivos alimentares e outras plantas exóticas aos novos ambientes ocupados, até a modificação de comunidades arbóreas naturais para a criação de florestas antropogênicas. Essa atividade demandaria tempo de pesquisa e preparação do ambiente, uma vez que uma parte da floresta nativa era transformada em espaço conhecido e produtivo, afetando também o ritmo de expansão (mais lento para a gestão do espaço). A relação dos Guarani pré-coloniais com o vegetação circundante não foi superficial, portanto, e explica uma importante parcela da economia alimentar desses povos, bem como o crescimento demográfico, o ritmo de expansão pelo território, o intercâmbio de plantas entre áreas distantes e, com isso, as modificações ambientais em diversas escalas. O presente trabalho objetiva discutir a introdução de plantas domesticadas no centro-sul da Bacia do Taquari-Antas ainda em período pré-colonial. Para isso apresentam-se alguns resultados obtidos no sítio arqueológico Guarani RS-T-114 com relação à análise de vestígios botânicos carbonizados. Foram analisados 471 vestígios carpológicos compostos basicamente de cariopses, pericarpos, fragmentos de espiga, cotilédones, cápsulas de sementes e sementes em geral, todos preservados a partir de carbonização. A análise seguiu os parâmetros morfológicos e biométricos usuais na literatura arqueobotânica e revelou, como resultado, a presença de espécies domesticadas como Zea mays L. (milho), Phaseolus vulgaris L. (feijão-comum), Phaseolus lunatus L. (feijão-fava) e Manihot esculenta Crantz (mandioca). Esses cultivos representam os traços mais antigos de domesticação de plantas para a região, isto é, no início do século XIV, período temporal em que o sítio RS-T-114 começou a ser ocupado. Esses cultivos são originários de complexos processos de intercâmbio pré-colonial de plantas, uma vez que os seus centros de origem localizam-se a centenas de quilômetros de distância, atestando que os Guarani manejavam o espaço durante seu processo de expansão.

Palavras-chave: Expansão territorial. Povos Guarani. Cultivos domesticados. Bacia do Taquari-Antas.

Nome dos autores: Neli Teresinha Galarce Machado
Universidade do Vale do Taquari - Univates

CULTIVO, RESITÊNCIA E PERMANÊNCIA: NOVOS ELEMENTOS DA MIGRAÇÃO DO GRUPO JÊ

Resumo: A Arqueologia Jê tem presenciado nas últimas décadas um significativo incremento de informações sobre o padrão de assentamento, subsistência, mobilidade e práticas cerimoniais, muito em decorrência de grandes projetos desenvolvidos no planalto dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Para abordar esse tema um grande levantamento bibliográfico torna-se necessário. Os trabalhos relacionados a arqueologia dos grupos Jês dos últimos 10 anos estão sendo analisados e seus objetivos e conclusões revisados para montar um arcabouço com as questões em aberto sobre essa temática. Com o início de uma vertente sistêmica e processual na Arqueologia, incentivaram-se estudos interdisciplinares nas pesquisas arqueológicas, buscando a compressão das relações do homem com o ambiente. Passaram então a fazer parte dos estudos arqueológicos as análises polínicas, descrições geológicas e geomorfológicas, os estudos pedológicos, de fauna e flora, assumindo-se uma forte correlação com as ciências exatas, da terra e biológicas. Escavações recentes realizadas em sítios do planalto de Santa Catarina (Projeto Jê landscapes of Southern Brazil sob coordenação do Professor DeBlasis - USP) indicam que esses grupos, eram mais do que caçadores-coletores que levavam uma vida nômade, sem local de moradia fixa e hierarquia social definida. Eles também praticavam a agricultura e podiam viver por longos períodos em casas subterrâneas, provavelmente para se proteger do frio da região. Apesar do aumento de publicações e pesquisas, detectamos que o processo de ocupação do território sofre constantes questionamentos. Essa perspectiva está relacionada aos novos dados que são acrescentados as pesquisas. Entretanto, os recentes avanços da pesquisa arqueologia no Sul do Brasil tornaram possível questionar tal modelo. Nosso objetivo é apresentar, através do mapeamento dos sítios arqueológicos e de suas datações, que podem identificar áreas de alta densidade populacional com ocupações permanentes, fazendo uma relação com processos de ocupação e assim identificar áreas de resistência bem como sua expansão pelo Planalto Sul Brasileiro associado a Floresta de Araucária. Assim pode-se contribuir para uma melhor compreensão da trajetória histórica dos grupos Jê e inserir as pesquisas realizadas nas Bacias Hidrográficas dos Rios Forqueta e Guaporé pelo Laboratório de Arqueologia da Univates num panorama maior de migração dos Grupos Jê.

Palavras-chave: Grupo Jê, Migração, Ocupação, Território.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Jonathan Busolli, Luís Fernando da Silva Laroque
Universidade do Vale do Taquari - Univates

A TERRA INDÍGENA PÓ MÁG EM MEIO AO CONTEXTO KAINGANG DE RETORNO AOS TRADICIONAIS TERRITÓRIOS

Resumo: Os Kaingang são um grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e aos Jês meridionais e se constituem no terceiro maior grupo populacional indígena do Brasil, com uma população em torno de 38.000 pessoas. Seu tradicional território se estende por áreas do planalto meridional brasileiro, cobertas por florestas de araucária, desde a bacia do rio Tiete no estado de São Paulo até as bacias hidrográficas adjacentes ao rio Jacuí, no estado do Rio Grande do Sul. As lutas desempenhadas pelo povo Kaingang desde o contato com o não indígena demonstram o protagonismo desse grupo étnico no que diz respeito a sua afirmação enquanto identidade própria e diferenciada. Os Kaingang da Terra Indígena Pó Mág, localizada no município de Tabaí, região do Vale do Taquari, estado do Rio Grande do Sul, vem buscando desde o ano de 2013, momento de sua constituição, dar prosseguimento à organização social, política e cultural indígena. O objetivo da pesquisa é identificar as demandas da comunidade Kaingang Pó Mág em meio ao processo de retorno aos seus tradicionais territórios. A metodologia é qualitativa com análise de conteúdo e o uso dos procedimentos ligados à História Oral, além da revisão bibliográfica, da pesquisa documental e da pesquisa de campo junto ao acervo do Projeto de Pesquisa "Identidade Étnicas em espaço territorial da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS" e do Projeto de Extensão "História e Cultura Kaingang" da Univates onde este trabalho se insere. Como resultados, tomando por base aportes teóricos sobre territorialidade e cultura, aponta-se que o processo de instalação da Terra Indígena Pó Mág se deu no contexto de retorno aos tradicionais territórios desempenhados pelos Kaingang sobre áreas das bacias hidrográficas do lago Guaíba, Sinos, Caí e Taquari-Antas. Nestes espaços, oito terras indígenas foram fundadas a partir da segunda metade do século XX. Uma das áreas mais recente é a Terra Indígena Pó Mág, localizada no município de Tabaí, instalada como medida compensatória às comunidades Kaingang da região e proximidades atingidas direta ou indiretamente pelas obras de duplicação da rodovia BR 386. A Pó Mág é instalada em uma área de terra de 11,6 hectares próximos ao centro urbano do município de Tabaí, onde se fixam em um primeiro momento Kaingang oriundos da Terra Indígena Foxá, localizada na cidade de Lajeado, sendo, portanto, um desdobramento desta, prática corrente entre as comunidades Kaingang. Neste espaço, as lutas empreendidas pelos Kaingang através da atuação de suas lideranças junto à sociedade não indígena se faz presente, com o objetivo de garantir a continuidade de seus saberes tradicionais, assim como ter respeitado seus direitos em relação à saúde e educação diferenciada, que leve em consideração seus saberes, tradições e cultura.

Palavras-chave: Indígenas; territorialidade; protagonismo; cultura; direitos.

Nome dos autores: Sidnei Wolf, Neli Teresinha Galarce Machado
Universidade do Vale do Taquari - Univates

AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS FORQUETA E GUAPORÉ/RS NO CENÁRIO DE OCUPAÇÃO JÊ PRÉ-COLONIAL NO SUL DO BRASIL

Resumo: As bacias hidrográficas dos rios Forqueta/RS e Guaporé/RS, localizadas na porção centro/norte do estado do Rio Grande do Sul, têm se configurado regiões com um intenso potencial arqueológico de investigação. Especialmente nas áreas de altitudes superiores a 600m, junto as nascentes, pesquisas indicam a presença de sítios de estruturas subterrâneas e superficiais associados as populações Jê Meridionais pré-coloniais. Apesar do registro destes, ainda se careciam informações detalhadas dos assentamentos. O objetivo desta pesquisa abarcou o reconhecimento do sistema de assentamento Jê Meridional entre as bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé, através de um levantamento de assentamentos em diferentes compartimentos fisiográficos, dentro de uma área piloto de 440km², buscando revelar aspectos da distribuição espacial, funcionalidade e cronologia. O sistema Jê Meridional é composto por sítios de estruturas subterrâneas, estruturas subterrâneas e montículo, localizados em altitudes entre 600 e 800m junto aos divisores de bacia; e sítios superficiais líticos, e líticos e cerâmicos, dominando as porções de menor altitude no fundo dos vales. As escavações revelaram áreas de atividade no entorno das estruturas subterrâneas, com a distribuição de estruturas de combustão de diferentes características. Os resultados das intervenções no interior das depressões não indicam o uso habitacional em todos as depressões dos assentamentos, com variações dentro de um mesmo sítio. Nos sítios superficiais observou-se uma dispersão de evidências por extensas superfícies, marcadas pela associação a grandes artefatos, tradicionalmente relacionados à grupos caçadores-coletores. Estes dois espaços configuram-se como áreas distintas dentro da paisagem, ligadas a funcionalidades diferentes. Uma área de maior convívio social, marcada por conjuntos densos de estruturas subterrâneas, por vezes abandonados e reocupados após centenas de anos, circundados por conjuntos menores ou estruturas isoladas; e outra retratada pelos sítios superficiais, como áreas de exploração e manejo de recursos agroflorestais, distantes dos centros de concentração dos lugares habitacionais, resultados do intenso processo de ocupação dos sítios de habitação, por mais de 500 anos. As datações, assim como a cerâmica encontrada, demonstram uma associação aos sítios localizados na margem esquerda do rio das Antas, que alcançam as bacias hidrográficas dos rios Caí, Sinos, Pardinho e Jacuí, refletindo-se em um intenso território de ocupação Jê Meridional anterior a ocupação de outras populações pré-coloniais, como os Guarani.

Palavras-chave: Jê Meridional, Rio Forqueta, Rio Guaporé, Território.

Nome dos autores: Ernesto Pereira Bastos Neto, Juciane Beatriz Sehn da Silva, Luís Fernando da Silva Laroque
Universidade do Vale do Taquari - Univates

ASPECTOS DA ETNICIDADE KAINGANG: UM ESTUDO SOBRE A TERRA INDÍGENA JAMÃ TŸ TÃNH, VALE DO TAQUARI/RS

Resumo: Os Kaingang são uma sociedade indígena pertencente ao tronco linguístico Jê, e representam, juntamente com os Laklãnõ - Xokléng, os Jê Meridionais, considerando o fato de que o tradicional território dos Kaingang corresponde ao que se conhece atualmente como Planalto Meridional Brasileiro. Pretende-se abordar aspectos relacionados à mobilidade e territorialidade dos Kaingang, a partir de uma área indígena do Vale do Taquari. O estudo objetiva discutir questões atinentes à etnicidade dos Kaingang da Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh, com ênfase na circulação deste grupo sobre territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, mas também do rio Pardo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e natureza descritiva. Dentre os procedimentos metodológicos, destacam-se a revisão bibliográfica sobre os Kaingang, bem como o levantamento e análise de fontes documentais que se encontram junto a Ministérios Públicos Federais e nos acervos do Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS, da UNIVATES, dos quais os autores fazem parte. Realizou-se também pesquisa de campo na Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh, observações participantes com a elaboração de diários, registros fotográficos e entrevistas com base na metodologia de História Oral. Como resultados obtidos, tendo por base de análise teóricos da etnicidade, de territorialidade e da cultura, constatou-se que, embora o grupo que constitui a referida comunidade indígena tivesse migrado/movimentado no decorrer de sua trajetória histórica, esse deslocamento transcorreu tendo por base os limites de ocupação do território tradicional Kaingang, o que diz respeito tanto à região da Serra do Botucaraí, quanto as áreas adjacentes à Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas. Esse movimento de territorialização do grupo nos diferentes lugares justifica a relação de territorialidade relacionada às Bacias Hidrográficas dos rios Pardo e Taquari-Antas, espaços em que na atualidade estão circunscritos aos municípios de Santa Cruz do Sul e Estrela, respectivamente. Nesse sentido, destaca-se que se movimentar no e sobre o território tradicional sempre fez parte da lógica cultural do coletivo Kaingang. Também se cogita que provavelmente o grupo em questão tenha ligação com os Kaingang do norte do estado, mais especificamente à família Coito. Em relação à ambiência sociocultural dos Kaingang, percebe-se o caráter dinâmico da cultura, relacionada aos arranjos matrimoniais, as questões sociopolíticas e as relações com o ambiente em que vivem.

Palavras-chave: Territorialidade; Alteridade; Ambiência sociocultural.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Emeli Lappe; Luís Fernando da Silva Laroque
Universidade do Vale do Taquari - Univates

SOCIEDADES TRADICIONAIS NO VALE DO TAQUARI: OS SABERES DE PESCADORES SOBRE O ESPAÇO TERRITORIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS

Resumo: Todas as atividades do homem relacionam-se com e na natureza, e são indutoras da produção social do espaço, e são as responsáveis na orientação da apropriação e uso dos recursos ambientais. A partir dessa compreensão de espaço, com seus recursos de natureza vegetal, animal e hídrico, esta pesquisa desenvolvida no doutorado em Ambiente e Desenvolvimento da Univates objetiva analisar as perspectivas socioculturais, econômicas e ambientais da Bacia Taquari-Antas a partir da percepção e sabedoria dos pescadores do Vale do Taquari, bem como entender como estes espaços são percebidos e manuseados de acordo com a lógica cultural dos pescadores que ocupam o território. A metodologia baseou-se em pesquisa de cunho qualitativo-descritivo, utilizando revisão bibliográfica, pesquisa documental, história oral e relatos em diários de campo, os quais fazem parte do Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS. Como resultados parciais, tendo como embasamento teórico os estudos sobre territorialidade e biodiversidade, tem-se que a pesca caracteriza-se por uma das atividades econômicas mais antigas desenvolvidas pelas sociedades e que sempre desempenhou papel relevante como fonte de alimento e de recursos para as comunidades que vivem próximas aos rios. Vale salientar que interpretações equivocas muitas vezes interpretaram o homem separado da natureza como se a esfera cultural e social não estivessem relacionadas para com ela, aspectos totalmente refutados já que o homem é parte integrante da natureza e possui interações com ela, situação observada envolvendo os pescadores do Vale do Taquari. Isso pode ser notado em diversos aspectos do cotidiano em relação à conservação do solo, da água, da fauna e da flora que caracterizam a condição sociocultural das sociedades tradicionais. Percebe-se que os pescadores em análise são parte de uma rede ecossistêmica, pois suas interações não se limitam ao uso e apropriação dos recursos, mas se inserem num contexto de relações sociais, culturais e conhecimentos do ambiente e da natureza. Eles agem não só como “forrageadores”, mas também, como fiscalizadores do ambiente no qual estão inseridos. Para as sociedades tradicionais de pescadores, o território é muito mais vasto e sua “posse” é muito fluida. Um aspecto relevante na definição das sociedades tradicionais é a existência de sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito. O conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural. Dessa forma, entende-se que os olhares e saberes do espaço territorial da Bacia Taquari-Antas pelos pescadores é entendido e manuseado de acordo com sua lógica cultural e com suas necessidades de subsistência e de desenvolvimento econômico. Neste sentido, enfatizamos que as percepções socioculturais, econômicas e ambientais dos pescadores sobre os espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, possui suas próprias peculiaridades e estão interligados a apropriação e ao uso dos recursos naturais existentes no espaço e ao uso e ocupação do solo.

Palavras-chave: Pescadores. Vale do Taquari. Sociedades Tradicionais. Bacia-Hidrográfica. Saberes tradicionais.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Daiane Fontes
Universidade Federal da Bahia - UFBA

TERNO DE REIS DOS FERREIRA: MANIFESTAÇÃO CULTURAL EM BOA NOVA/BAHIA

Resumo: Na região do Médio Rio das Contas, um dos Territórios de Identidade nomeados pelo Governo do Estado da Bahia, localiza-se a cidade de Boa Nova. Nesta cidade podemos encontrar diversos tipos de manifestações culturais, na gastronomia, na arquitetura, na música, na dança, etc. Dentre estas manifestações destaca-se a Festa de Reis, uma tradição que acontece há muito tempo e é mantida por diversos grupos afrodescendentes. Estes grupos de Terno de Reis, como são chamados na Bahia, em sua maioria, são formados por famílias e suas origens alcançam gerações bastante antigas. Eles são muitos. Somente na cidade de Boa Nova foram identificados 16 grupos de Ternos de Reis, no ano de 2006, localizados principalmente na zona rural. São várias as influências que se pode perceber nestes grupos através das suas músicas, dos ritmos percussivos - acompanhados de atabaques, bumbos, matracas e "gaitas" (flautas de bambu) e alguns instrumentos de cordas (em alguns grupos) -, das letras criadas pelos mestres de cada grupo, das vestimentas e das danças. Eles saem, entre os dias 25 de dezembro e 06 de janeiro, de casa em casa anunciando a chegada do Menino Jesus e homenageando os Reis Magos. Desde muito cedo as crianças são introduzidas na tradição e os mais velhos são os mestres, detentores do saber, que não se restringe aos saberes referentes à Festa de Reis, mas saberes que servem de referência para a vida. A ideia deste estudo é, então, entender como esta tradição é mantida entre os grupos de Terno de Reis na cidade de Boa Nova (BA), que não só homenageia a visita dos três Reis Magos à manjedoura do Menino Jesus como também estabelece relações de pertencimento a um grupo, cria identidades a partir das representações, dos símbolos, revisita a história/passado e resgata a autoestima. Para tanto, escolheu-se como objeto de estudo o Terno de Reis dos Ferreira, por ser um dos mais antigos grupos de reisados da região e com forte atuação na sua comunidade.

Palavras-chave: Reisados de Boa Nova(BA). Terno de Reis dos Ferreira. Tradição. Ritual. Identidade.

ISBN 978-85-8167-275-5

Nome dos autores: Vanessa Devitte, Fernanda Chemin Schmitt, Neli Teresinha Galarce Machado

A COMPRA DA LIBERDADE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA EM TAQUARI/RS NO SÉCULO XIX

Resumo: Este trabalho integra o projeto Arqueologia, História Ambiental e Etnohistória do Rio Grande do Sul, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES, conectado a área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade. A seguinte pesquisa contempla parte dos objetivos trabalhados pelo projeto, e dentre eles estão estudar a colonização, as dinâmicas de estabelecimento e as práticas ambientais dos grupos afro-brasileiros em espaços do atual Vale do Taquari/RS. Entre as lacunas da historiografia regional, percebe-se a necessidade do aprofundamento de estudos sobre a utilização do trabalho escravizado na região, pois durante muito tempo as publicações se preocuparam em contar a história a partir chegada do imigrante alemão e italiano. Nos últimos anos, historiadores vêm se debruçando sobre fontes documentais a fim de suprir estas demandas historiográficas. Objetiva-se neste trabalho, apresentar a obtenção da liberdade de escravizados por meio da negociação destes com seus senhores a partir da análise de uma fonte documental, neste caso uma carta de alforria de Taquari/RS do ano de 1879, localizada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). A resistência acontecia de diversas formas e assumia várias características, até mesmo sobreviver poderia ser considerada uma forma de resistir. Assim, compreender que as formas de resistir ao sistema escravista foram além das fugas e rebeldias, é entender que as negociações são uma forma do uso de sabedoria política por parte dos escravos. Exemplificando, podemos citar a compra da alforria realizada pelo escravo Francisco, da Vila de Taquari que paga a quantia de 900$ ao seu senhor a fim de obter sua liberdade plena. Nesta negociação, percebemos que há a condição de continuar trabalhando para o senhor por um ano, mas mesmo isso não impediu Francisco de aceitar o acordo e negociar a sua própria liberdade mesmo com termos não favoráveis. Exemplos como este possibilitam inferir sobre o papel do escravizado enquanto agente ativo nas negociações e na resistência ao sistema. Desta forma, pode-se desconstruir a imagem de escravizados passivos, quando os mesmos não fugiam ou se sublevavam. Hoje se reconhece as diversas forma de resistir à escravidão onde os escravos aparecem como protagonistas de sua própria história, da mesma forma que ocorreu em todo o país, o Vale do Taquari não foi uma exceção.

Palavras-chave: Vale do Taquari. Escravidão. Alforria. Documentos. Resistência.

UNIVATES

R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09